

**COLLECCÃO**  
DA  
**LEGISLAÇÃO NOVISSIMA**  
DO  
**ULTRAMAR**

---

**1898**

**VOLUME XXVI**



**LISBOA**  
**COMPANHIA TYPOGRAPHICA**  
Rua do Ferregial de Baixo, 12 a 20  
**1900**

# INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXVI

DA

## LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1898

### Janeiro

- 13 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, dando provimento n'um recurso de Frederico Guilherme Francisco Collaço contra a supressão do partido medico em que o recorrente estava legalmente encartado, na provincia de Moçambique..... 1
- 13 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Francisco Silvestre Sebastião Archanjo de Sousa, escrivão do julgado municipal de Pondá, do Estado da India, contra o indeferimento do pedido de transferencia para o logar de tabellião da comarca das Ilhas de Gôa ..... 2
- 14 Officio mandando adoptar as providencias necessarias para nos orçamentos municipaes ser consignada a verba de despesa obrigatoria com o subsidio do Instituto Ultramarino..... 5
- 14 Portaria determinando que os conductores de 1.<sup>a</sup> classe, habilitados com o curso de engenharia civil, pertencentes ao quadro das obras publicas do ultramar, tenham a denominação de engenheiros auxiliares..... 6
- 18 Portaria regulando a fôrma da correspondencia entre os governadores do ultramar e os commandantes das forças navaes ou navios soltos..... 6
- 18 Portaria definindo a doutrina derivada do art. 209.<sup>o</sup> da ordenança geral da armada, quanto ao teor das relações entre os governadores das possessões portuguezas e os commandantes das forças navaes, ou navios soltos..... 6
- 20 Portaria approvando, para terem execução provisoria, as alterações propostas pelo governador de Macau para o serviço das companhias de infantaria... 7
- 20 Officio declarando não poder ser nomeado definitivamente um professor da cadeira de francez de Mapuçá, do Estado da India..... 7
- 20 Officio resolvendo sobre o abono de vencimentos ao secretario do governo do districto da Lunda ..... 7
- 21 Portaria approvando a escala para o serviço, na provincia da Guiné, dos

- facultativos e pharmaceuticos do quadro de saude de Cabo Verde e Guiné. 7
- 27 Portaria resolvendo duvidas sobre a applicação das diversas disposições leaes que regulam o serviço fiscal do porto de S. Vicente de Cabo Verde... 8
- 31 Officio declarando não poder attender-se o pedido dos funcionarios de Macau sobre o abono dos seus vencimentos ao cambio do ultimo dia do mez ..... 9

### Fevereiro

- 5 Officio indicando os vencimentos e a ajuda de custo a abonar a dois officiaes da arma de infantaria do exercito do reino, mandados servir em commissão na Guiné ..... 10
- 9 Portaria approvando provisoriamente a do governador da provincia de S. Thomé e Príncipe, que creou tres postos militares na ilha do Príncipe..... 11
- 10 Portaria determinando que as requisições de material sejam acompanhadas da importancia provavel do seu custo... 11
- 10 Decreto creando uma escola de instrução primaria elementar para o sexo feminino na cidade do Mindello..... 11
- 10 Decreto sobre consulta do sup. trib. administrativo rejeitando um recurso da confraria de Nossa Senhora dos Remedios e de Santo Ignacio, da igreja de Betalbatim, do concelho de Salsete, contra o aforamento perpetuo de um terreno inculto, pertencente ao cofre de Santo Ignacio ..... 11
- 12 Officio estabelecendo diversas disposições a observar na concessão de *passes* no caminho de ferro de Loanda a Ambaca ..... 12
- 13 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Sadassivá Xotte Portó, contra o despacho que lhe não deu a preferencia no aforamento de um terreno da comunidade de Mapuçá ..... 13
- 14 Portaria regulando provisoriamente os vencimentos do capitão dos portos da provincia de S. Thomé e Príncipe, e a direcção do serviço da capitania.... 13

- 23 Officio determinando que as repartições postaes da provincia de Cabo Verde mantenham unicamente no serviço interno o uso de etiquetas para os objectos de valor declarado..... 14

### Março

- 1 Portaria mandando dissolver a bateria mixta de artilheria do districto da Lunda, e substitui-la por uma secção da mesma arma..... 14
- 3 Decreto mandando dissolver as colonias militares agricolo-commerciaes dos territorios da companhia de Moçambique e do districto de Gaza ..... 15
- 9 Officio (circular) ordenando a remessa, mensalmente, ao ministerio da marinha e ultramar, de uma relação dos militares fallecidos em cada provincia ..... 15
- 10 Decreto sobre consulta do sup. trib. administrativo rejeitando um recurso de Antonio Victor Prudente de Menezes, de Batim, contra o indeferimento do pedido de pagamento dos *jonos pessoais* de um seu fallecido irmão, ganhar de uma comunidade do Estado da India ..... 15
- 10 Decreto auctorisando a emissão de formulas de franquia ultramarinas, commemorativas do 4.º centenario do descobrimento do caminho maritimo da India ..... 16
- 14 Officio mandando pôr em execução, com algumas alterações, o regulamento para o regimen da escripturação e contabilidade da companhia de saude de Cabo Verde e Guiné ..... 17
- 17 Officio declarando estarem em vigor no ultramar as disposições contidas no livro 1.º do codigo de justiça militar de 13 de maio de 1896, e as dos livros 2.º, 3.º e 4.º do de 10 de janeiro de 1895..... 17
- 17 Decreto sobre consulta do sup. trib. administrativo negando provimento n'um recurso de José Maria Victor Telles contra a transferencia de João Francisco Trindade e Menezes para o lugar de tabellião da comarca das ilhas de Gôa ..... 17
- 22 Officio declarando que o decreto de 27 de setembro de 1894 se refere exclusivamente ás concessões promulgadas no uso do § 1.º do artigo 15.º do acto adicional ..... 18

### Abril

- 2 Officio declarando que só por um decreto com força de lei pôdem ser alterados os vencimentos dos officiaes e praças da companhia de artilheria da provincia de Cabo Verde..... 18
- 14 Decreto approvando a portaria do governador geral d'Angola, que mandou pôr em execução o novo regulamento para a secretaria geral do governo da provincia..... 19
- 21 Decreto auctorisando a emissão de novos typos de sellos de franquia ultramarinos..... 27
- 26 Officio dando instrucções para a execução do decreto supra..... 27

- 26 Portaria mandando restabelecer a emissão de vales do correio do districto da Guiné para o continente do reino e ilhas adjacentes..... 28
- 27 Officio indicando ao governador geral de Angola os vencimentos que pertencem aos officiaes de cavallaria e infantaria, chamados accidentalmente ao serviço da arma de artilheria ..... 28
- 28 Decreto estabelecendo diversas prescripções sobre a neutralidade a respeito da guerra entre a Hespanha e os Estados Unidos da America..... 28
- 28 Decreto reduzindo a dois o numero de escriptães de direito da comarca de Damão, e supprimindo um lugar de official de diligencias..... 29
- 28 Decreto ampliando a seis annos o praso dos arrendamentos dos bens das missões portuguezas na China..... 30

### Maio

- 2 Carta de lei isentando de direitos e de quaesquer outros encargos alfandegarios os nitratos de potassio, sódio e ammonio e outros productos chimicos, assim como os adubos para agricultura..... 30
- 5 Carta regia confirmando e ratificando a convenção, assignada em Paris, sobre prophylaxia da peregrinação de Meca e vigilancia sanitaria no Golfo Persico..... 30
- 5 Carta de lei approvando, para serem ratificadas, a convenção sanitaria e a declaração adicional, assignadas em Paris a 3 de abril de 1894 e 30 de outubro de 1897, entre Portugal e outras nações..... 30
- 5 Decreto approvando o regulamento do serviço de saude nos territorios da companhia do Nyassa..... 56
- 5 Carta de lei approvando a tabella dos emolumentos consulares..... 61
- 5 Carta de lei approvando o accordo, assignado em Lisboa aos 3 de fevereiro de 1898, entre Portugal e a Gran-Bretanha, para a permutação de fundos por meio de vales do correio..... 68
- 7 Officio communicando ter sido auctorisada a gratificação de 200\$000 réis ao parocho da freguezia de Nossa Senhora da Graça, de Cabo Verde..... 68
- 11 Officio pedindo aos governadores do ultramar uma nota do numero total dos eleitores definitivamente recenseados ..... 69
- 12 Decreto confirmando e ratificando o accordo de 3 de fevereiro, entre Portugal e a Gran-Bretanha, para a permutação de fundos por meio de vales do correio..... 69
- 12 Decreto approvando o regulamento organico da guarda fiscal nos territorios da companhia de Moçambique..... 71
- 12 Decreto perdoando a 4.ª parte das condemnações a réus civis e militares, em commemoração do quarto centenario da India..... 78
- 15 Regulamento para a concessão do uso do emblema da Cruz Vermelha..... 79
- 26 Portaria mandando ficar sem effeito a de 15 de fevereiro de 1895, relativa á publicação de diplomas de louvor a func-

- cionarios ou particulares residentes no ultramar..... 81
- 26 Decreto alterando o § unico do artigo 45.º do regulamento do Instituto de soccorros a naufragos, relativamente às côres da fita das medalhas..... 81

### Junho

- 2 Decreto approvando e mandando pôr em execução o regulamento para a concessão dos diferentes graus da real ordem militar de S. Bento d'Aviz ..... 82
- 3 Officio auctorisando gratificações para os empregados da secção de estatística da secretaria geral de Cabo Verde ..... 85
- 4 Officio approvando o abono da gratificação mensal de 5\$000 réis a um 1.º tenente de artilheria pelo commando da companhia de artilheria da guarnição de Cabo Verde ..... 85
- 11 Portaria mandando ficar sem effeito o diploma do commissario régio na provincia d'Angola, pelo qual o procurador da corôa e fazenda accumulava as funções de auditor do conselho de guerra territorial..... 85
- 11 Portaria mandando ficar sem effeito o diploma do commissario régio na provincia de Angola, que regulou as attribuições do secretario geral do governo ..... 85
- 14 Portaria estabelecendo os preceitos de administração a que devem estar sujeitos os navios do Estado permanentes no serviço do districto de Timor... 86
- 15 Officio approvando o abono, na provincia de Angola, do subsidio de quartel, á razão de 10\$000 réis mensaes, a todos os officiaes do exercito ultramarino em certas condições..... 87
- 16 Decreto fixando as receitas e despesas das provincias ultramarinas para o exercicio de 1898-1899..... 88
- 20 Officio approvando o projecto da variante da estrada da Trindade, na ilha de S. Thomé..... 295
- 21 Portaria providenciando para o rapido proseguimento dos autos levantados por transgressões da lei do sello..... 295
- 22 Decreto determinando a suppressão do julgado municipal de Canácona. do Estado da India ..... 295
- 22 Decreto sobre consulta do sup. trib. administrativo, rejeitando um recurso de Francisco Xavier do Rosario Lobo contra o despacho do governo geral do Estado da India, que lhe indeferiu a pretensão a ser nomeado escrivão de direito da comarca das ilhas de Gôa. 295
- 22 Decreto regulando o uso do emblema da sociedade da Cruz Vermelha..... 296
- 22 Decreto approvando os regulamentos do mercado publico e do cemiterio da villa do Ibo, elaborados pela administração da companhia do Nyassa..... 296
- 22 Decreto auctorisando o abono, aos officiaes reformados dos quadros das forças ultramarinas, da differença entre os vencimentos das tarifas de 1814 e 1865..... 299
- 22 Decreto approvando a creação de tres postos militares na ilha do Principe e respectivo regulamento..... 300

- 22 Decreto approvando o novo regulamento para a imprensa nacional de Nova Gôa ..... 304
- 22 Decreto approvando a tabella de emolumentos parochiaes para as egrejas dos districtos de Damão e Diu..... 313
- 22 Decreto approvando o regulamento para a liquidação e cobrança da contribuição de registo na provincia de Cabo Verde ..... 315
- 22 Decreto approvando o regulamento para a liquidação e cobrança da contribuição de registo na provincia de S. Thomé e Principe..... 345
- 22 Decreto approvando o regulamento das execuções fiscaes administrativas na provincia de S. Thomé e Principe.... 371
- 22 Decreto approvando o regulamento para a pesca e salga do peixe no littoral do districto de Mossamedes..... 382
- 22 Decreto regulando o pagamento da contribuição industrial pelos funcionarios publicos do ultramar..... 387
- 22 Decreto regulando a competencia dos governadores das provincias ultramarinas para proverem os empregos publicos..... 390
- 22 Decreto extinguindo a escola d'artes e officios do Estado da India..... 391
- 22 Decreto approvando a tabella da cobrança de emolumentos na secretaria geral do governo da provincia de Macau... 391
- 22 Decreto declarando em vigor no ultramar a tabella dos emolumentos e salarios judiciais, que faz parte da lei de 13 de maio de 1896..... 392
- 22 Decreto applicando ás provincias ultramarinas as disposições da lei de 3 de setembro de 1897, relativas ao imposto do sello..... 392
- 22 Decreto mandando considerar como simples transgressões regulamentares as infracções do regulamento de minas em geral nos territorios da companhia de Moçambique..... 393
- 22 Decreto declarando da competencia dos juizes territoriaes das circumscripções do territorio a cargo da companhia de Moçambique o julgamento, em processo de policia correccional, de todas as infracções dos regulamentos de caça e outros ..... 393
- 22 Decreto elevando a 35 o numero de alumnos aspirantes a facultativos do ultramar..... 393
- 25 Carta de lei auctorisando a cobrança dos impostos e demais rendimentos publicos, e a sua applicação no exercicio de 1898-1899..... 394
- 25 Portaria do commissario régio na provincia de Moçambique, approvando as tabellas da receita e despesa da provincia para o exercicio de 1898-1899. 407
- 28 Portaria determinando o praso em que os governadores das provincias ultramarinas devem enviar á direcção geral do ultramar os respectivos orçamentos ..... 553
- 30 Decreto dando nova organização á junta consultiva do ultramar..... 553
- 30 Decreto determinando a substituição do § unico do artigo 82.º do decreto de 19 de dezembro de 1892, relativamente a gratificações a empregados da secretaria da marinha e ultramar..... 554



30 Carta de lei auctorisando o governo a contrahir um emprestimo de réis 450:000\$000, em ouro, para a execução de um caminho de ferro em Inhambane.....	555
30 Decreto dispensando, na comarca de Timor, a publicação de annuncios nos <i>boletins officiaes</i> e no <i>Diario do Governo</i> , com relação aos processos de arrecadação de espolios até ao valor de réis 20\$000 .....	555
30 Decreto isentando do pagamento de direitos, nas alfandegas do reino e ilhas adjacentes, a madeira de produção das provincias portuguezas de Africa occidental.....	556
30 Portaria determinando que os vencimentos dos officiaes e praças da armada, em serviço na India, em Macau e em Timor, sejam pagos na moeda corrente da localidade. ....	557
30 Carta de lei approvando o contracto provisorio para a modificação da clausula do contracto de 5 de junho de 1885, relativa á amarração, em Novo Redondo, do cabo telegraphico submarino .....	557
30 Decreto regulando a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1898-1899 .....	558
30 Portaria mandando adoptar novas prescripções sobre o serviço de embarque dos officiaes da armada .....	559
30 Decreto regulando a publicação de decretos sobre consulta do supremo tribunal administrativo.....	559
30 Decreto tornando as disposições do art. 2.º do de 12 de maio, sobre perdão de penas em commemoração do 4.º centenario da India, extensivas a outros réus ali não comprehendidos.....	560
30 Decreto approvando a tabella para a cobrança de emolumentos na secretaria geral do governo da provincia de Angola .....	560
30 Decreto regulando a formação dos conselhos de guerra nas divisões navaes. ....	561

### Julho

1 Portaria mandando continuar em circulação os bilhetes postaes ultramarinos, destinados á commemoração do 4.º centenario da India.....	564
7 Decreto declarando quaes as attribuições dos commissarios régios nas provincias ultramarinas .....	564
7 Carta de lei approvando os actos do congresso postal internacional de Washington, assignados em 16 de junho de 1897.....	564
7 Carta de lei approvando a declaração commercial e respectivo artigo adicional, de 11 de dezembro de 1897, entre Portugal e a Belgica .....	565
7 Carta de lei approvando a convenção de direito international privado e o respectivo protocollo adicional, de 15 de novembro de 1897, entre Portugal e outras nações .....	565
7 Carta de lei auctorisando o governo a contractar com a companhia dos caminhos de ferro da Zambesia a construção e exploração do caminho de ferro de Quelimane ao Ruao.....	566

7 Carta de lei mantendo os vencimentos anteriores do conductor do quadro das obras publicas de Moçambique, Francisco Corrêa Leone, unicamente depois de aposentado .....	568
7 Decreto dissolvendo a comissão encarregada de estudar e propôr a reorganisação das forças ultramarinas .....	568
7 Decreto approvando o regulamento da direcção geral de marinha.....	569
7 Carta de lei regulando o exercicio do direito de expressão do pensamento pela imprensa .....	584
8 Officio declarando sujeitas ao imposto adicional extraordinario de 5 por cento todas as prestações que forem descontadas nos vencimentos dos funcionarios para pagamento de direitos de mereces honorificas .....	589
11 Portaria approvando o contracto entre a companhia de Moçambique e a companhia colonial do Busi, para a cessão dos direitos de exploração de parte do seu territorio.....	590
14 Decreto approvando o regulamento para a pesca ou caça da tartaruga nos territorios e aguas territoriaes da companhia do Nyassa.....	590
14 Decreto fixando os vencimentos do capitão dos portos da provincia de S. Thomé e Príncipe .....	592
14 Decreto mandando considerar definitivo o contracto provisorio para a modificação da clausula do contracto de 5 de junho de 1885, relativa á amarração do cabo submarino em Novo Redondo .....	592
15 Officio mandando chamar a attenção das auctoridades militares das provincias ultramarinas sobre a deficiencia das informações annuaes .....	593
21 Carta de lei dispensando do imposto do sello e de contribuição industrial as companhias concessionarias de territorios ultramarinos que partilham os lucros com o Estado .....	594
21 Decreto modificando algumas das disposições das instrucções regulamentares para o lançamento da decima de juros na provincia de Cabo Verde .....	594
21 Decreto extinguindo os tribunaes de contas das provincias ultramarinas..	595
21 Portaria mandando remetter para o tribunal de contas todos os processos pendentes nos extinctos tribunaes de contas das provincias ultramarinas ..	595
21 Carta régia confirmando e ratificando a declaração commercial e respectivo artigo adicional, de 11 de dezembro de 1897, entre Portugal e a Belgica..	596
23 Portaria estabelecendo aos governadores das provincias ultramarinas a obrigação de remetterem á secretaria da marinha e ultramar relatorios da administração das respectivas provincias..	598
23 Decreto mandando pôr á disposição do ministerio da marinha e ultramar diversas forças militares do exercito do reino a fim de embarcarem para Moçambique.....	599
23 Officio declarando não terem os officiaes reformados direito a ser agraciados com a real ordem de S. Bento d'Aviz. ....	602
28 Decreto suspendendo a execução do de 21 de maio de 1892, que regula a con-	

cessão de privilegios de introdução do uso de inventos nas provincias ultramarinas .....	602
28 Decreto creando repartições de fazenda privativas nos concelhos de S. Thomé e do Principe .....	603
28 Decreto fixando os vencimentos do governador geral da provincia de Moçambique .....	603
28 Carta regia confirmando e ratificando o tratado e respectivo protocollo addicional, que estabeleceram regras comuns ácerca de diversas materias de direito internacional privado .....	604
30 Portaria mandando fazer recommendações ás juntas de saude do ultramar sobre a fôrma de arbitrarem licenças para tratamento no reino aos funcionarios naturaes das provincias ultramarinas .....	611
30 Decreto declarando nulla e caduca a concessão feita a João Baptista Burnay, para o estabelecimento de um deposito de carvão em Cabo Verde .....	611
30 Portaria mandando tomar posse administrativa da parte do ilheu de Santa Maria, na ilha de S. Thiago, que fôra occupada pelo sobredito deposito de carvão .....	612
30 Portaria mandando abrir hasta publica para o arrendamento do deposito de carvão estabelecido na ilha de S. Thiago de Cabo Verde .....	612
30 Portaria mandando proceder á liquidação de quaesquer contribuições devidas á fazenda e relativas ao deposito de carvão na ilha de S. Thiago de Cabo Verde .....	612
30 Circular aos consules resolvendo duvidas suscitadas sobre a execução da nova tabella de emolumentos .....	613

### Agosto

3 Officio approvando a proposta para se alterar o art. 23.º do regulamento da companhia de saude de Cabo Verde e Guiné, em harmonia com o disposto no regimento de justiça .....	614
4 Officio auctorisando o pagamento de gratificações, por trabalhos extraordinarios, aos empregados da repartição de fazenda da provincia de Cabo Verde .....	614
4 Officio expondo as razões do indeferimento dos requerimentos dos empregados de Macau, para lhes serem pagos os vencimentos na razão de 540 réis por pataca .....	614
4 Decreto approvando o regulamento do contencioso fiscal aduaneiro da provincia d'Angola .....	615
4 Decreto auctorisando a camara municipal de S. Thomé a contrahir um emprestimo de 34:000\$000 réis para obras de canalisação de agua .....	638
4 Decreto incumbindo aos missionarios da provincia de S. Thomé e Principe a regencia das cadeiras de instrucção primaria .....	639
4 Decreto reorganizando os quadros dos officiaes combatentes do ultramar .....	639
5 Portaria mandando substituir a designação de «decretos» dada aos diplomas dos commissarios régios .....	643

6 Portaria mandando tornar extensivo á provincia de Moçambique o preceito relativo aos saldos positivos nas provincias ultramarinas .....	643
8 Termo de contracto para a construcção e exploração do caminho de ferro de Quelimane ao Ruo .....	644
10 Officio declarando ao governador geral d'Angola qual a ajuda de custo que compete ao inspector de fazenda e ao director das obras publicas pelos serviços de inspecção .....	646
10 Portaria approvando a do governador d'Angola, relativa aos regulamentos dos serviços administrativos das tropas e do material de guerra .....	646
11 Decreto approvando a organização dos serviços de fazenda na provincia de Angola .....	655
11 Decreto mandando julgar em processo de policia correccional todos os crimes por abuso de liberdade de imprensa, commettidos no ultramar .....	661
16 Decreto reunindo as disposições regulamentares, dispersas, relativas ao imposto denominado «Direitos de merecê» .....	662
16 Portaria determinando a fôrma de dar mais rapido andamento aos negocios que são tratados nas diferentes repartições da direcção geral do ultramar .....	672
18 Decreto approvando o regulamento dos serviços telegraphicos da provincia de Angola .....	672
18 Decreto estabelecendo a fôrma da votação para o vencimento das decisões de todos os feitos, na relação de Moçambique .....	703
19 Portaria encarregando Francisco Newton de completar a exploração botanica e zoologica no archipelago de Cabo Verde e Guiné .....	704
27 Officio requisitando aos governadores das provincias ultramarinas relações nominæes e distinctas dos officiaes das guarnições e quaesquer outros .....	704
27 Portaria approvando a do governador geral da India, relativa ao pagamento dos vales do correio provenientes da metropole .....	704
31 Portaria dando instrucções para a regular execução do § 2.º do art. 6.º do decreto de 16 de junho, que fixou as receitas e despesas das provincias ultramarinas .....	705

### Setembro

3 Officio communicando ao governador de Cabo Verde terem sido auctorisadas algumas despesas não attendidas nas tabellas orçamentaes para 1898-1899 .....	706
3 Decreto approvando os estatutos da «Companhia Colonial do Busi» .....	706
5 Officio fazendo recommendações ao governador de Cabo Verde no sentido de caberem no orçamento provincial as despesas com os trabalhos publicos extraordinarios, ordenados por motivo da crise alimenticia .....	711
7 Circular da direcção da administração militar (transcripta no <i>boletim militar do ultramar</i> para ter execução nas provincias ultramarinas) declarando que os commandos interinos não dão direito a gratificações especiaes .....	712

8	Officio explicando ao governador de Cabo Verde quaes os funcionarios de fazenda a quem compete a ajuda de custo pelo serviço de inspecção ou visita ás recebedorias.....	712
10	Officio applaudindo a recusa da liquidação de contribuição de registo de uma propriedade, cuja compra fôra contractada em S. Thomé por um missionario da ordem do Espirito Santo.....	713
17	Contracto provisorio celebrado com a «Empreza nacional de navegação».....	713
21	Portaria recommendando aos governadores das possessões ultramarinas o mais escrupuloso cuidado no ordenamento das despesas e cobrança dos impostos	720
22	Portaria nomeando uma comissão para formular um projecto de reorganisação dos serviços de obras publicas no ultramar.....	720
22	Portaria estabelecendo os vencimentos de alguns telegraphistas nomeados para o districto militar de Gaza.....	721
23	Officio mandando dispensar de passaportes os subditos hespanhoes, nas provincias ultramarinas onde houver agentes consulares de Hespanha.....	721
23	Portaria encarregando a comissão de cartographia de formular um projecto de instrucções para os trabalhos de delimitação de fronteiras nas provincias ultramarinas.....	721
29	Officio (circular) fazendo um appello a todas as aggremações, que cuidam dos interesses industriaes e commerciaes da metropole ou das colonias, para auxiliarem o governo na resolução de certas questões sobre a protecção a dar ao commercio e á industria.....	722
30	Carta régia confirmando a convenção postal universal de Washington e outros actos relativos a serviços do correio.....	726

### Outubro

1	Portaria mandando recommendar a rigorosa execução do decreto de 16 d'agosto sobre direitos de mercê.....	803
6	Decreto determinando a fôrma do pagamento dos vencimentos de aposentação da regente e mestras do collegio de Santa Rosa de Lima, em Macau, nomeadas pelo governo.....	803
10	Decreto organisando na 3.ª repartição da direcção geral do ultramar um serviço permanente de informações que interessem á industria e ao commercio.....	803
13	Decreto approvando o regulamento da pesca nas aguas territoriaes das concessões da companhia de Moçambique.....	806
22	Officio declarando deverem ser abonados pela tarifa de 1865 os officiaes do ultramar, reformados antes da lei de 16 de julho de 1889.....	817
22	Officio regulando a situação das praças do corpo de marinheiros em serviço especial nas capitaniaes dos portos...	817
25	Portaria dando instrucções para a execução do plano geral e projecto das obras do porto de Lourenço Marques.	817
26	Portaria approvando as instrucções regulamentares para o serviço de fisca-	

	lisação technica das agulhas magneticas a bordo dos navios mercantes..	820
26	Portaria nomeando uma comissão para propôr as providencias a adoptar afim de se regular a emigração e o trabalho dos indigenas.....	820
27	Decreto alterando o art. 12.º da pauta 4, decretada em 16 d'abril de 1892 para as alfandegas de Loanda, Benguella e Mossamedes.....	822
27	Decreto nomeando uma comissão para proceder á revisão das disposições que regulam o serviço de emissão e pagamento dos vales do correio no ultramar.....	823

### Novembro

4	Officio mandando justificar bem todos os projectos d'obras publicas a submeter á approvação do governo.....	823
4	Officio ordenando que as praças deportadas sejam acompanhadas, no seu regresso do ultramar, de uma nota de assentamentos.....	824
5	Officio auctorisando o abono de uma gratificação aos empregados da secção de estatistica da secretaria do governo de Cabo Verde.....	824
5	Decreto declarando extensivas ao conselho administrativo da Guiné as attribuições dos conselhos do governo, relativamente a expropriações por utilidade publica.....	824
10	Officio (circular) chamando a attenção dos governadores no sentido de evitar a promoção, a diferentes postos, das praças de irregular comportamento..	824
10	Portaria approvando, a titulo de provisorios, os regulamentos para as execuções fiscaes, lançamento do imposto predial e industrial, e serviço policial de limpeza e saude publica, no concelho do Ibo, apresentados pela companhia do Nyassa.....	825
12	Officio (circular) mandando recommendar todo o cuidado e attenção no preenchimento dos diversos quesitos das informações annuaes dos officiaes e officiaes inferiores.....	830
12	Decreto regulando os termos em que devem ser organisados os serviços para a secção portugueza na exposição universal de Paris em 1900.....	831
12	Decreto approvando uma nova tabella de emolumentos parochiaes da prelazia de Moçambique.....	834
12	Decreto creando junto do ministerio da marinha e ultramar um «conselho das pautas ultramarinas».....	835
14	Portaria mandando formular um plano geral das obras a executar nas provincias ultramarinas.....	838
19	Portaria estabelecendo preceitos a observar na escripturação dos livros de matricula e registo disciplinar dos officiaes do ultramar e dos do exercito do reino em comissão.....	839
24	Decreto determinando os emolumentos e salarios que devem perceber os funcionarios judiciaes do julgado municipal de S. Vicente de Cabo Verde..	840
24	Decreto elevando á categoria de postos fiscaes ordinarios os postos fiscaes su-	

balternos do Tarrafal e do Paúl, na provincia de Cabo Verde .....	841
24 Decreto regulando o serviço de emissão e pagamento dos vales do correio nas provincias ultramarinas .....	841
28 Officio auctorisando o exercicio, a titulo provisorio, do logar de chefe da re- partição militar da provincia de Cabo Verde, pelo major do quadro de com- missões .....	842
29 Portaria auctorisando o governador de Macau a conceder licenças de 1 a 3 dias aos funcionarios, para irem á colonia vizinha de Hong-Kong ou á provincia de Cantão .....	842

### Dezembro

1 Decreto mandando pôr em vigor a nova tabella dos portes das corresponden- cias expedidas do continente e ilhas para as provincias ultramarinas, e vice-versa .....	843
1 Decreto fixando em 400 réis o porte das encomendas postaes, permutadas en- tre o continente e ilhas e os portos por- tuguezes da Africa occidental .....	843
1 Decreto determinando as taxas a cobrar pelas correspondencias expedidas de cada uma das provincias ultramarinas para qualquer das outras .....	844
3 Officio declarando qual o vencimento que compete aos empregados suspen- sos .....	844
7 Decreto regulando a applicação e co- brança do imposto de tonelagem nas provincias ultramarinas .....	844
7 Officio mandando formular projectos de regulamentos ou providencias sobre a arborisação na provincia de Cabo Verde .....	848
12 Decreto approvando os novos estatutos da «sociedade de agricultura colonial» em S. Thomé e Príncipe .....	849
19 Officio definindo as attribuições officiaes do governador dos territorios da com- panhia do Nyassa .....	855
20 Portaria declarando poder o governador de Cabo Verde provêr por nomeação sua todos os empregos aduaneiros de lotação não excedente a 500\$000 réis até ser promulgado o regulamento da organisação das alfandegas .....	855

20 Officio declarando a quem compete subs- tituir o chefe do serviço de saude no conselho do governo do Estado da In- dia .....	856
21 Portaria fazendo recommendações aos presidentes das Relações judiciaes e aos procuradores da corôa e fazenda, no sentido de se evitarem nos proces- sos divagações alheias á materia dos autos .....	856
21 Portaria declarando não estarem revo- gadas ou alteradas as disposições le- gaes sobre navigabilidade ou innavi- gabilidade dos navios .....	857
22 Officio (circular) resolvendo duvidas so- bre a tabella de emolumentos consu- lares .....	857
24 Decreto regulando a fórma como devem ser tratados nas estancias postaes os objectos indevidamente expedidos pelo correio .....	857
24 Decreto, sobre consulta da junta consul- tiva do ultramar, não tomando conhe- cimento de um recurso de alguns mo- radores nos concelhos de Perném e Bardez, do Estado da India, sobre inscripção de predios em seus nomes na respectiva matriz .....	859
24 Portaria mandando adoptar os modelos para a organisação e escripturação do livro de matricula de facultativos e pharmaceuticos .....	859
26 Officio declarando em que caso têm di- reito á gratificação de effectividade os pharmaceuticos e facultivos do qua- dro de saude de Cabo Verde e Guiné .....	863
26 Portaria resolvendo qual a ajuda de custo que compete aos secretarios geraes dos governos das provincias e districtos autonomos, quando exerçam o governo .....	864
27 Decreto indicando o processo a seguir nos diversos recursos em materia de im- postos .....	864
29 Decreto approvando, com alguns addi- tamentos, a reforma da administração da justiça na provincia de Angola .....	865
29 Decreto regulando a exploração mineira nas provincias ultramarinas .....	870
29 Decreto dando competencia aos delega- dos e sub-delegados do ministerio pu- blico para, nos territorios da companhia do Nyassa, representarem em juízo a mesma companhia .....	916

# ERRATAS

---

- A paginas 2, linha 22.ª, onde se lê «não qode», deve lêr-se «não póde».
- A paginas 36, 2.ª columna, linha 29.ª, onde se lê «á perenrinação», deve lêr-se «á peregrinação».
- A paginas 37, 2.ª columna, linha 8.ª, onde se lê «rua intenção», deve lêr-se «sua intenção».
- A paginas 39, 1.ª columna, linha 25.ª, onde se lê «ci-dossous», deve lêr-se «ci-dessous».
- A paginas 40, 1.ª columna, linha 4.ª, onde se lê «son enregístrés», deve lêr-se «sont enregístrés».
- A paginas 44, 1.ª columna, linha 38.ª, onde se lê «lorsques les opérations», deve lêr-se «lorsque les opérations».
- A paginas 45, 1.ª columna, linha 8.ª, onde se lê «qui pentêtre», deve lêr-se «qui peut être».
- A paginas 51, 1.ª columna, linha 11.ª, onde se lê «avant le depar», deve lêr-se «avant le départ»; e na linha 54.ª, onde se lê «visitem édicale», deve lêr-se «visite médicale».
- A paginas 53, 1.ª columna, linha 41.ª, onde se lê «ler personnes», deve lêr-se «les personnes».
- A paginas 55, 1.ª columna, linha 7.ª, onde se lê «une surfâce», deve lêr-se «une surface»; e na 2.ª columna, linha 25.ª, onde se lê «Altas Partos», deve lêr-se «Altas Partes».
- A paginas 437, penultima linha, onde se lê «3.ª companhia», deve lêr-se «6.ª companhia».

# COLLECCÃO

DA

## LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

---

1898

---

JANEIRO

---

Recurso n.º 10:544, em que é recorrente Frederico Guilherme Francisco Collaço, e recorrida a comissão municipal do concelho de Moçambique. Relator, o ex.<sup>mo</sup> conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado.

Sendo-me presente a consulta do supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:544, em que é recorrente Frederico Guilherme Francisco Collaço, e recorrida a comissão municipal do concelho de Moçambique :

Mostra-se que a comissão municipal do concelho de Moçambique, em sessão de 9 de setembro de 1896, deliberou supprimir a verba destinada ao facultativo municipal, fundada em que, segundo o disposto na carta de lei de 28 de maio d'aquelle anno, competia á junta de saude a superintendencia sobre o serviço de saude, e aos funcionarios do respectivo quadro a execução de todos os serviços, que pelo código administrativo pertenciam aos facultativos municipaes, sendo, portanto, a verba destinada ao medico do municipio não só prejudicial aos interesses do concelho, mas até illegal, e por estes motivos propoz ao conselho de provincia a suppressão do partido municipal ;

Mostra-se que o interessado Frederico Guilherme Francisco Collaço, convidado pela dita comissão a dizer o que se lhe offerecesse sobre aquella deliberação, allegou :

1.º Que a comissão municipal não podia nem devia supprimir o logar de facultativo de partido, porque ainda subsistiam as mesmas razões, que presidiram á sua criação. A carta de lei de 28 de maio de 1896 não é senão copia fiel, *ipsis verbis*, do decreto de 2 de dezembro de 1869, que regulava anteriormente o serviço de saude nas provincias ultramarinas, principalmente na parte em que se refere aos deveres da junta de saude e seus delegados, e que na vigencia d'esse decreto podiam as camaras municipaes crear partidos medicos, e esses facultativos podiam cumprir livremente os seus compromissos ; como é, pois, que na vigencia do decreto de 1895, ou da carta de lei de 28 de maio de 1896, hão de encontrar obstaculos ?

2.º Que tinha sido nomeado por concurso, tinha pago os direitos de mercê, estava devidamente encartado, e por isso não podia ser privado do seu logar.

Não sendo attendido pela commissão, recorreu para o conselho de provincia ;

Mostra-se que o conselho, por accordão de 16 de junho de 1897, approvou a suppressão do partido medico, fundado em que esta suppressão produzia uma economia importante nos gastos da commissão, podendo ser applicada mais proveitosamente ; que, para mais, n'aquella localidade havia differentes facultativos que bem podiam satisfazer qualquer necessidade urgente, que a mencionada commissão pudesse ter, e em que o decreto de 13 de julho de 1895 confere sómente aos empregados do quadro de saúde o exercicio de todas as funções sanitarias, quer dependam do governo, quer do municipio.

D'este accordão vem o presente recurso interposto pelo medico, com elle prejudicado, em que, entre outros fundamentos, allega e prova com o documento a fl. 19 v., que foi nomeado em concurso e está legalmente encartado :

O que tudo visto e ponderado com a resposta do ministerio publico ;

Considerando que o decreto de 13 de julho de 1895, em que o conselho recorrido tambem se fundou para approvar a suppressão do partido municipal de que se trata, está revogado pela carta da lei de 28 de maio de 1896 ;

Considerando que a suppressão do partido municipal, deliberada pela commissão recorrida, carece de fundamento legal, pois que a citada carta de lei não comprehende no artigo 40.º todos os serviços a que pelo código administrativo são obrigados os facultativos municipaes, e assim ficaria a auctoridade publica privada dos serviços technicos que a commissão é obrigada a prestar-lhe (portarias de 28 de julho de 1852 e 15 de setembro de 1853) ;

Considerando que a commissão não póde prescindir de serviços, aliás importantes, que deixariam de ser desempenhados, se o partido fosse supprimido ;

Considerando que, equivalendo a extincção do partido a uma demissão do facultativo que o occupa, não póde ella ter logar senão nos termos da carta de lei de 19 de julho de 1839, artigo 1.º, e artigo 127.º n.º 6.º do código administrativo de 1842 :

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, dar provimento no recurso, revogando o accordão recorrido.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 13 de janeiro de 1898. — REI. — *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Está conforme. — Secretaria do supremo tribunal administrativo, em 21 de janeiro de 1898. — O secretario geral, *Julio Cesar Cau da Costa.*

Recurso n.º 10:573, em que é recorrente Francisco Silvestre Sebastião Archanjo de Sousa, e recorrido José Maria Victor Telles, Relator o ex.<sup>mo</sup> conselheiro, vogal effectivo, Antonio Telles Pereira de Vasconcellos Pimentel.

Sendo-me presente a consulta do supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:573, em que é recorrente Francisco Silvestre Archanjo de Sousa, e recorrido José Maria Victor Telles:

Mostra-se que Francisco Silvestre Sebastião Archanjo de Sousa, escrivão do juizo do julgado municipal de Pondá, constando-lhe ter fallecido o tabellião de notas da comarca das Ilhas, José Paulo Telles, e devendo este logar ser provido nos termos do decreto de 2 de maio de 1894, e tendo sido classificado em concurso, requereu ao commissario regio na India o provimento no referido logar;

Mostra-se que tendo sido indeferido o requerimento do recorrente, *por estar transferido para o logar um outro*, requereu a intimação do despacho para interpor d'elle recurso para este tribunal, ao que foi deferido, e permitido o recurso;

Mostra-se que aquelle que foi transferido para a vaga, e contra o qual o recorrente reclamou, estava exercendo logar da mesma categoria, e a vaga que ficou depois de uma transferencia, e do despacho do escrivão do julgado municipal de Pondá, é que foi despachado o recorrido, que foi classificado em concurso, e sendo certo, e o mesmo recorrente confessa, que um outro era ainda melhor classificado do que o recorrente, e se a

primazia das classificações entre os approvados em concurso fosse obrigatoria, não era ao recorrente que competia o reclamar;

Mostra-se que, entrando em duvida se do despacho do commissario regio havia recurso, respondeu o procurador geral da corôa e fazenda a fl. 6 o seguinte:

«Que na secretaria geral do Estado da India entrava em duvida, se dos actos do commissario regio se podia tomar o termo do recurso, por estar o commissario regio no uso das faculdades do poder executivo, em que estava investido pelo decreto que o nomeou, e se pensa que taes recursos só pôdem ser interpostos e seguidos perante a secretaria do ministerio da marinha;

Que elle, procurador da corôa, é contrario a todas as interpretações que possam coartar o direito de recorrer, consequencia legitima do direito de defesa. Nos casos de duvida, a auctoridade recorrida deve de preferencia admittir a interposição do recurso, em logar de indeferir a pretensão, deixando que o tribunal resolva sobre a competencia do processo adoptado;

Não ha lei ou disposição equivalente que preceitue a fôrma do recurso das determinações dos commissarios regios, em que tenham invocado as faculdades do poder executivo;

Adoptar as leis geraes em vigor no ultramar, relativas aos recursos dos actos dos governadores geraes, pareceu ao procurador da corôa e fazenda o caminho a seguir, emquanto que o governo da metropole não prescrever outro processo, e emquanto os tribunaes de recurso não estabelecerem diversa jurisprudencia;

Ao lado dos commissarios regios não foi creada uma secretaria especial, as secretarias geraes dos governos têm sido tambem secretarias dos commissariados regios, e por ellas têm sido expedidas as ordens inherentes ou privativas das attribuições mal definidas d'aquelles funcionarios;

O ministerio publico deve intervir nos recursos para o supremo tribunal administrativo;

As secretarias geraes devem informar os processos juntando-lhes os documentos existentes nos seus archivos;

O fim que o legislador teve principalmente em vista, com taes exigencias, foi o habilitar o tribunal com o maior numero de elementos de apreciação;

Na secretaria da marinha não poderia por certo satisfazer-se ás exigencias da lei pela fôrma completa, como pôde e deve fazer-se na provincia ultramarina d'onde procede o recurso, o tribunal *ad quem* não dispensaria estas informações, o recurso teria, quando interposto em Lisboa, de vir á India, dando logar á demora da decisão sempre prejudicial a uma das partes;

Em vista do exposto mandaria tomar o termo do recurso, que se requereu, indicando todas as duvidas para o tribunal as decidir;

Segundo o artigo 34.º do regulamento da justiça, com referencia ao decreto de 2 de maio de 1894 que substituiu o de 29 de outubro de 1891, a nomeação dos tabelliães é attribuição do poder executivo, e só a sua transferencia, a seu pedido ou por conveniencia do serviço, dentro da provincia, que governam, é da competencia dos governadores geraes;

Penso, portanto, que a fôrma adoptada pelo sr. commissario regio, portarias para as transferencias, decretos para as nomeações, foi inteiramente legal.»

Accrescenta ainda o procurador da corôa, que o recorrente julga violados os seus direitos adquiridos, por ter obtido melhor classificação do que o nomeado, parecendo-lhe, portanto, que o recurso tem por base, quer o n.º 3.º do artigo 1.º do decreto de 1886, quer igual numero do artigo 352.º do codigo administrativo de 4 de maio de 1896 (que não está em vigor no ultramar), que é copia textual d'aquelle;

Porém este assumpto não pôde influir para se negar o termo do recurso.»

Mostra-se allegar o recorrente:

«Que o recurso é competente, foi interposto em tempo, são legitimas as partes, que o recurso tem fundamento legal, e ha necessidade de uma reparação por motivo de justiça;

Que o recurso é competente, pois que, segundo o decreto de 2 de maio de 1894, feitos os concursos é formulada uma lista dos classificados, que é remetida para o ministerio da marinha, e os despachos pertencem ao ministro e não aos commissarios regios, e o recorrido foi despachado por decreto do commissario regio;

Que a entidade «commissario regio» não é prevista, nem na carta constitucional da monarchia, nem na carta organica de 1 dezembro de 1869;

Portanto, é claro que das decisões dos commissarios regios cabe recurso para o supremo tribunal administrativo, sendo a lei reguladora o decreto de 25 de novembro de 1886;



Que, embora o commissario regio estivesse investido de attribuições do poder executivo, elle não podia fazer a nomeação senão em face da lista que estava no ministerio da marinha;

Que as attribuições do commissario, além de não annullarem as leis especiaes, não podiam transferir no mesmo funcionario os direitos e deveres que estão conferidos, não só ao ministro, mas ainda á secretaria do ministerio;

Que pela nossa legislação as funções publicas estão divididas e commettidas a cada funcionario, estabelecendo-se a competencia, não podendo, portanto, um funcionario, por mais graduado que seja, arrogar-se as attribuições de outros;

Que as partes são legitimas, porque para o concurso que se realizou em abril de 1895 foram, entre outros, concorrentes o recorrente e o recorrido, e, vagando em agosto o logar nas Ilhas, o recorrente requereu o logar e teve como despacho *está provido outro*, e o recurso versa sobre este despacho e contra essa nomeação;

Que os fundamentos do recurso é o ser despachado o recorrido contra a classificação feita em concurso, porque a sua classificação é inferior á do recorrente e de outro concorrente ainda melhor classificado que o proprio recorrente.»

Mostra-se que o despacho de que se recorreu é do indeferimento no requerimento em que o recorrente pediu a comarca das Ilhas, que foi provida por uma transferencia, para a qual estão auctorisados os governadores ou commissarios, mas alem d'isto confessou o recorrente que no concurso houve outro melhor classificado; portanto, segundo a sua argumentação, se houve violação de direitos com o despacho, esses direitos não assistiam ao recorrente, mas ao outro melhor classificado e que não podia transferir para o recorrente esses direitos, sendo o recorrente parte illegitima para recorrer do despacho do commissario regio, que indeferiu por estar provido o logar das Ilhas;

Mostra-se allegar o procurador da corôa e fazenda, em resposta ao requerimento de fl. 35, que ao tribunal superior é que compete decidir, e tanto do primeiro ponto da reclamação, como do segundo. Que para a reclamação se invocou o codigo do processo civil, tambem com igual direito uma outra lei do processo pôde oppôr-se á conclusão do requerente, que pede se archive o recurso, por não estar a minuta assignada por procurador habilitado;

Mostra-se allegar o recorrido que, alem da nullidade resultante da assignatura da minuta, accresce que a competencia do supremo tribunal administrativo é hoje regulada pelo codigo administrativo de 4 de maio de 1896, que, tendo revogado toda a legislação em contrario, é claro que revogou o regulamento de 25 de novembro de 1886.

A nomeação do recorrido foi feita pelo commissario regio, por decreto, no exercicio do poder executivo, e não como governador geral, que é simples auctoridade administrativa;

Que pelo artigo 352.º n.º 6.º do codigo administrativo de 4 de maio de 1896 só ha recurso para o supremo tribunal dos actos e despachos do governo, exclusivamente recaídos em questões de posto ou antiguidade dos officiaes militares, ou nas de patentes industriaes, e nas expressamente estabelecidas em leis especiaes, e em nenhum d'estes casos está comprehendido o recurso, e portanto não é competente o tribunal;

Que, se o codigo administrativo não está em vigor no ultramar (o que se nega), tendo revogado o regulamento de 25 de novembro de 1886, ainda o recorrente fica em melhores circumstancias, porque o regulamento, no artigo 1.º n.º 3.º, só admite recurso dos actos das auctoridades administrativas, por mais mal definidas que fossem as attribuições do commissario regio, o que não soffre duvida é que ellas tenham duas naturezas, se não tres, administrativas, governativas e legislativas, e foi no exercicio da segunda que o recorrido foi nomeado para o cargo que occupa; porém o recorrido vae até ao ponto de considerar o commissario regio como governador e só com o poder administrativo, porque é expresso o artigo 1.º n.º 3.º do regulamento, que diz que os recursos dos actos das auctoridades administrativas só pôdem ter os seguintes fundamentos: 1.º incompetencia e excesso de poder, 2.º violação de leis, 3.º offensa de direitos adquiridos, e nenhum d'estes fundamentos pôde ter o recurso.

Alem de tudo, o recorrente não requereu o logar de tabellião de Pondá, mas o das Ilhas, e só com relação a este logar o recurso seria legitimo;

Mostra-se allegar ainda o procurador da corôa e fazenda, que a opinião d'elle ácerca da legalidade e competencia do recurso, estão expressas nos pareceres n.ºs 79 e 91 incorporados no processo; enquanto ao merecimento dos autos acompanha o recorrido nas conclusões da sua resposta.

Não ha disposição de lei que obrigue o governo da metropole a preferir o mais classificado em concurso. O artigo 6.<sup>o</sup> do decreto de 2 de maio de 1894 manda nomear de entre os classificados em concurso.

Allega mais, que não ha fundamento attendivel na argumentação do recorrente, e que, na sua elevada posição de velar pelo exacto cumprimento das leis, parece-lhe não pertencer ao tribunal de recurso prescrutar os motivos, que influiram para a nomeação feita pelo commissario regio, e vota pelo improvimento no recurso;

Mostra-se que o processo seguiu seus termos regulares:

O que tudo visto e examinado e a resposta do ministerio publico;

Considerando que o recurso foi interposto nos devidos termos, sendo competente para a interposição a secretaria do governo geral da India, por onde correm os negocios da administração da provincia;

Considerando que a nullidade, por não estar assignada a minuta de recurso por um procurador habilitado, não procede, em face do decreto de 15 de setembro de 1892, que manda conhecer do recurso, mesmo não sendo minutado;

Considerando, porém, que o commissario regio, com o despacho de que se recorreu não aggravou o recorrente, pois competia ao commissario regio transferir para o logar, que o recorrente requereu, qualquer dos escrivães em exercicio nos seus respectivos logares, decreto de 2 de maio de 1894;

Considerando que o recorrente confessa que no concurso a que concorren com o recorrido concorreu tambem um outro, que ficou melhor classificado que os dois, e não estando este despachado, como o recorrente confessa, se o despacho que nomeou o recorrido pudesse offender direitos, não os tinha o recorrente, mas o melhor classificado, que se não deu por offendido;

Considerando assim, que o recorrente era pessoa illegitima para recorrer do despacho que nomeou o recorrido, se d'este interpozesse recurso, e os autos convencem que o recurso vem do despacho que indeferiu o requerimento em que o recorrente pediu para ser despachado para a vaga dada nas Ilhas, para onde ao tempo do pedido estava transferido outro;

Considerando que aos commissarios regios pertencem todas as attribuições dos governadores geraes, e a estes é commettida, pelo decreto de 2 de maio de 1894, a faculdade de transferir os tabelliães, a pedido d'estes, ou por conveniencia do serviço:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso, por falta de fundamento legal.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 13 de janeiro de 1898.—REI.—*Francisco Felisberto Dias Costa*.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal administrativo, em 21 de janeiro de 1898.—O secretario geral, *Julio Cesar Cau da Costa*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Não tendo sido cumpridas pelas camaras municipaes d'essa provincia as disposições da carta de lei de 21 de maio de 1896, que manda considerar despesa obrigatoria dos municipios das provincias ultramarinas o subsidio de 1 0/0 das suas receitas ordinarias destinado ao Instituto ultramarino, encarrega-me sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de recommendar muito especialmente a v. ex.<sup>a</sup>, se sirva tomar as necessarias providencias para que em conselho de provincia não sejam approvados os orçamentos municipaes em que não venha consignada a referida despesa obrigatoria.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 14 de janeiro de 1898.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Sua Magestade El-Rei ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, determinar que os conductores de 1.<sup>a</sup> classe, habilitados com o curso d'engenharia civil, pertencentes ao quadro das obras publicas do ultramar, e os que de futuro venham a pertencer-lhe, tenham a denominação de engenheiros auxiliares, continuando a perceber os vencimentos indicados na tabella E, annexa ao decreto com força de lei de 20 de agosto de 1892, para os conductores de 1.<sup>a</sup> classe das obras publicas de Angola e Moçambique. O que se communica aos governadores das provincias ultramarinas para seu conhecimento e devidos effectos. — Paço, em 14 de janeiro de 1898. — *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Sendo necessario regular a fôrma de correspondencia entre os governadores geraes de provincia, ou de districto, e os commandantes das forças navaes e navios soltos que, occasional ou permanentemente, se encontrem nos portos das possessões ultramarinas: manda Sua Magestade El-Rei que a correspondencia seja reciprocamente trocada por meio de cartas de officio assignadas pelos governadores e commandantes, podendo, porém, ser assignadas pelos secretarios geraes ou secretarios dos governos, quando dirigida a officiaes de categoria inferior a capitão-tenente.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao vice-almirante major general da armada, para seu conhecimento e devidos effectos. — Paço, em 18 de janeiro dâ 1898. — *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Havendo-se reconhecido que o artigo 209.<sup>o</sup> da ordenança geral da armada, approvada por decreto de 5 de março de 1896, pôde originar duvidas quanto ao teor das relações entre os governadores das possessões portuguezas e os commandantes das forças navaes, ou navios soltos, que, accidentalmente ou em commissão de estacionamento, se encontrem nos portos d'essas possessões, e sendo indispensavel definir por modo explicito qual a doutrina que deriva do citado artigo, afim de que, guardada por aquelles funcionarios a conveniente separação das attribuições de serviço, mantenham, comtudo, entre si a cooperação mais efficaz:

Manda Sua Magestade El-Rei declarar que, devendo a prestação de serviços por parte dos navios ou forças navaes presentes ser obtida pelos governadores, mediante requisição dirigida aos commandantes d'essas forças ou navios, igualmente se impõe a estes commandantes o dever de prestarem os serviços requisitados, ao que sómente poderão escusar-se por escripto em termos de deferencia e assumindo a inteira responsabilidade, quando os alludidos serviços sejam formalmente incompativeis com o estado dos navios ou das guarnições, ou prejudiquem de maneira irremediavel o objectivo especial das instrucções recebidas, e não seja, n'este caso, invocada pelos governadores a urgencia por motivo de salvação publica; cumprindo aos referidos commandantes, sempre que tenham apresentado escusa, communicar sem demora á maioria general da armada e aos respectivos commandantes de divisão, a occorrença havida e todos os documentos justificativos do procedimento seguido, para serem immediatamente liquidadas as correspondentes responsabilidades.

Outrosim determina o mesmo augusto senhor que os commandantes das forças navaes e navios soltos prestem invariavelmente, e por fôrma cabal e explicita, as informações que lhes forem requisitadas pelos governadores das possessões portuguezas sobre qualquer assumpto de serviço, de que os ditos commandantes tenham conhecimento quer pelo exercicio dos seus cargos, quer por qualquer outro modo, exceptuada apenas a informação sobre o que constitua segredo profissional, ou deva por expressa determinação superior considerar-se assumpto para elles confidencial e reservado.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao vice-almirante major general da armada e aos governadores das provincias e districtos autonomos do ultramar, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 18 de janeiro de 1898. — *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Tendo o governador da provincia de Macau, em officio n.º 348, datado de 30 de novembro do anno proximo findo, mostrado a conveniencia que ha para o serviço em que as duas companhias de infantaria, que actualmente constituem a guarnição da mesma provincia, formem um grupo commandado por um official superior, para os effeitos de administração, disciplina e instrueção, apresentando tambem algumas providencias tendentes a assegurar o bom funcionamento do alludido grupo; e, attendendo a que as modificações propostas em nada contrariam qualquer organização da força publica n'aquella colonia que ulteriormente se julgue conveniente estabelecer: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar, para terem execução provisoria, as alterações propostas pelo referido governador no officio acima citado.

Paço, em 20 de janeiro de 1898. — REI. — *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Com referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 236, de 15 de dezembro ultimo, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup>, que o presbytero Jeronymo Michael Clemente, professor da cadeira de francez, de Mapuçá, não pode ser nomeado definitivamente, em vista da disposição clara da lei; mas que, tendo em attenção as circumstancias especiaes em que o mesmo professor se encontra, deve ser equiparado aos que teem provimento definitivo, só para os effeitos do artigo 11.º do decreto provincial de 9 de janeiro de 1897, isto é, para continuar no serviço como até aquella data.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 20 de janeiro de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador geral do Estado da India. — Pelo director geral, *J. M. Barbosa de Magalhães.*

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Com referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 768, de 29 de outubro ultimo, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que, conformando-se com a sua proposta, determinou, por despacho de 19 do corrente mez, que o secretario do governo da Lunda seja abonado dos vencimentos que percebem os tenentes em serviço n'aquelle districto.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 20 de janeiro de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador geral da provincia de Angola. — Pelo director geral, *J. M. Barbosa de Magalhães.*

Sua Magestade El-Rei manda, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar a escala, para o serviço, na provincia da Guiné portugueza, dos facultativos e pharmaceuticos do quadro de saude de Cabo Verde e Guiné, devendo observar-se que na provincia da Guiné exista sempre, além do sub-chefe de saude ou quem o substituir, um facultativo de 1.<sup>a</sup> classe, e que o pessoal medico e pharmaceutico privativo d'esta ultima provincia não pode ser desligado do seu exclusivo serviço.

O que se comunica ao governador da provincia de Cabo Verde para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 21 de janeiro de 1898. — *Francisco Felisberto Dias Costa.*

**Escala para o serviço dos facultativos e pharmaceuticos do quadro de saude de Cabo Verde e Guiné na provincia da Guiné Portuguesa, durante o anno de 1898**

Numero de ordem	Nomes	Annos em que prestaram serviço na Guiné	Tempo de serviço que prestaram na Guiné			Data do ultimo regresso da Guiné	Observações
			Annos	Mezes	Dias		
Facultativos de 1. <sup>a</sup> classe							
1	Manuel Nunes d'Oliveira	—	—	—	—	—	Ainda não serviu na Guiné.
2	João Gualberto Pinto	1893	—	2	13	29-10-93	Por ordem do ministro.
3	Joaquim Peres	1893	—	2	13	29-12-93	Pela junta de saude.
4	Joaquim Esmeraldo Nobre	1889	—	5	24	23-11-89	—
5	João Augusto da Costa Martins	1892-1896	—	11	—	28-11-96	Esteve por duas vezes na Guiné.
6	Antonio Maria Marques Perdigão	1895	3	4	24	—	Continúa na Guiné, a cujo quadro pertencia, tendo em março de 1897 optado pelas vantagens da carta de lei de 28 maio de 1896.
Facultativos de 2. <sup>a</sup> classe							
1	Arnaldo Barbosa de Mendonça	—	—	—	—	—	Não serviu na Guiné. E' de todos o mais moderno e por isso o 1. <sup>o</sup> a destacar.
2	Zeferino Xavier Lobo	—	—	—	—	—	Não serviu na Guiné.
3	Julio Barbosa Nunes Pereira	—	—	—	—	—	Idem.
4	João Baptista de Faria	—	—	—	—	—	Idem.
5	Caetano Francisco Xavier Bossuet da Piedade Rebello	1894-95	—	6	11	28-3-95	Pela junta de saude.
6	Antonio José de Sousa	1893-94	1	1	—	24-7-94	Idem.
7	José Antonio Ramalho Pinto do Rosario	1887-1897	2	6	17	24-11-97	Serviu duas vezes na Guiné. A ultima, regressou pela junta de saude.
8	Antonio Freitas Ferraz	1897	—	7	13	—	Continúa destacado na Guiné.
Pharmaceuticos							
1	João Antonio Cardoso Junior	—	—	—	24	24-5-97	Pela junta de saude.
2	Manoel Pinto	1896	—	—	31	24-7-96	Idem.
3	Raphael Baião Vieira	1896-97	1	—	—	24-8-97	Idem para o reino, onde ainda se conserva.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 21 de janeiro de 1898.  
 == O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Tendo-se suscitado algumas duvidas ácerca da applicação das diversas disposições leaes que regulam o serviço fiscal do porto de S. Vicente de Cabo Verde, manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, declarar ao governador d'esta provincia, que as disposições do artigo 1.<sup>o</sup> do decreto com força de lei de 26 de outubro de 1897 são exclusivamente applicadas aos paquetes transatlânticos que, em virtude de contracto com o governo de Sua Magestade Fidelissima para o serviço internacional dos correios, demandem o porto da ilha de S. Vicente com o fim de entregarem ou receberem malas, os quaes, embora recebam carvão, nenhum imposto ou direito pagarão, subsistindo para todos os outros casos, em todas as suas applicações e para todos os seus effeitos, as disposições geraes e especiaes do decreto com força de lei de 30 d'abril do mesmo anno.

Paço, em 27 de janeiro de 1898.== *Francisco Felisberto Dias Costa*.

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>; n.<sup>o</sup> 302, de 18 de outubro do anno findo, em que v. ex.<sup>a</sup> remetteu os requerimentos dos funcionarios ecclesiasticos, civis e militares de Macau, que pediam lhes fossem pagos os seus vencimentos ao cambio do ultimo dia do mez, incumbem-me de dizer a v. ex.<sup>a</sup> o seguinte :

Não consta que nação alguma pague vencimentos a empregados coloniaes ao cambio da libra sterlinga. Inglezes ou hollandezes, ou estabelecem nas suas possessões a moeda metropolitana, ou acceitam, como os primeiros no Indostão, a moeda colonial, estabelecendo aos empregados da colonia os proventos n'essa moeda, mas em relação com os do reino.

E' certo, porém, que, devido ás recentes circumstancias anormaes em que esteve a India, o governo transacto auctorizou o pagamento de vencimentos ao cambio da libra bancaria; mas, tendo-se modificado essas circumstancias, o governo providenciará no sentido de não serem sacrificados, nem os interesses do thesouro, nem os direitos dos funcionarios.

Não pôde, pois, o exemplo da India, servir de argumento aos funcionarios de Macau. Entretanto, foi esse exemplo, mais do que os argumentos a que se amparam os empregados de Macau, que lhes suggeriu a pretensão de serem pagos ao cambio da libra de Hongkong, em paiz onde tambem não corre o ouro, que representa unicamente um valor cambial. Ora, se tal exemplo servisse e o pedido fosse attendido, viriam, em breve, os empregados de Moçambique com equal supplica, e mais razão, porque ali o curso é de moeda de prata subsidiaria, do reino, fraquissima como moeda representativa que é, e porque ali o ouro tem curso legal; viriam, em seguida, os empregados de Cabo Verde e de S. Thomé pedirem a mesma vantagem, animados pelo exemplo e fundados na fraqueza da moeda de prata que ali corre. E, — enquanto os empregados do reino são pagos em notas sem reembolso, depreciados cada 4\$500 réis em 2\$100 réis no mercado cambial, — os empregados coloniaes seriam pagos em ouro ainda nos paizes onde o padrão é prata. Nos orçamentos coloniaes não seria possivel apreciar a despesa, dependente como ficaria da base do cambio, que se não poderia prevêr, ao passo que as receitas seriam cobradas na moeda corrente da provincia, que não poderia ser outra sem que uma lei violenta obrigasse o contribuinte a comprar ouro para pagamento dos impostos, ou que ficasse legalisado o processo de cobrar n'uma moeda e pagar em outra.

Entre os diversos argumentos, em que os empregados de Macau baseiam o pedido para receberem os seus vencimentos ao cambio da libra em Hongkong, são principaes os seguintes, que é conveniente desenvolver e analysar separadamente :

«1.<sup>o</sup> — Que a pataca, cotada officialmente a 640 réis, não obtém, ao cambio da libra, esta quantia, mas valor sempre inferior, não excedendo, em setembro, o seu valor cambial a 404 réis.»

Antes de tudo, é conveniente notar que a cotação official de 640 réis unicamente serve para marcar quanto tem a receber no reino, por cada pataca, os empregados que aqui transitam. Os requerentes consideram a libra ao par, isto é, a 4\$500 réis, pretendendo — em paiz onde a moeda de ouro não existe, e é tão sómente uma mercadoria cambial e que, pela sua raridade e necessidades de commercio com a Inglaterra, tem de attender não só á desvalorisação da prata em relação ao ouro, mas tambem a outras condições, — aferir o valor da pataca. O cambio entre as moedas de dois paizes não representa só a apreciação do seu toque relativo, representa tambem a sua raridade relativa e as condições commerciaes do balanço entre as duas praças.

Para que se possa estabelecer o valor da pataca, com relação á libra de ouro, é preciso ver qual o preço que tem a prata fina contida em uma pataca. Para o caso presente seria necessario tomar a média d'este preço em um determinado periodo de tempo, ver d'este modo a que correspondia em ouro a prata de uma pataca, deduzir-lhe uma percentagem representativa do custo da cunhagem, estabelecendo-lhe finalmente o valor, que ha de ser sempre approximado. O cambio só representa um valor oscillante de occasião e não serve, por isso, para aferir valores que tem de ser permanentes por um certo tempo. Não é, portanto, pelo cambio que se podem estabelecer as receitas e despesas de um paiz.

2.<sup>o</sup> — «Que os vencimentos dos empregados foram inscriptos em réis nos diplomas primitivos, devendo por isso ser pagos em réis.»

Até 1893-1894 os orçamentos eram inscriptos em réis de Portugal. Considerando, porém, não existirem réis em Macau e a ser a escripturação feita em patacas, porque tanto as receitas assim tinham de ser arrematadas e cobradas, como também as despesas tinham de ser pagas, foi ordenado que o orçamento se fizesse n'esta moeda, entrando no calculo com o valor de 640 réis por cada pataca. Por este modo todos os vencimentos foram augmentados de 32  $\frac{4}{5}$  p. c., isto é, um empregado que tinha por mez 175000 réis ou 20 patacas (a 850 réis cada pataca) passou pelo novo orçamento a receber 26 patacas e 56 avos.

O serem antigamente os vencimentos inscriptos em réis não obriga o governo a pagar réis onde não existem, nem tão pouco a pagar ouro onde o não ha. O dever do governo é approximar, quanto possivel, as duas moedas — a de Portugal e a de Macau — no que decerto os requerentes não seriam concordes actualmente, em que a moeda de Portugal é representada pela nota do Banco de Portugal.

3.º Consiste o terceiro argumento em «receberem os officiaes de marinha embarcados nos portos estrangeiros os seus vencimentos em ouro».

Os officiaes de marinha são empregados da metropole. Quando estão em Lisboa, recebem na moeda corrente no reino. Embarcados nos portos estrangeiros, recebem em moeda forte do reino, e, como n'esses portos não ha moeda de Portugal, recebem libras ao cambio ao par, como é ordenado pelo art. 256.º do regulamento de fazenda de 30 de novembro de 1874, providencia muito justa para empregados que viajam sem permanencia nos paizes em que dão fundo, quando ali têm de receber vencimentos, tendo muitas vezes de perder na moeda que receberam, quando, passando para outro paiz, têm de pagar despesas.

4.º E', de todos os argumentos, o quarto o mais forte — fundando-se, como se funda, na carestia dos generos de primeira necessidade.

Mas, mesmo sob esse ponto de vista, a vida em Macau é muito mais barata do que em outras colonias.

Além das considerações expostas é preciso não esquecer que os contractos de exchivos em Macau estão todos feitos, tomando-se por unidade monetaria a pataca, e que, por isso, os arrematantes que, por exemplo, tiverem de pagar uma annuidade de 10:000 patacas, que seriam nominalmente 6.400:000, passarão a pagar muito menos.

Tambem é necessario attender á questão do imposto do sello, visto que os sellos em circulação em Macau teem a correspondencia em avos de patacas.

Por todo o exposto e em vista das precarias circumstancias do thesouro, as quaes obrigam a adiar novos augmentos de despesa para occasião mais opportuna, não póde o ex.<sup>mo</sup> ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar deferir a pretensão dos requerentes.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 31 de janeiro de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Macau. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

## FEVEREIRO

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que, a bordo do vapor *Bissau*, da empresa nacional, seguem viagem para essa provincia, em 6 do corrente, o tenente, Manuel Cesar Rodrigues, e o alferes, Antonio Baptista da Silva, ambos da arma de infantaria do exercito do reino, que ali vão servir em commissão. Estes officiaes teem direito aos vencimentos designados na circular do ministerio da guerra, n.º 1:431, de 14 de julho de 1896, enviada por copia a esse governo em 4 de dezembro ultimo, sendo a ajuda de custo elevada a trezentos mil réis na occasião do embarque e a duzentos mil réis no regresso á metropole, em conformidade com os despachos de sua ex.<sup>a</sup> o ministro, de 25 de janeiro findo.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 5 de fevereiro de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia da Guiné. — O director geral, *F. J. da Costa e Silva*.

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei a portaria do governador da provincia de S. Thomé e Principe, n.º 308, de 1 de outubro ultimo, pela qual aquelle funcionario creou, na ilha do Principe, tres postos militares de segurança para reprimir a vadiagem que infesta aquelle districto; e

Considerando que a prompta execução d'esta medida, exigida pela urgente necessidade de provêr á segurança e ordem publica, não póde ser demorada até á decisão da proposta de lei que vae ser presente ao parlamento para este fim:

Ha por bem o Mesmo Augusto Senhor approvar, provisoriamente, a referida portaria e o regulamento que d'ella faz parte, ficando a approvação definitiva dependente da expedição do competente diploma legislativo, e assim o manda, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, communicar ao mencionado governador para os devidos effeitos.

Pago, em 9 de fevêreiro de 1898.—*Francisco Felisberto Dias Costa.*

Não permittindo as difficuldades com que luctam os cofres da metropole a continuação das despesas occasionadas pelas repetidas requisições de material feitas pelas provincias ultramarinas, não indemnizando os cofres de algumas d'essas provincias as importancias despendidas no reino com o material enviado, com quanto as respectivas quantias estejam no todo ou em parte inscriptas nos orçamentos coloniaes, bem como outras muitas despesas que, tendo por sua natureza de ser pagas na metropole, muito conviria serem as suas importancias previamente remettidas;

Manda sua Magestade El-Rei que o governo de Moçambique, em observancia do artigo 7.º do decreto de 4 de março de 1870, todas as vezes que enviar requisições de material, as faça acompanhar da importancia provavel do seu custo, liquidando-se posteriormente as differenças que por ventura se derem nos preços dos fornecimentos, sem o que deixarão de ser attendidas as mesmas requisições.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral de Moçambique para seu conhecimento.

Pago, em 10 de fevêreiro de 1898.—*Francisco Felisberto Dias Costa.*

Tendo o governador da provincia de Cabo Verde feito constar ao governo, nos termos do artigo 27.º do decreto de 30 de novembro de 1869, ser indispensavel a creação de uma escola de instrucção primaria elementar para o sexo feminino na ilha de S. Vicente, unica do archipelago em que tal escola não existe, subsidiada pelo Estado, apesar de ser já superior á da capital da provincia a população da cidade do Mindello: hei por bem, tendo ouvido a junta consultiva do ultramar, em harmonia com o disposto no artigo 12.º n.º 1.º do decreto de 20 de setembro de 1894, crear uma escola de instrucção primaria elementar para o sexo feminino na cidade do Mindello, da ilha de S. Vicente de Cabo Verde, com o subsidio estabelecido para as outras escolas de instrucção primaria da mesma provincia.

O ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Pago, em 10 de fevêreiro de 1898.—REL.—*Francisco Felisberto Dias Costa.*

Sendo-me presente a consulta do supremo tribunal administrativo no processo n.º 9:199, em que é recorrente a confraria do Santissimo da Senhora dos Remedios e de Santo Ignacio da igreja de Betalbatim, e recorrido Emygdio da Conceição Affonso.

Mostra-se que a recorrente confraria da Senhora dos Remedios e de Santo Ignacio da igreja de Betalbatim, do concelho de Salsete, Estado da India, recorreu para este supremo tribunal do despacho do governador da India, que permittiu e sancionou um contrato de aforameento perpetuo de um terreno inculto, sito na aldeia de Betalbatim, pertencente ao cofre de Santo Ignacio da mesma aldeia;



Mostra-se que o aforamento foi determinado, sendo ouvidos os interessados e a mesa administradora, por despacho de 3 de agosto de 1889;

Mostra-se que Ignacio Jeronymo e Ignacio Francisco Rebello reclamaram contra a concessão com os fundamentos constantes de suas petições, o que se vê a fl. 21 e 23 dos autos;

Mostra-se que estas reclamações foram indeferidas por despachos de 27 de maio de 1892;

Mostra-se que a confraria recorrente, por seu turno, reclamou, também, pedindo não só que se declarasse nullo o contracto de aforamento e o despacho que o permittiu, mas permissão para serem intentadas acções judiciais necessarias, não só para terminar tal concessão, mas para obter indemnisações por perdas e damnos, pretensão que foi indeferida por despacho do governador de 27 de maio de 1892;

Mostra-se (petição de recurso a fl. 7), que o recurso vem do despacho de 30 de agosto de 1889, pedindo-se a annullação do contrato de aforamento, por differentes fundamentos, sendo um d'estes, que o terreno aforado não pertencia só á confraria recorrente, mas por egual á fabrica da egreja;

Mostra-se que o recurso foi interposto em 11 de outubro de 1893;

Mostra-se que o processo seguiu seus termos regulares, e, citado, o recorrido respondeu a fl. 63, sustentando não só a incompetencia do tribunal, mas a extemporaneidade do recurso estando, á sua interposição, findos todos os prazos, não sendo permittida qual-quer prorrogação d'elles;

Mostra-se responder o ministerio publico a fl. 49-v. e a fl. 68, considerando o recurso interposto de um acto de administração, e como tal sujeito ao disposto no § 1.º do artigo 299.º do codigo administrativo de 1886;

O que tudo visto e examinado, e a resposta do ministerio publico;

Considerando que o recurso foi interposto pela petição de fl. 2, na qual se pede a annullação do aforamento feito ao recorrido, por ser nullo tal contracto por differentes fundamentos na mesma petição allegados;

Considerando que este supremo tribunal não tem competencia para tomar conhecimento de recursos de tal natureza, artigo 288.º n.º 16.º § unico do codigo administrativo, vigente ao tempo em que tal contracto foi feito; mas

Considerando que o mesmo recurso foi interposto fóra dos prazos marcados nas leis, pois, quando mesmo se queira considerar como interposto de um acto de administração a que possa ser applicavel o disposto no § 1.º do artigo 299.º do codigo administrativo de 1886, o prazo dos dois annos estava findo, quando a recorrente interpoz o recurso, pois o despacho do governador é de 3 de agosto de 1889, e o recurso é de 11 de outubro de 1893:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, rejeitar o recurso, não só pela incompetencia do tribunal para d'elle tomar conhecimento, mas porque foi interposto fóra dos prazos marcados nas leis.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1898. — REI. — *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup>, em resposta ao seu officio n.º 794, de 9 de novembro do anno proximo passado, relativo á concessão de passes e de modelos 10, no caminho de ferro de Loanda a Ambaca:

1.º Que os passes periodicos (annuaes, semestraes e trimestraes) serão concedidos mediante accordo entre o director da exploração e o da fiscalisação e visados por este ultimo;

2.º Que os passes de ida e volta e os de viagem simples ou unica poderão ser concedidos sem o *visto* do director da fiscalisação, mas serão relacionados por mezes e a respectiva relação enviada pelo director da exploração ao da fiscalisação no mez seguinte áquelle em que os ditos passes houverem sido concedidos;

3.º Que do modelo 10 far-se-ha identica relação mensal, indicando-se a especie de mercadoria e o empregado, ou o empréiteiro ou o pessoal da construeção, a que o dito modelo haja aproveitado;

4.º Que, quando o portador de um passe não fôr seu legitimo possuidor, observar-se-ha o seguinte:

a) Se o passe fôr periodico, será desde logo annullado, sem prejuizo de qualquer procedimento legal contra quem de direito fôr;

b) Quer o passe seja periodico, quer de ida e volta ou viagem simples, o portador illegitimo será considerado sem bilhete para o effeito do pagamento da passagem e de qualquer outra disposição regulamentar applicavel, devendo ser severamente punidos o empregado ou empregados que tiverem determinado ou concorrido para tal illegalidade;

c) A reincidencia deve importar a demissão do empregado que, abusando das suas attribuições, tiver illegalmente concedido passes:

5.º Que o empreiteiro ou tarefeiro, que por falsas declarações tiver obtido dos empregados da companhia passes ou modelo 10, a que não tenha direito, ficará privado das vantagens que a direcção da exploração lhe concede sobre transporte com passe, ou modelo 10, até ao fim da respectiva empreitada ou tarefa.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 12 de fevereiro de 1898.—Hl.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador geral de Angola.—O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Sendo-me presente a consulta do supremo tribunal administrativo sobre o recurso n.º 10:265, em que é recorrente Sadassivá Xote Portó, da Tiracol, e recorrido Visnum Xete Collopa:

Mostra-se que, tendo sido concedido por despacho do governo do Estado da India, de 20 de janeiro de 1894, em aforamento ao recorrido o terreno denominado «Borda de Cundocasana,» da comunidade de Mapuçá, pediu o recorrente em abril do mesmo anno ao administrador do concelho, que lhe fosse adjudicado o mesmo terreno, com o fundamento de que era requerente anterior e assim preferente ao concessionario;

Mostra-se que o administrador indeferiu esse requerimento em data de 27 de abril, visto que a preferencia devia ter sido allegada antes da confirmação superior;

Mostra-se que d'este despacho recorreu o recorrente para o governador geral, allegando que a preferencia deve ser deduzida depois e não antes do despacho de concessão, porque o regulamento das comunidades trata, em primeiro lugar, da confirmação no artigo 241.º, e em segundo lugar da preferencia no artigo 242.º

Mostra-se que o conselho governativo, que então desempenhava as funções do governador geral, negou provimento no recurso, em vista do disposto nos §§ 1.º e 4.º do artigo 242.º do regulamento das comunidades;

Mostra-se que d'esta decisão vem o presente recurso, em que o recorrente repete as allegações já apresentadas na estancia recorrida;

O que visto, e o parecer do ministerio publico;

Considerando que, segundo o artigo 242.º do regulamento das comunidades, approvado por portaria n.º 591, de 30 de outubro de 1886, se houver mais de um pretendente ao mesmo terreno, será preferido aquelle que primeiro o tenha requerido, o que suppõe a apresentação dos requerimentos anterior á concessão do terreno;

Considerando que o recorrente só apresentou a sua preferencia depois da concessão feita, e, portanto, fóra do tempo fixado para tal apresentação;

Considerando que, ainda quando o requerente tivesse o direito de preferencia, perdeu o mesmo direito, porque não satisfaz ás condições estabelecidas no § 4.º do citado artigo 242.º

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso, confirmando para todos os effeitos a decisão recorrida.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 13 de fevereiro de 1898.—REI—*Francisco Felisberto Dias Costa*.

Sendo necessario regular provisoriamente os vencimentos do capitão dos portos da provincia de S. Thomé e Príncipe, determinar a cargo de quem deve ficar todo o material naval e a quem compete a direcção do pessoal e serviço da respectiva capitania e suas delegações, manda Sua Magestade El-Rei approvar o seguinte:

1.º O capitão dos portos tem direito a todos os vencimentos que receberia se estivesse

embarcado em commissão de commando fóra dos portos do continente do reino, e mais cincoenta por cento sobre o seu soldo.

2.º A totalidade das multas impostas pelo capitão dos portos e seus delegados, assim como os emolumentos cobrados na capitania, constituem receita provincial.

3.º Ao capitão dos portos compete a direcção das officinas de reparação, do pessoal e serviço da capitania e delegações, e terá a seu cargo todo o material naval pertencente á provincia.

4.º E' incumbida ao capitão dos portos a direcção do posto metereologico estabelecido na capital da provincia.

5.º O governador da provincia proporá, ouvido o capitão dos portos, o regulamento da capitania em harmonia com as disposições similares, e o pessoal da mesma capitania e delegações e os vencimentos respectivos.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador da provincia de S. Thomé e Príncipe para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 14 de fevereiro de 1898.==*Francisco Felisberto Dias Costa.*

De ordem de sua ex.<sup>a</sup> o ministro e em virtude do despacho de 19 do corrente, queira v. ex.<sup>a</sup> determinar ás repartições postaes, que, em harmonia com as resoluções dos congressos postaes da União universal dos correios, o uso de etiquetas para os objectos de valor declarado, onde este serviço está estabelecido ou onde vier a estabelecer-se, deve, de hoje em diante, ser mantido unicamente no serviço interno.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>— Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 de fevereiro de 1898.==III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde.  
== O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva.*

## MARÇO

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que seja dissolvida a bateria mixta de artilheria do districto da Lunda, mandada organizar pelo commissario regio na provincia de Angola em 1 de agosto de 1896, sendo substituida por uma secção da mesma arma, com a composição abaixo designada, força esta que será incorporada na 1.<sup>a</sup> companhia de guerra do indicado districto:

- 1 Primeiro tenente.
- 2 Segundos sargentos.
- 2 Primeiros cabos.
- 10 Soldados, europeus.
- 14 Soldados, indigenas.
- 1 Clarim, europeu.
- 1 Aprendiz de clarim, indigena.
- 1 Ferrador, europeu.
- 1 Aprendiz de ferrador, indigena.
- 1 Correeiro-selleiro.
- 15 Solípedes.

Paço, em 1 de março de 1898.==*Francisco Felisberto Dias Costa.*

Hei por bem determinar que sejam dissolvidas as colonias militares-agricolo-commerciaes mandadas estabelecer, nos territorios da companhia de Moçambique e no districto de Gaza, por decretos de 9 de julho e de 18 e 26 de novembro de 1896.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 3 de março de 1898.—REL.—*Francisco Felisberto Dias Costa*.

(CIRCULAR)—III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Para que n'esta secretaria d'estado fiquem devidamente registados os obitos dos officiaes, sargentos e outras praças naturaes da metropole, encarrega-me sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.<sup>a</sup> se digne enviar, mensalmente, a este ministerio uma relação dos militares fallecidos n'essa provincia, ou declaração de não ter occorrido nenhum obito entre os referidos officiaes e praças de pret.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1898. — III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador da provincia de Cabo Verde. — Pelo director geral, *Feliciano Eugenio Bordallo Protes Pinheiro*, tenente coronel.

Sendo-me presente a consulta do supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:484, em que é recorrente Antonio Victor Prudente de Menezes, e recorrida a comunidade de Batim.

Mostra-se que Antonio Victor Prudente de Menezes, de Batim, residente em Nova Gôa, Estado da India, concelho e comarca das Ilhas, como prova no documento de fl. 3, foi herdeiro de seu fallecido irmão Luiz Marianno de Menezes. Era este individuo gancar n'uma comunidade, d'onde auferia proventos que ali se chamam de *jono pessoal*; como, porém, fosse suspenso do voto respectivo em 1868, foram-lhe embargados aquelles interesses que ficaram e foram accumulando-se no cofre respectivo. Os motivos da suspensão foram a resistencia a um vigia da comunidade e o levantamento da cira. Allega o herdeiro no seu requerimento, que a suspensão tivera logar sem ser ouvido o suspenso, por uma simples informação menos exacta e escrupulosa do administrador do concelho, quando era certo que ao vigia, e não á comunidade, pertencia pugnar pelos seus direitos e pedir a reparação de seus prejuizos. O administrador mandou ouvir a comunidade e pedindo informações ao administrador do concelho das Ilhas, com bastante custo, segundo documentos que se acham no processo, se reuniu a comunidade que, todavia, em sessão de 9 de outubro de 1895, deu uma informação absolutamente favoravel ao recorrente.

Mostra-se que o administrador do concelho, informando, expõe o seguinte:

Que o fallecido não pediu durante vinte annos a reparação nos seus interesses, e o herdeiro deixou passar tres para os pedir, de modo que hoje será necessario sobrecarregar os confrades com descontos para pagar 700 rupias;

Que a suspensão não é o mesmo que embargo, é um castigo, e segundo o § 3.º do art. 55.º do regulamento em vigor, os redditos prescrevem passados cinco annos, ficando em proveito da comunidade. Ha casos de ficarem parados no cofre alguns redditos, mas não quando tenha havido suspensão, e se, conforme informa o escrivão, os redditos do gancar suspenso ficaram no cofre nos annos seguintes, é certo que tiveram diversa applicação em proveito da associação;

Que segundo os artigos 535.º, 543.º e 544.º do codigo civil, que vigora no ultramar, os redditos de qualquer associação prescrevem em seis annos;

Mostra-se, que, fundado n'esta informação, foi indeferida a pretensão do gancar supplicante por despacho de 9 de outubro de 1896, o que foi causa para que o interessado trouxesse, perante este supremo tribunal administrativo, um recurso, fundando-se nas seguintes razões:

Que a illegalidade do acto é manifesta, confirmada pela comunidade, fl. 17, por unanimidade; e sem ser ouvido nem sujeito a processo de qualquer ordem;

Que a prescrição é negativa, porque esta suppõe o pagamento e na hypothese não

ha esquecimento, negligencia, perturbação de negocios, ha a violencia feita a um só individuo por simples denuncia, sem o ouvir nem lhe formar processo;

Que os redditos do jomo, a voz, o voto e assistencia foi tudo suspenso por motivo que não se provou, que não affectava o interesse da commuidade de qualquer modo;

Que ninguem levantou eira sem pagamento de renda, mas, quando praticasse tal facto, não havia lei que o punisse;

Que a distincção entre embargo e suspensão é cerebrina, que a commuidade sempre entendeu que era embargo e n'esse sentido procedeu;

Mostra-se, que o procurador da corôa e fazenda, informando o conselho do governo do Estado da India, diz:

Que o regulamento de 30 de outubro de 1886 auctorisa a intervenção do governo em casos taes, que a suspensão teve logar em 1868, a reclamação em 1882, parando o processo desde janeiro de 1883. Em 1888 falleceu o interessado, e o herdeiro requereu o pagamento em 1895;

Que a prescripção se deu nos termos do art. 59.<sup>o</sup> e § 3.<sup>o</sup> do art. 55.<sup>o</sup>, quando haja o lapso de cinco annos, como no caso sujeito. Assim succede com os dividendos: o rateio dos juros e dividendos faz-se annualmente e assim os pagamentos; no direito civil dar-se-ia o mesmo caso. O conselho do governo conformou-se com esta informação:

O que visto, e depois de ouvido o ministerio publico;

Considerando que o recorrente, allegando a qualidade de herdeiro de seu fallecido irmão Luiz Marianno de Menezes, reclamou perante o governador geral do Estado da India, em 7 de julho, pedindo que lhe fossem entregues os redditos e proventos que pertenciam ao fallecido, como se vê da petição inicial;

Considerando, porém, que as questões do estado e qualidade de pessoa devem preliminarmente ser julgadas pelos meios ordinarios nos tribunaes judiciais, excedendo toda a alçada (art. 45.<sup>o</sup> do decreto de 25 de maio de 1886 e art. 42.<sup>o</sup> do codigo do processo civil);

Considerando que no processo não existe sentença que justifique a legitimidade do recorrente:

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, rejeitar o presente recurso por illegalmente interposto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de março de 1898. — REI. — *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Attendendo ao que me representou o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e em harmonia com as disposições da carta de lei de 21 de maio de 1896:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.<sup>o</sup> E' auctorisada a emissão de formulas de franquia ultramarinas commemorativas do quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo da India.

Art. 2.<sup>o</sup> Estas formulas de franquia serão:

1.<sup>o</sup> Sellos das taxas de 2  $\frac{1}{2}$ , 5, 10, 25, 50, 75, 100 e 150 réis, e bilhetes postaes das taxas de 10 e 20 réis para todas as provincias de Africa;

2.<sup>o</sup> Sellos das taxas de 1  $\frac{1}{2}$ , 4  $\frac{1}{2}$ , 6 e 9 réis, 1, 2, 4 e 8 tangas, e bilhetes postaes das taxas de  $\frac{1}{4}$  e 1 tanga para a India;

3.<sup>o</sup> Sellos das taxas de  $\frac{1}{2}$ , 1, 2, 4, 8, 12, 16 e 24 avos, e bilhetes postaes das taxas de 2 e 3 avos para Macan e Timor.

Art. 3.<sup>o</sup> Além das designações usuaes da taxa, tanto os sellos como os bilhetes postaes, de que trata o presente decreto, terão:

1.<sup>o</sup> A indicação do destino expressa pelas legendas: «Correios-Africa», «Correios-India», «Correios-Macau», «Correios-Timor»;

2.<sup>o</sup> Vinhetas de 20 typos differentes, sendo 8 para os sellos conforme as taxas, 8 para os bilhetes postaes de 10 réis,  $\frac{1}{4}$  de tanga e 2 avos, e 4 para os de 20 réis, 1 tanga e 3 avos.

Art. 4.<sup>o</sup> Todas estas formulas de franquia circularão nas provincias ou districtos a que são destinadas desde 1 de abril até 30 de junho do corrente anno; serão as unicas ven-

didas ao publico durante o prazo da sua circulação; e serão promiscuamente admittidas com as actuaes na franquia das correspondencias.

Art. 5.º As instrucções relativas ao fornecimento, venda e liquidação de todas estas formulas de franquia ficam a cargo da direcção geral do ultramar.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de março de 1898. — REI. — *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup> n.º 16, de 15 de janeiro ultimo, encarrega-me sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup> que, por despacho de 11 do corrente, foi determinado que seja posto em execução o regulamento para o regimen da escripturação e contabilidade da companhia de saude de Cabo Verde e Guiné, approved por portaria regia de 8 de novembro do anno passado, fazendo-se-lhe as seguintes alterações:

No § unico do artigo 50.º, depois da phrase *não menos de 6 meses*, accrescente-se a phrase *em cada anno*;

Nos artigos 54.º e 57.º substituam-se as palavras *secretaria militar* por *secretaria do governo*;

Ao artigo 59.º juntar-se-ha o seguinte: § unico. — *Quando o chefe de saude tiver regido o curso, poderá o facultativo que faz parte do jury ser substituido pelo 1.º pharmaceutico*.

Relativamente ás duvidas que sobre o mesmo regulamento apresenta o chefe de serviço de saude, são ellas de tal modo faceis de resolver que s. ex.<sup>a</sup> o ministro, confiando no bom senso e são criterio d'este funcionario, espera que o regulamento será executado sem maiores difficuldades, dispensando por agora outras explicações.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 14 de março de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em referencia ao officio n.º 330, expedido pela 1.ª repartição do governo d'essa provincia em 3 de dezembro do anno findo, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de informar a v. ex.<sup>a</sup> de que, em vista do disposto nas cartas de lei de 13 e 26 de maio de 1896, estão em vigor no ultramar as disposições contidas no livro 1.º do codigo de justiça militar de 13 de maio do mesmo anno, e as dos livros 2.º, 3.º e 4.º do codigo de justiça militar de 10 de janeiro de 1895.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 17 de março de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Sendo-me presente a consulta do supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:356, em que é recorrente José Maria Victor Telles, e recorrido João Francisco Trindade e Menezes;

Mostra-se que, por fallecimento de José Paulo Telles, tabellião na comarca das Ilhas, na India, o recorrente e recorrido requereram a nomeação para a vaga do tabellião fallecido, allegando o recorrente o ter sido nomeado ajudante na impossibilidade do tabellião, substituindo-o nos impedimentos, e portanto com direito ao logar;

Mostra-se que por portaria provincial de 4 de setembro de 1896 foi transferido para o logar de tabellião, vago pela morte do pae do recorrente, o recorrido João Francisco da Trindade e Menezes, que exerceu o logar de tabellião desde muitos annos em Damão;

Mostra-se que o recorrente nunca foi nomeado substituto do pae, e que este exerceu sempre o logar até que morreu, e a nomeação de ajudante, que teve para servir quando

o pae se licenceou, caducou logo que a licença terminou e o pae assumiu as funções do seu logar; (Documento a fl. 77).

Mostra-se que da portaria acima referida vem o presente recurso que seguiu seus termos regulares:

O que tudo visto e examinado e a resposta do ministerio publico;

Considerando que a argumentação do recorrente e fundamentos do seu recurso caem pela base, em face do documento de fl. 77;

Considerando que está provado que o recorrente teve uma nomeação de ajudante do pae, enquanto este, licenceado, não pôde exercer o logar, e que essa nomeação caducou logo que o tabellião fallecido tomou conta do logar que exerceu até á morte, não tendo sido substituido legalmente por impossibilidade de exercer o logar;

Considerando que, se o recorrente, como allega, exerceu o logar cumulativamente com o pae, só o podia fazer como escrevente e nos serviços que o pae podia pela lei delegar, e isso nenhum direito podia dar logar a considerar-se o recorrente com direito de preferencia a ser nomeado, sendo, portanto, legal o despacho de que se recorreu.

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso por falta de fundamento legal.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 17 de março de 1898. — REI. — *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 935, de 9 de dezembro do anno passado, relativo ás concessões de terreno nas attribuições dos governadores geraes, nos termos da carta de lei de 7 de abril de 1863 e do decreto de 14 de outubro de 1891, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup> que, tendo sido ouvida sobre o assumpto a junta consultiva do ultramar, foi esta de parecer, com o qual s. ex.<sup>a</sup> se conformou, de que o decreto de 27 de setembro de 1894 se refere exclusivamente ás concessões promulgadas no uso do § 1.º do artigo 15.º do acto addicional, e de que subsistem para todos os effeitos as disposições dos dois diplomas acima citados, sendo comtudo para aconselhar que se sujeite a um regimen especial restrictivo a concessão de terrenos nas proximidades das estações do caminho de ferro, dos portos de mar, etc., onde o desenvolvimento da população e do commercio promettam rapida e larga expansão.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 22 de março de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva.*

## ABRIL

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup> n.º 309, de 17 de novembro ultimo, ácerca do vencimento e gratificações dos officiaes e praças da companhia d'artilleria, s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, conformando-se com o parecer da junta consultiva do ultramar, emittido em sessão de 3 de março ultimo, encarrega-me de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que, tendo sido os referidos vencimentos estabelecidos por um decreto com força de lei, só por egual meio pôdem ser alterados, mas que, estando dependente da commissão de reorganisação das forças ultramarinas a organisação da força armada d'essa provincia, se aguarda o resultado dos trabalhos da alludida commissão, para então ser tomado em consideração este assumpto.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 d'abril de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva.*

Attendendo ao que me representou o governador geral da provincia de Angola, e conformando-me com o parecer da junta consultiva do ultramar: hei por bem approvar a portaria provincial n.º 566, de 23 de dezembro de 1897, que mandou pôr em execução o novo regulamento para a secretaria geral do governo da mesma provincia.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. = Paço, em 14 de abril de 1898. = REI. = *Francisco Felisberto Dias Costa*.

#### Portaria provincial a que se refere o decreto supra

Portaria n.º 566:

Tendo-me o secretario geral representado que o regulamento da secretaria geral, approved por decreto de 17 de outubro de 1859, não satisfaz ás necessidades do serviço da administração provincial, muito modificado e consideravelmente augmentado no decurso de 38 annos, em que a administração publica se tem successivamente regularisado; e

Considerando que, de facto, posteriormente áquella data foi reorganizada a administração ultramarina pelo decreto de 1 de dezembro de 1869, e se regularisaram muitos serviços que até ali só tinham organização rudimentar, como o de minas, obras publicas, correios e telegraphos, agricultura e estatistica, creando-se outros como o da administração da fazenda militar, caminhos de ferro, etc., o que exige uma mais adequada distribuição do serviço;

Considerando que no regulamento, que pelo mesmo funcionario me foi proposto, não ha augmento na despesa que actualmente se faz, nem disposições que se opponham ás leis vigentes ou vão além d'ellas, limitando-se o regulamento a uma melhor distribuição e organização dos serviços, mais rigorosa definição de attribuições, e á consignação de preceitos e regras para o bom desempenho dos mesmos serviços, em harmonia com o que em regulamentos analogos se dispõe;

Tendo ouvido o conselho do governo e com o voto d'elle: hei por conveniente approvar o regulamento da secretaria geral, constante de 57 artigos, que se segue assignado pelo secretario geral, e que fica fazendo parte integrante d'esta portaria.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 23 de dezembro de 1897. = *Antonio Duarte Ramada Curto*, governador geral.

### Regulamento da secretaria geral do governo geral da provincia de Angola

#### CAPITULO I

##### Da secretaria geral

Artigo 1.º A secretaria geral é o conjuncto das repartições que funcionam junto do governo geral e sob as ordens immediatas do governador geral. Incumbe-lhe a informação e expediente de todos os assumptos da administração politica, civil e militar que devam ser resolvidos pelo governador geral da provincia.

Art. 2.º A secretaria geral divide-se em tres repartições: politica e civil, militar, e da administração militar.

§ unico. Haverá além d'isso uma repartição de gabinete, funcionando directamente sob as ordens do governador geral.

#### CAPITULO II

##### Do gabinete do governador geral

Art. 3.º Pertence ao gabinete do governador geral a correspondencia particular, a confidencial para o ministerio e quaesquer negocios reservados pelo governador geral para seu exame.



Art. 4.º O governador geral poderá escolher para servir no seu gabinete um secretario particular, que será um dos seus ajudantes, e nos empregados da secretaria geral os que julgar necesarios.

### CAPITULO III

#### Da repartição politica e civil

Art. 5.º Pertencem á repartição politica e civil todos os assumptos relativos á administração geral e local da provincia, que não respeitem exclusivamente a força armada, fazenda militar ou contabilidade publica.

Art. 6.º A repartição politica e civil divide-se em tres secções:

§ 1.º Pertencem á 1.ª secção:

1.º A administração geral da provincia, corpos, funcionarios e estabelecimentos administrativos.

2.º A administração politica e negocios externos;

3.º A administração judicial;

4.º A nomeação, suspensão, exoneração, demissão, liquidação de tempo de serviço, aposentações e licenças de todos os funcionarios publicos da provincia, e expedição e registo dos respectivos diplomas;

5.º Termos de juramento e posses;

6.º Certidões;

7.º Guarda dos sellos;

8.º Policia do edificio e serviço dos empregados menores.

§ 2.º Pertencem á 2.ª secção:

1.º A administração ecclesiastica, missões e seminarios;

2.º As associações pias, de beneficencia e recreio;

3.º A instrução publica;

4.º Policia geral e local, passaportes para o exterior e todas as licenças policiaes da competencia do governo geral;

5.º Saude publica e hygiene;

6.º A entrada da correspondencia da repartição e annotações do movimento d'ella, e os despachos no livro da porta;

7.º A expedição de malas;

8.º O archivo.

§ 3.º Pertencem á 3.ª secção:

1.º As alfandegas e o contencioso fiscal;

2.º A capitania dos portos e suas delegações, e o serviço de pharoes;

3.º O commercio interno e externo;

4.º As obras publicas, correios e telegraphos, e minas;

5.º As industrias, agricultura e concessões de terrenos;

6.º Explorações scientificas, colleccões e exposições de productos coloniaes;

7.º Pesos e medidas;

8.º A estatistica.

Art. 7.º A primeira secção divide-se em duas sub-secções, pertencendo a uma todos os assumptos que respeitem á administração districtal, municipal e parochial, e o expediente dos conselhos do governo e de provincia.

Art. 8.º A terceira secção divide-se igualmente em duas sub-secções, pertencendo a uma especialmente o que respeita a estatistica, para o que lhe serão fornecidos por cada uma das outras repartições os elementos respectivos aos serviços que a ellas incumbem.

### CAPITULO IV

#### Da repartição militar

Art. 9.º Pertencem á repartição militar todos os assumptos que dizem respeito á força armada e que não pertençam á administração da fazenda militar, a saber:

1.º A organização militar da provincia;

2.º O recrutamento;

- 3.º As fortificações;
- 4.º O material de guerra e equipamentos;
- 5.º Os tribunales militares;
- 6.º Os hospitaes militares;
- 7.º A escripturação e alteração do livro de matricula dos officiaes combatentes e não combatentes em serviço na provincia, ou fóra d'ella, quando pertençam á guarnição;
- 8.º A formação das relações de antiguidades de todos os officiaes e officiaes inferiores, pertencentes á provincia, ou que n'ella estejam em commissão;
- 9.º A escripturação das informações periodicas dos officiaes não arregimentados;
- 10.º Todo o expediente de collocação, transferencias, licenças, liquidação de tempo de serviço, serviço interno das unidades, sua policia e regimen, commandos de praças, presidios, pretensões das praças de pret, baixas, substituições, mappas da força de 1.ª e 2.ª linha, destacamentos, diligencias, itinerarios e reconhecimentos militares;
- 11.º A correspondencia sobre assumptos militares com os governadores de districto e com todas as auctoridades da provincia;
- 12.º Organização da ordem á força armada.

## CAPITULO V

### Da repartição da administração militar

Art. 10.º Pertence á repartição da administração militar tudo o que respeita á administração de fazenda militar.

Art. 11.º A repartição da administração militar divide-se em duas secções.

§ 1.º Pertence á primeira secção tudo o que respeita á liquidação de vencimentos em especial;

§ 2.º Pertence á segunda secção o que respeita a liquidação de fornecimentos de materiaes, viveres, fardamentos e transportes.

Art. 12.º No serviço da administração militar serão observadas as leis e regulamentos da fazenda e as ordens superiormente expedidas, pelas estações competentes, para a devida organização e prestações de contas.

## CAPITULO VI

### Do pessoal da secretaria geral e sua distribuição

Art. 13.º O pessoal da secretaria geral compõe-se de:

1.º Um secretario geral, empregado civil com graduação militar;

2.º De treze empregados civis:

1 Official-maior;

2 Primeiros officiaes;

2 Segundos officiaes;

6 Amanuenses;

1 Porteiro;

1 Continuo;

3.º De treze empregados militares:

1 Chefe da repartição militar;

1 Chefe da administração militar;

1 Sub-chefe de estado maior;

2 chefes de repartição;

1 Adjunto ao chefe de estado maior;

6 Amanuenses;

1 Archivista;

4.º Dos serventes e ordenanças precisas para o serviço das repartições.

Art. 14.º A distribuição do pessoal da repartição politica e civil é a seguinte:

#### 1.ª secção

1 Official-maior, chefe da repartição e da secção;

- 1 2.º official, chefe da sub-secção ;
- 2 Amanuenses.

2.ª SECÇÃO

- 1 1.º official, chefe da secção ;
- 2 Amanuenses, um dos quaes será o archivista ;

3.ª SECÇÃO

- 1 1.º official, chefe da secção ;
- 1 2.º official, chefe da sub-secção ;
- 2 Amanuenses ;

EMPREGADOS MENORES

- 1 Porteiro ;
- 1 Continuo ;
- 1 Servente ;

As ordenanças precisas para o serviço.

Art. 15.º A distribuição do pessoal da repartição militar é a seguinte :

- 1 Chefe da repartição, que será o chefe do estado maior ;
- 1 Sub-chefe de estado maior ;
- 1 Adjunto ao chefe de estado maior ;
- 3 Amanuenses ;
- 1 Archivista ;

As ordenanças e serventes precisos para o serviço.

Art. 16.º A distribuição do pessoal da repartição da administração militar é a seguinte :

- 1 Chefe da administração da fazenda militar, chefe da repartição ;
- 1 Chefe da 1.ª secção ;
- 1 Chefe da 2.ª secção ;
- 3 Amanuenses ;

As ordenanças e serventes precisos para o serviço.

CAPITULO VII

Das attribuições e deveres dos empregados

SECÇÃO I

Do secretario geral

Art. 17.º Compete ao secretario geral :

- 1.º Receber e distribuir os papeis relativos aos negocios das differentes repartições ;
- 2.º Preparar com os respectivos chefes de repartição as propostas, regulamentos e relatorios e todos os mais trabalhos que o governador geral lhe encarregar ;
- 3.º Relatar ou informar todos os negocios, pertencentes á repartição politica e civil, que tenham de ser submettidos a despacho do governador geral, e os das outras repartições quando o governador lh'o determine ;
- 4.º Dirigir superiormente os trabalhos da referida repartição e inspeccionar os das outras, quando o governador lh'o ordene, propondo ao governador geral as providencias que lhe pareçam mais adequadas para maior rapidez e regularidade no processo dos negocios ;
- 5.º Resolver as duvidas e consultas dos chefes das differentes repartições ;
- 6.º Manter a ordem e fazer executar as leis e regulamentos relativos ao regimen, serviço e policia interna da secretaria, participando ao governador geral, quando o julgue conveniente, as occorrencias relativas aos objectos e empregados das respectivas repartições ;
- 7.º Conceder licenças aos empregados até tres dias, dando parte ao governo geral ;
- 8.º Assignar toda a correspondencia official da repartição politica e civil. Exceptua-se da correspondencia a que fôr dirigida aos ministerios, bispos, commando da divisão naval,

presidencia da relação, agentes consulares, auctoridades de fóra da provincia, e a que o governador geral expressamente reservar para si.

9.º Dirigir a publicação do *Boletim official* e de todas as publicações que o governo mandar fazer.

10.º Inspeccionar a imprensa nacional.

## SECÇÃO II

### Dos chefes de repartição

Art. 18.º Compete aos chefes das repartições :

1.º Dirigir o expediente de todos os negocios de suas repartições, examinar, fiscalisar e promover todos os trabalhos a cargo d'ellas :

2.º Relatar ou informar todos os negocios que tenham de ser apresentados a despacho, e que por este regulamento, ou ordem expressa do governo geral, não tenham de ser relatados e informados pelo secretario geral ; instruir os processos com todas as informações e documentos que sirvam para esclarecel-os, emittindo parecer sobre a resolução a tomar ;

3.º Classificar e distribuir os trabalhos de sua repartição por modo que o serviço se faça com regularidade e promptidão ;

4.º Prestar aos outros chefes de repartição as informações necessarias para o bom desempenho dos trabalhos da competencia d'elles, e requisitar-lhes as de que possam carer para fim analogo ;

5.º Coadjuvar o secretario geral no desempenho de suas funções ;

6.º Advertir os empregados de sua dependencia que faltarem aos seus deveres, dando parte ao secretario geral nos casos de gravidade ;

7.º Requisitar o que necessitarem para o serviço e expediente a seu cargo.

Art. 19.º Compete especialmente aos chefes das repartições militar e de administração militar :

1.º Estar sempre informados do estado do deposito do material de guerra, e do material em carga aos diversos corpos da provincia e mais dependencias militares ;

2.º Assignar, de ordem do governador geral, o expediente de suas repartições, transmittindo as ordens e resoluções d'aquelle, com excepção da correspondencia reservada, nos termos do n.º 8 do artigo 17.º

Art. 20.º Compete especialmente ao chefe da repartição militar desempenhar junto do governador geral as outras funções que as leis incumbem aos chefes do estado maior, e n'esta qualidade é directamente subordinado ao mesmo governador geral.

Art. 21.º Compete especialmente ao chefe da administração militar :

1.º Propor ao governador geral as modificações que julgue necessarias para que a administração militar seja prompta, efficaz e economica, bem como o que for conducente a tornar-se effectiva a responsabilidade do processo e abonos ;

2.º Colher todos os dados ácerca dos recursos da provincia e dos differentes pontos d'ella, sob o ponto de vista dos fornecimentos ás tropas estacionadas ou em transitio.

## SECÇÃO III

### Dos chefes de secção e sub-secções

Art. 22.º Aos chefes de secção, nos negocios a seu cargo, cumpre proceder como se acha determinado para os chefes de repartição nos n.ºs 1.º a 5.º do artigo 18.º

Art. 23.º Competem aos chefes de sub-secção, com respeito aos negocios da sub-secção, os mesmos deveres que aos chefes de secção, e bem assim desempenhar, se o serviço da sub-secção o permittir, os demais serviços que pelo chefe da repartição ou da secção lhe forem encarregados.

## SECÇÃO IV

### Dos amanuenses

Art. 24.º Aos amanuenses compete :

1.º Escripturar todos os diplomas, livros, registos e documentos concernentes ao serviço da secretaria ;

2.º Desempenhar quaesquer outros trabalhos para que se mostrem habilitados, e que lhes forem incumbidos pelos respectivos chefes.

§ unico. Não obstante acharem-se distribuidos pelas secções os amanuenses, os chefes de repartição, em caso de urgencia ou affluencia de serviço podem encarregal-os de qualquer serviço pertencente a outras secções.

## SECÇÃO V

### Do amanuense archivista

Art. 25.º Ao amanuense encarregado das funcções de archivista compete :

1.º Guardar e classificar, em harmonia com a divisão dos serviços, os livros e papeis que lhe forem remettidos da repartição ;

2.º Tomar nota em um diário, rubricado pelo secretario geral, de todos os livros e papeis que derem entrada no archivo ou d'elle sairem, indicando, n'este ultimo caso, qual o empregado que os requisita, e cobrando recibo que occupará o lugar do livro ou documento e será restituído quando se fizer a respectiva entrega ;

3.º Satisfazer as requisições de livros, documentos e informações que lhe forem dirigidas por escripto pelo secretario geral ou chefe da repartição.

Art. 26.º Os papeis do archivo serão classificados por assumptos, distribuidos pelos districtos e concelhos, na repartição politica e civil, e pelas respectivas unidades nas repartições militar e de administração militar.

Art. 27.º Só por concessão escripta do governador geral poderão sair, da secretaria ou archivos, livros ou documentos, e essa auctorisação com o recibo occupará o lugar do livro ou documento, sendo restituída ao governador geral quando se fizer a entrega.

## SECÇÃO VI

### Do porteiro, continuo e serventes

Art. 28.º Compete ao porteiro :

1.º Cumprir as ordens do secretario geral e chefes de repartição e de secção em tudo o que fôr relativo ao serviço a seu cargo ;

2.º Ter sempre patente ao publico o livro da porta ;

3.º Coadjuvar os empregados na expedição das malas, e acompanhar estas ao correio ;

4.º Fiscalisar os objectos da secretaria, e vigiar pela limpeza e asseio do edificio ;

5.º Fiscalisar o serviço do continuo, serventes e ordenanças ;

6.º Receber e levar ao secretario geral toda a correspondencia, e assignar nos protocolos o recibo.

Art. 29.º O continuo substitue o porteiro, e tanto elle como os serventes são directamente subordinados ao mesmo porteiro, e desempenham os serviços que por este lhes forem determinados.

Art. 30.º As ordenanças têm a seu cargo especial a entrega da correspondencia da secretaria geral na cidade, e desempenharão outros serviços que pelo secretario geral lhes sejam ordenados.

## CAPITULO VIII

### Da ordem e processo do serviço

Art. 31.º Em cada repartição ha um livro de entrada de todos os negocios e papeis que lhe forem distribuidos, em que se notará todo o andamento que lhes fôr dado até final resolução.

§ 1.º Cada livro de entrada tem um indice alphabetico em que se farão referencias aos numeros dos negocios, por assumptos e nomes de individuos, auctoridades e corporações que n'elles figurarem.

§ 2.º Nos diversos papeis que tenham numeros differentes, mas que tenham alguma ligação com o mesmo assumpto, devem fazer-se referencias mutuas pelos seus numeros.

Art. 32.º Todos os documentos e informações, relativos ao mesmo negocio, são notados com o numero que esse negocio tem no livro de entrada, sempre que seja possível,

e andam reunidos, assim emquanto durar o expediente, como quando são guardados e archivados.

Art. 33.º As auctoridades e repartições subordinadas ao governo geral, nos officios ou notas que á secretaria geral dirigirem sobre assumptos já tratados em officios ou notas da mesma, devem notar á margem a repartição, secção e numero que n'estes ultimos tiverem sido indicados. O mesmo se observará na secretaria geral na correspondencia para o ministerio.

Art. 34.º Todos os requerimentos são datados, assignados e escriptos em papel sellado, nos termos da lei do sello.

Art. 35.º Em nenhuma representação, informação, officio ou nota póde tratar-se de mais de um assumpto.

Art. 36.º As representações e requerimentos dirigidos ao governo geral não se restituem ás partes, que todavia podem tirar d'elles certidões, assim como dos despachos que a seu respeito tiverem sido proferidos.

§ unico. Exceptuam-se os requerimentos em que se pedem certidões, os quaes se entregam aos requerentes com as certidões n'elles exaradas.

Art. 37.º Os documentos juntos a requerimentos só se entregarão ás partes, quando estas desistirem das pretensões antes da resolução.

Depois de tomada resolução, se esta fôr favoravel, só se entregarão certidões á custa dos interessados; se, porém, a pretensão fôr indeferida, restituem-se todos os documentos mediante recibo do interessado.

Art. 38.º Em regra não se darão certidões de requerimentos que não sejam pedidas pelos signatarios d'elles, nem de informações, documentos e pareceres de tribunaes consultivos.

Art. 39.º Em todas as repartições ha livros para registo de officios, diplomas, ordens e resoluções.

Art. 40.º Das portarias originaes do governo geral formar-se-ha collecção em que se guardará a ordem chronologica, e que será organizada e archivada na repartição politica e civil.

Art. 41.º A correspondencia para a secretaria da marinha e ultramar terá uma numeração seguida que será dada pela repartição politica e civil, fazendo-se, porém, o registo nas repartições respectivas.

Art. 42.º Os requerimentos, que digam respeito a serviço ou negocio pertencente a qualquer repartição ou auctoridade da provincia, serão entregues n'essa repartição ou a essa auctoridade, e serão remettidos á secretaria geral convenientemente informados. Os outros serão lançados na caixa.

§ unico. A caixa abrir-se-ha duas vezes no dia, ao meio dia e ás 4 horas da tarde.

Art. 43.º Na repartição politica e civil haverá os livros necessarios para n'elles se registarem as notas biographicas relativas ao pessoal d'ella dependente, com a indicação de nomes, cargos, datas das nomeações, exonerações, distincções que hajam merecido, e das queixas e procedimento contra esse pessoal por falta que commettesse.

§ 1.º Logo que qualquer empregado tomar posse, a auctoridade ou chefe respectivo enviará á secretaria, devidamente preenchido, o questionario que deve ser formulado com os dizeres necessarios para as notas dos livros.

§ 2.º Os chefes das repartições da secretaria, sempre que nos processos da sua competencia encontrarem materia que deva ser notada nos livros, darão as competentes notas aos empregados d'aquelle serviço, para que estes as lancem na folha respectiva.

§ 3.º Sempre que houver de fazer-se alguma nomeação ou apreciar-se o serviço de qualquer empregado, se juntará ao respectivo processo a nota respectiva ao seu nome, se já o houver nos livros.

## CAPITULO IX

### Do tempo do serviço e justificação de faltas

Art. 44.º Os trabalhos ordinarios da secretaria geral começam todos os dias não sanctificados ou feriados ás 11 horas da manhã e terminam ás 5 horas da tarde.

§ 1.º O porteiro e continuo devem comparecer sempre uma hora antes da fixada para o começo dos trabalhos.

§ 2.º Chegada a hora da saida, nenhum empregado poderá deixar o trabalho ou

retirar-se, sem que o secretario geral, para os empregados da repartição politica e civil, e os chefes das repartições, para os das outras, declarem encerrado o serviço do dia.

§ 3.º Nas repartições politica e civil e militar haverá um piquete, aos domingos e dias sanctificados, pelo tempo preciso para o desempenho de qualquer serviço que occorra.

§ 4.º Se assim for preciso para o desempenho de serviços urgentes, qualquer das repartições funcionará ao domingo ou dia sanctificado ou feriado, até que esses serviços estejam feitos.

Art. 45.º Os empregados da secretaria assignam o livro do ponto logo que entram. Meia hora depois da marcada para a entrada dos empregados é encerrado o ponto pelo chefe da repartição, ou na falta d'elle pelo chefe de secção mais antigo.

Art. 46.º Os empregados que entrarem depois de encerrado o ponto consideram-se em falta, salvo se justificarem a demora, o que em tal caso se declarará no livro.

Art. 47.º Os empregados, que faltarem e não justificarem as faltas, perderão o ordenado correspondente.

§ unico. Os chefes de repartição poderão exigir certidão de facultativo a respeito de tres faltas com simples participação de doente, quando julguem que algum empregado procede com abuso.

Art. 48.º É prohibido ao secretario geral e chefes de repartição sair do perimetro da cidade de Loanda, mesmo nos dias feriados, sem permissão do governador geral; e aos outros empregados, sem permissão do chefe da sua repartição.

## CAPITULO X

### Da demissão, suspensão e correcção

Art. 49.º São causas de demissão:

1.º A condemnação pelos crimes de peita, suborno, peculato, concussão, falsidade, moeda falsa, estellionato, furto, roubo, homicidio e outros em que tenha tido logar a applicação de penas maiores;

2.º A revelação de segredos da secretaria e o abuso de confiança, em materia de serviço publico, devidamente comprovado;

3.º A impossibilidade permanente, physica ou moral, de exercer o emprego, quando o empregado não puder ser aposentado, salvo o caso em que a impossibilidade tenha sido adquirida no serviço publico;

4.º A acceitação ou participação de lucros provenientes da marcha ou resolução dos negocios dependentes da secretaria geral;

5.º A frequencia de faltas não justiçadas, depois de duas suspensões por esse motivo.

Art. 50.º A condemnação definitiva por qualquer crime, não enumerado no n.º 1.º do artigo antecedente, é causa de demissão ou suspensão, segundo a sua gravidade.

Art. 51.º São causas de suspensão:

1.º A pronuncia em qualquer crime, logo que o respectivo despacho tenha sido intimado ao réu;

2.º A falta de comparecimento no seu logar por mais de oito dias, sem ser completamente justificada; o ausentar-se da repartição sem previa licença; a repetição de faltas ao ponto;

3.º A negligencia, ou qualquer acto ou omissão culposa, no cumprimento dos deveres de empregado, depois de admoestado;

4.º A desobediencia voluntaria, em assumptos de serviço, ás ordens superiores.

§ unico. As reincidencias, segundo a gravidade, podem ser causa de demissão.

Art. 52.º Na hypothese do artigo 51.º, n.º 1.º, a suspensão nunca será inferior ao tempo que decorrer desde a pronuncia até ao julgamento definitivo, e ao da duração da pena em que o réu fôr condemnado.

Art. 53.º O effeito da suspensão, imposta como pena, é privar o empregado do exercicio do emprego, dos vencimentos de exercicio e de metade do vencimento de categoria.

§ unico. Ao empregado que tiver sido suspenso por virtude do artigo 51.º, n.º 1.º, serão restituídos os vencimentos de categoria, se fôr absolvido ou despronunciado.

Art. 54.º Fóra dos casos previstos no n.º 1.º do artigo 49.º e no artigo 50.º, nenhum empregado pode ser demittido ou suspenso sem primeiro ser ouvido, sendo-lhe permitido apresentar a sua defesa por escripto.

## CAPITULO XI

## Disposições geraes

Art. 55.<sup>o</sup> Os empregados da repartição politica e civil terão um uniforme, que será ulteriormente determinado.

Art. 56.<sup>o</sup> O empregado que, por impossibilidade physica ou moral de exercer o seu emprego, e por não estar no caso de ser aposentado, houver sido exonerado, se se reabilitar, pôde ser reintegrado logo que haja vacatura na sua correspondente classe.

Art. 57.<sup>o</sup> Nos vencimentos, nomeações, promoções e aposentações se observará o que está determinado nas leis especiaes.

Secretaria geral do governo em Loanda, 22 de dezembro de 1897. = *Joaquim d'Almeida da Cunha*, secretario geral.

Attendendo ao que me representou o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e em harmonia com o disposto no decreto de 2 de junho de 1892: hei por bem determinar o seguinte:

Art. 1.<sup>o</sup> E' auctorisada a emissão de novos typos de sellos de franquia ultramarinos, a fim de substituirem os que se acham actualmente em vigor.

Art. 2.<sup>o</sup> Os novos sellos serão das taxas:

1.<sup>o</sup> De 2  $\frac{1}{2}$ , 5, 10, 15, 20, 25, 50, 75, 80, 100, 150, 200 e 300 réis, tendo, alem de outras designações usuaes, as legendas: «Cabo Verde», «Guiné», «S. Thomé e Príncipe», «Angola», «Congo», «Moçambique», «Zambezia» e «Lourenço Marques»;

2.<sup>o</sup> De 1  $\frac{1}{2}$ , 4  $\frac{1}{2}$ , 6 e 9 réis, 1, 2, 4, e 8 tangas, tendo, alem de outras designações usuaes, a legenda: «India»;

3.<sup>o</sup> E de  $\frac{1}{2}$ , 1, 2, 2  $\frac{1}{2}$ , 3, 4, 8, 12, 13, 16, 24, 31 e 47 avos, tendo, alem de outras designações usuaes, as legendas: «Macau» e «Timor».

Art. 3.<sup>o</sup> A circulação dos sellos das provincias de Cabo Verde e Macau, e dos districtos da Guiné e Timor deverá começar em 1 de julho do corrente anno, e a dos sellos das outras provincias e districtos em 1 de agosto seguinte.

Art. 4.<sup>o</sup> Pela direcção geral do ultramar serão dadas as necessarias instrucções para que, na execução d'este decreto, se tenha em vista o que foi determinado pelo decreto de 2 de junho de 1892.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 21 de abril de 1898. = REI. = *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — De ordem de s. ex.<sup>a</sup> o ministro participo a v. ex.<sup>a</sup> que se remettem pela proxima mala ao secretario de fazenda d'essa provincia sellos postaes de novos typos, cuja emissão foi auctorisada por decreto de 21 do corrente mez, publicado no *Diario do Governo* de 23, e que devem começar a circular em Cabo Verde em 1 de julho proximo.

Em cumprimento do artigo 4.<sup>o</sup> do referido decreto, rogo a v. ex.<sup>a</sup> se sirva recomendar ás repartições competentes que observem as seguintes instrucções:

1.<sup>a</sup> Que seja annunciada oficialmente a vigencia dos novos sellos, e que durante tres mezes, a contar de 1 de julho, seja ainda permittida a circulação de todos os que se acham actualmente em vigor, com excepção dos da emissão commemorativa do centenario da India;

2.<sup>a</sup> Que, findo o praso de tres mezes indicado no numero antecedente, poderão os sellos de franquia actualmente em vigor, que não pertençam á emissão do centenario da India, ser trocados pelos novos, durante mais tres mezes, nas repartições postaes;

3.<sup>a</sup> Que sejam observadas com respeito aos sellos da emissão commemorativa do centenario da India as instrucções enviadas a v. ex.<sup>a</sup> em meu officio de 21 de janeiro ultimo, as quaes não ficam alteradas. nem pelo presente officio, nem pelo decreto de 21 do corrente;



4.<sup>a</sup> Que pela primeira mala que fôr expedida d'ahi para a Europa, depois da recepção, n'essa provincia, dos novos typos de sellos, seja remetida em duplicado a esta secretaria d'estado, pelo chefe da repartição de fazenda, uma requisição conforme o modelo junto.

N'essa requisição não devem ser pedidos menos de 1:400 sellos, ou quantidades com fracções d'este numero, de cada uma das taxas de 2 1/2 a 100 réis inclusivè, nem menos de 28 sellos, ou quantidades com fracções d'este numero, de cada uma das taxas superiores a 100 réis.

5.<sup>a</sup> Finalmente, que, findo o praso de tres mezes, para a troca dos antigos pelos novos sellos, a que se refere o n.º 2.º d'estas instrucções, seja organizada pela repartição de fazenda provincial uma relação de todos os antigos sellos recolhidos, de forma que estes possam depois ser remetidos sem demora a esta secretaria d'estado.

Em tempo competente serão enviadas a v. ex.<sup>a</sup> novas instrucções com referencia aos fornecimentos para os trimestres de 1899.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 26 de abril de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador de Cabo Verde. — Pelo director geral, *Tito Augusto de Carvalho*.

Tendo cessado as causas que deram logar á suspensão do serviço da emissão de vales do districto da Guiné para o continente do reino e ilhas adjacentes: Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar, pela secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, que a dita emissão seja restabelecida a contar de 1 de julho do corrente anno, com a condição, porém, de serem os vales sómente concedidos contra pagamento integral do seu valor em moeda de prata portugueza.

Paço, em 26 de abril de 1898. — *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Em referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 275, de 21 de março ultimo, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dar conhecimento a v. ex.<sup>a</sup>, para os devidos effeitos, de que os vencimentos dos officiaes de cavallaria e infantaria, quando accidentalmente chamados ao serviço da arma de artilheria, devem ser os que de direito lhes competirem na arma a que pertencerem.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de abril de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Estando declarada a guerra entre o reino de Hespanha e a republica dos Estados Unidos da America;

Convindo que as relações de boa amizade e perfeita intelligencia que subsistem entre Portugal e os outros governos sejam mantidas e se conservem inalteraveis, observando-se pela nossa parte a mais estricta e absoluta neutralidade a respeito d'aquellas potencias belligerantes;

Tendo em vista o § 15.º do artigo 75.º da carta constitucional da monarchia, os decretos de 30 de agosto de 1780, de 3 de junho de 1803, de 5 de maio de 1854, de 29 de julho de 1861, de 2 de julho de 1866 e de 28 de julho de 1870, os artigos 148.º, 150.º, 154.º, 155.º, 156.º e 162.º do codigº penal, os principios consignados na declaração de Paris de 16 de abril de 1856, feita pelos representantes das potencias signatarias do tratado de paz de 30 de março do mesmo anno, á qual Portugal adheriu em 28 de julho seguinte, e bem assim a doutrina geralmente recebida quanto aos direitos e deveres dos neutros:

Hei por bem decretar o seguinte, ouvido o conselho d'estado:

Artigo 1.º É prohibido, nos portos e aguas d'este reino, tanto no continente e ilhas adjacentes, como nas provincias ultramarinas, aos subditos portuguezes e estrangeiros, armar embarcações destinadas a côrso.

Art. 2.º Nos portos e aguas de que trata o artigo precedente é tambem prohibida a entrada de corsarios e das presas feitas por estes, ou por quaesquer embarcações de guerra das potencias belligerantes.

§ unico. São exceptuados das disposições d'este artigo os casos de força maior, em que, segundo o direito das gentes, se torne indispensavel a hospitalidade, sem que, todavia, seja permittido que se effectue a venda de objectos provenientes de presas, ou que as embarcações conduzindo presas possam demorar-se por mais tempo que o indispensavel para receber os soccorros devidos.

Art. 3.º E' permittida nos portos e aguas de que trata o artigo 1.º a entrada e demora, por curto praso, das embarcações pertencentes a qualquer das potencias belligerantes, não conduzindo presas e conformando-se com as prescripções mencionadas nos §§ seguintes.

§ 1.º As embarcações de guerra de qualquer das potencias belligerantes não praticarão, dentro dos portos e aguas de Portugal, acto algum de hostilidade contra as embarcações ou nacionaes de qualquer outra potencia, mesmo d'aquella com a qual esteja em guerra a potencia a que pertencerem.

§ 2.º Nos mesmos portos e aguas as referidas embarcações não poderão augmentar a sua tripulação, alistando marinheiros subditos de qualquer nação, ainda mesmo d'aquella a que pertencerem as embarcações.

§ 3.º E' igualmente prohibido ás mesmas embarcações augmentar nos mencionados portos e aguas o numero ou calibre do seu armamento e receber a bordo armas portateis ou munições de guerra.

§ 4.º As mesmas embarcações não poderão sahir dos portos dentro do praso de vinte e quatro horas, contado da sahida de qualquer embarcação pertencente á outra potencia com a qual esteja em guerra a nação a que pertencerem, salvo se obtiverem da auctoridade competente dispensa do praso acima fixado, tendo prestado as precisas garantias de que não se aproveitarão d'essa circumstancia para praticar algum acto de hostilidade contra a embarcação inimiga.

Art. 4.º E' permittido o transporte, debaixo da bandeira portugueza, de todos os objectos de commercio licito pertencentes a subditos de alguma das potencias belligerantes, e é permittido igualmente o transporte de objectos de commercio licito pertencentes a subditos portuguezes debaixo da bandeira de qualquer das potencias belligerantes.

§ 1.º São expressamente excluidos da disposição d'este artigo os objectos que possam ser considerados como contrabando de guerra.

§ 2.º Tambem não é applicavel a disposição d'este artigo aos portos de qualquer das potencias belligerantes que se achem em estado de bloqueio effectivo.

Art. 5.º Os subditos portuguezes e os estrangeiros residentes em Portugal e seus dominios deverão abster-se de todos os actos considerados pelas leis como contrarios á segurança exterior e aos interesses do Estado em relação ás nações estrangeiras.

Art. 6.º O governo não concederá protecção alguma contra os actos ou medidas dos belligerantes aos subditos portuguezes ou quaesquer outros que faltarem á observancia das prescripções do presente decreto. A disposição d'este artigo não prejudica as acções criminaes, que possam ter logar nos termos da legislação em vigor.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado das outras repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 28 de abril de 1898. — REI. — *José Luciano de Castro* — *Francisco Antonio da Veiga Beirão* — *Frederico Ressano Garcia* — *Francisco Maria da Cunha* — *Francisco Felisberto Dias Costa* — *Henrique de Barros Gomes* — *Augusto José da Cunha*.

Attendendo ao que me representou o governador geral do Estado da India, de accordo com o conselheiro presidente da Relação de Nova Goa, ácerca do limitado movimento judicial da comarca de Damão e consequente conveniencia de alterar o numero dos respectivos empregados em harmonia com as necessidades do serviço judicial: hei por bem, tendo ouvido a junta consultiva do ultramar e nos termos do disposto no § unico do artigo 32.º do regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894, determinar que seja reduzido a dois o numero de escrivães do juizo de direito da referida comarca e supprimido um logar de official de diligencias.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de abril de 1898. = REI. = *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Representando o bispo de Macau sobre a conveniencia de ser ampliado o praso de tres annos, estabelecido pelo n.º 3.º do artigo 14.º do decreto de 21 de setembro de 1870 para os arrendamentos dos bens das missões portuguezas na China; e

Considerando que um praso mais largo attrahirá á praça maior numero de licitantes para os arrendamentos, do que, além de augmento nos rendimentos dos bens das missões, resultará a vantagem de serem os predios mais cuidadosamente beneficiados pelos arrendatarios com obras de reparação e conservação:

Hei por bem, tendo ouvido a junta consultiva do ultramar, ampliar a seis annos o praso dos arrendamentos dos bens das alludidas missões, fixado no n.º 3.º do artigo 14.º do citado decreto de 21 de setembro de 1870.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de abril de 1898. = REI. = *Francisco Felisberto Dias Costa*.

## MAIO

DOM CARLOS, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São isentos de direitos e de quaesquer outros encargos alfandegarios os nitratos de potassio, sodio e de ammonio, o sulphato e phosphato de ammonio, o chlorureto de potassio em qualquer estado, os phosphatos de calcio e os adubos para a agricultura, tanto no continente como nas possessões ultramarinas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço, aos 2 de maio de 1898. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Frederico Ressano Garcia*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 18 de fevereiro do anno corrente, que isenta de direitos e de quaesquer outros encargos alfandegarios os nitratos de potassio, sodio e de ammonio, o sulphato e phosphato de ammonio, o chlorureto de potassio em qualquer estado, os phosphatos de calcio e os adubos para a agricultura, tanto no continente como nas possessões ultramarinas, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma retro declarada.

Para Vossa Magestade vêr. = *Conde da Figueira, D. Luiz*, a fez.

DOM CARLOS I, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa Senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 3 de abril de 1894 e 30 de outubro de 1897 se concluiu e assignou em Paris, entre Mim e Sua Magestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, Sua Magestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia e Rei Apostolico da Hungria, Sua Magestade o Rei dos belgas, Sua Magestade o Rei da Dinamarca, Sua

Magestade o Rei de Hespanha, e em seu nome Sua Magestade a Rainha Regente do Reino, Sua Excellencia o Presidente da Republica Franceza, Sua Magestade a Rainha do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Imperatriz das Indias, Sua Magestade o Rei dos hellenos, Sua Magestade o Rei de Italia, Sua Magestade a Rainha dos Paizes Baixos, e em seu nome Sua Magestade a Rainha Regente do Reino, Sua Magestade o Schah da Persia, e Sua Magestade o Imperador de todas as Russias, uma convenção sanitaria e respectiva declaração adicional, cujo teor é o seguinte:

## CONVENTION

Sá Majesté le Roi de Portugal et des Algarves; Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire d'Allemagne; Sa Majesté l'Empereur de Autriche, Roi de Bohême, etc., etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Sa Majesté le Roi de Danemark; Sa Majesté le Roi d'Espagne et en son nom Sa Majesté la Reine Régente du Royaume; le Président de la République Française; Sa Majesté la Reine du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande, Impératrice des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas et en son nom Sa Majesté la Reine Régente du Royaume; Sa Majesté le Schah de Perse; et Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies.

Ayant décidé de se concerter en vue de régler les mesures à prendre pour la prophylaxie du pèlerinage de la Mecque et surveillance sanitaire à établir au golfe Persique, ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

*Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves:*

M. Gabriel José de Zogheb, consul général, agent diplomatique du Portugal en Egypte.

*Sa Magesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:*

M. De Schœn, son conseiller de légation à l'ambassade d'Allemagne à Paris.

*Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., etc., et Roi Apostolique de Hongrie:*

M. le Comte Charles de Kuefstein, son chambellan et conseiller intime, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire, membre de la Chambre des Seigneurs de Autriche, chevalier de 2.<sup>e</sup> classe de l'Ordre de la Couronne de Fer.

## CONVENÇÃO

Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves; Sua Magestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio da Allemanha; Sua Magestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Magestade o Rei dos belgas; Sua Magestade o Rei da Dinamarca; Sua Magestade o Rei de Hespanha, e em seu nome Sua Magestade a Rainha Regente do Reino; o Presidente da Republica Franceza; Sua Magestade a Rainha do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Imperatriz das Indias; Sua Magestade o Rei dos hellenos; Sua Magestade o Rei de Italia; Sua Magestade a Rainha dos Paizes Baixos, e em seu nome Sua Magestade a Rainha Regente do Reino; Sua Magestade o Schah da Persia; e Sua Magestade o Imperador de todas as Russias:

Tendo resolvido ajustar um accordo, no intuito de regularem as disposições a tomar para a prophylaxia da peregrinação de Meca e para a vigilancia sanitaria a estabelecer no Golfo Persico, nomearam por seus plenipotenciarios, a saber:

*Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves:*

ao sr. Gabriel José de Zogheb, consul geral, agente diplomatico de Portugal no Egypto;

*Sua Magestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia:*

ao sr. De Schœn, seu conselheiro de legação na embaixada de Allemanha em Paris;

*Sua Magestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria:*

ao sr. Conde Charles de Kuefstein, seu camarista e conselheiro intimo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, membro da camara dos Senhores da Austria, cavalleiro de 2.<sup>a</sup> classe da ordem da Corôa de Ferro;

*Sa Majesté le Roi des Belges :*

M. le Baron Eugène Beyens, conseiller de la légation de Belgique à Paris, chevalier de l'Ordre de Leopold;

M. le Docteur Alfred Devaux, inspecteur général du service de santé civil et de l'hygiène au ministère de l'agriculture, de l'industrie et des Travaux publics, officier de l'Ordre de Leopold;

M. le Docteur E. van Ermengem, professeur d'hygiène et de bactériologie à l'Université de Gand, chevalier de l'Ordre de Leopold;

*Sa Majesté le Roi de Danemark :*

M. le Comte Gebhard Léon de Moltke Hvitfeldt, son chambellan et son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près le gouvernement de la République Française, grand-croix de l'Ordre du Dannebrog et décoré de la Croix d'Honneur du même Ordre;

*Sa Majesté le Roi d'Espagne, et en son nom Sa Majesté la Reine Régente du Royaume :*

M. Fernand Jordan de Urries, marquis de Novallas, son chambellan, premier secrétaire de l'ambassade d'Espagne à Paris, commandeur de l'Ordre de Charles III;

M. Amalio Jimeno y Cabañas, sénateur du royaume, professeur à la Faculté de médecine de Madrid, commandeur avec plaque de l'Ordre d'Isabelle la Catholique.

*Le Président de la République Française :*

M. Camille Barrère, ministre plénipotentiaire de 1.<sup>ère</sup> classe, chargé d'affaires de la République Française à Munich, officier de l'Ordre national de la Légion d'Honneur;

M. Gabriel Hanotaux, ministre plénipotentiaire de 1.<sup>ère</sup> classe, directeur des consulats et des affaires commerciales, officier de l'Ordre national de la Légion d'Honneur;

M. le professeur Brouardel, président du comité consultatif d'hygiène publique de France, doyen de la Faculté de médecine de Paris, membre de l'Académie des sciences, commandeur de l'Ordre national de la Légion d'Honneur;

M. Henri Monod, conseiller d'état, directeur de l'assistance et de l'hygiène publique du Ministère de l'intérieur, membre de l'Académie de médecine, officier de l'Ordre national de la Légion d'Honneur;

M. le professeur Proust, inspecteur général des services sanitaires, professeur à la Faculté de médecine de Paris, membre de l'Académie de médecine, commandeur de l'Ordre national de la Légion d'Honneur.

*Sua Magestade o Rei dos belgas :*

ao sr. Barão Eugène Beyens, conselheiro da legação da Belgica em Paris, cavalleiro da ordem de Leopoldo;

ao sr. Doutor Alfred Devaux, inspector geral do serviço da saúde civil e da hygiene no ministerio da agricultura, da industria e das obras publicas, official da ordem de Leopoldo;

ao sr. Doutor E. van Ermengem, professor de hygiene e de bacteriologia na Universidade de Gand, cavalleiro da Ordem de Leopoldo;

*Sua Magestade o Rei da Dinamarca :*

ao sr. Conde Gebhard Léon de Moltke-Hvitfeldt, seu camarista e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto do governo da Republica Franceza, grand-cruz da Ordem de Dannebrog e condecorado com a Cruz de Honra da mesma ordem;

*Sua Magestade o Rei de Hespanha, e em seu nome Sua Magestade a Rainha Regente do Reino :*

ao sr. Fernand Jordan de Urries, marquez de Novallas, seu camarista, primeiro secretario da embaixada de Hespanha em Paris, commendador da ordem de Carlos III;

ao sr. Amalio Jimeno y Cabañas, senador do reino, professor da faculdade de medicina de Madrid, commendador com placa da ordem de Izabel a Catholica;

*O Presidente da Republica Franceza :*

ao sr. Camille Barrère, ministro plenipotenciario de 1.<sup>a</sup> classe, encarregado de negocios da Republica Franceza em Munich, official da ordem nacional da Legião de Honra;

ao sr. Gabriel Hanotaux, ministro plenipotenciario de 1.<sup>a</sup> classe, director dos consulados e dos negocios commerciaes, official da ordem nacional da Legião de Honra;

ao sr. professor Brouardel, presidente do comité consultivo de hygiene publica da França, decano da faculdade de medicina de Paris, membro da Academia das Sciencias, commendador da ordem nacional da Legião de Honra;

ao sr. Henri Monod, conselheiro d'estado, director da beneficencia e da hygiene publicas no ministerio do interior, membro da academia de medicina, official da ordem nacional da Legião de Honra;

ao sr. professor Prôust, inspector geral dos serviços sanitarios, professor da faculdade de medicina de Paris, membro da academia de medicina, commendador da ordem nacional da Legião de Honra;

*Sa Majesté la Reine du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande, Impératrice des Indes:*

M. Phipps, ministre plénipotentiaire;

M. le Docteur Thorn Thorn, chef du département sanitaire du «Local Government Board», Compagnon de l'Ordre du Bain;

M. le chirurgien général J. M. Cunningham, ancien chef du département médical au Gouvernement de l'Inde, Compagnon de l'Ordre de l'Etoile des Indes.

*Sa Majesté le Roi des Hellènes:*

M. Criésis, chargé d'affaires de Grèce à Paris;

M. le Docteur Vafiadès, délégué grec au Conseil sanitaire de Constantinople.

*Sa Majesté le Roi d'Italie:*

M. le Marquis Malaspina de Carbonara, premier secrétaire de l'ambassade d'Italie à Paris, officier de l'Ordre des Saints Maurice et Lazare.

*Sa Majesté la Reine des Pays-Bas et en son nom Sa Majesté la Reine Régente du Royaume:*

M. le Chevalier de Stuers, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près le gouvernement de la République Française, Commandeur de l'Ordre du Lion néerlandais;

M. le Docteur V. P. Ruysch, Conseiller sanitaire au Ministère de l'intérieur des Pays Bas, Chevalier de l'Ordre du Lion néerlandais;

M. J. A. Kruyt, Consul général des Pays-Bas à Pénang, Chevalier de l'Ordre du Lion néerlandais.

*Sa Majesté le Schah de Perse:*

M. le Docteur Mirza Zeynel Abidine-Khan Moïn-ol-Atebba, médecin spécial de S. A. I., le Prince héritier;

M. le Docteur Mirza Khalil-Khan, médecin du Ministère des affaires étrangères de Perse.

*Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies:*

M. Michel de Giers, Conseiller d'état, Chambellan de la cour, Deuxième Conseiller du Ministère des affaires étrangères.

Lesquels, ayant échangé leurs pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

I. En ce qui concerne la police sanitaire

*Sua Magestade a Rainha do Reino-Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Imperatriz das Indias:*

ao sr. Phipps, ministro plenipotenciario;

ao sr. Doutor Thorne Thorne, chefe do departamento sanitario no «Local Government Board», Companheiro da ordem do Banho;

ao sr. cirurgião geral J. M.<sup>c</sup> Cunningham, antigo chefe do departamento medico no governo da India, Companheiro da ordem da Estrella das Indias;

*Sua Magestade o Rei dos hellenos:*

ao sr. Criésis, encarregado de negocios da Grecia em Paris;

ao sr. Doutor Vafiadès, delegado grego no conselho sanitario de Constantinopla;

*Sua Magestade o Rei de Italia:*

ao sr. marquez Malaspina de Carbonara, primeiro secretario da embaixada de Italia em Paris, official da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro;

*Sua Magestade a Rainha dos Paizes-Baixos, e em seu nome Sua Magestade a Rainha regente do reino:*

ao sr. Cavalleiro de Stuers, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto do governo da Republica franceza, commendador da ordem do Leão neerlandez;

ao sr. Doutor V. P. Ruysch, conselheiro sanitario no ministerio do interior dos Paizes-Baixos, cavalleiro da ordem do Leão neerlandez.

ao sr. J. A. Kruyt, consul geral dos Paizes-Baixos em Penang, cavalleiro da ordem do Leão neerlandez;

*Sua Magestade o Schah da Persia:*

ao sr. Doutor Mirza Zeynel Abidine-Khan Moïn-ol-Atebba, medico especial de S. A. I. o principe herdeiro;

ao sr. Doutor Mirza Khalil-Khan, medico do ministerio dos negocios estrangeiros da Persia;

*E Sua Magestade o Imperador de todas as Russias:*

ao sr. Michel de Giers, conselheiro de Estado, camarista da côrte, segundo conselheiro do ministerio dos negocios estrangeiros;

Os quaes, tendo trocado os seus plenos poderes achados em boa e devida fôrma, convieram nas disposições seguintes:

I. No concernente á policia sanitaria nos

*dans les ports de départ de l'Extrême Orient (Indes britanniques, Possessions néerlandaises, etc., etc.):*

Sont adoptées les mesures indiquées et précisées dans l'annexe I de la présente convention.

II. *En ce qui touche la surveillance sanitaire des pèlerins dans la mer Rouge:*

Sont adoptées les dispositions consignées dans l'annexe II,

III. *En ce qui concerne la protection du Golfe Persique:*

Sont adoptées les dispositions consignées dans l'annexe III,

IV. *En ce qui touche l'application des mesures contenues dans les précédentes annexes:*

Sont adoptées les mesures prescrites dans l'annexe IV,

V. Les annexes ci-dessus indiquées ont la même valeur que si elles étaient incorporées dans la présente Convention.

VI. Les états qui n'ont point pris part à la présente convention sont admis à y adhérer, sur leur demande. Cette adhésion sera notifiée par la voie diplomatique au gouvernement de la république française, et par celui-ci aux autres gouvernements signataires.

VII. La présente convention aura une durée de cinq ans, à compter de l'échange des ratifications. Elle sera renouvelée de cinq en cinq années par tacite reconduction, à moins que l'une des Hautes Parties contractantes n'ait notifié six mois avant l'expiration de la dite période de cinq années son intention d'en faire cesser les effets.

Dans le cas où l'une des puissances dénoncerait la convention, cette dénonciation n'aurait d'effet qu'à son égard.

La présente convention sera ratifiée; les ratifications en seront déposées à Paris le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à dater du jour de la signature.

*En foi de quoi* les plénipotentiaires respectifs l'ont signée et y ont apposé leur cachets.

Fait à Paris, en treize exemplaires, le 3 avril 1894.

(L. S.) *C<sup>te</sup>. Gabriel J. de Zogheb.*

(L. S.) *Schæn.*

(L. S.) *Kuefstein.*

(L. S.) *Baron Eug. Beyens.*

*portos de partida do Extremo-Oriente (Índias britânicas, possessões neerlandezas, etc., etc.):*

São adoptadas as providencias indicadas e especializadas no annexo I da presente convenção.

II. *Pelo que respeita á vigilância sanitaria dos peregrinos no mar Vermelho:*

São adoptadas as disposições exaradas no annexo II.

III. *No concernente á protecção do Golfo Persico:*

São adoptadas as disposições exaradas no annexo III.

IV. *Pelo que respeita á applicação das providencias contidas nos annexos prece-dentes:*

São adoptadas as providencias prescrites no annexo IV.

V. Os annexos acima indicados têm o mesmo valor como se estivessem incorporados na presente convenção.

VI. São admittidos, a seu pedido, a adherir á presente convenção os Estados que n'ella não tomaram parte. Esta adhe-são será notificada pela via diplomatica ao governo da republica franceza, e por este aos outros governos signatarios.

VII. A presente convenção terá a duração de cinco annos, a contar da troca das ratificações. Será renovada de cinco em cinco annos por tacita prorrogação, salvo se alguma das altas partes contratantes houver notificado, seis mezes antes de expirar o referido periodo de cinco annos, a intenção de fazer cessar os effeitos d'ella.

No caso de alguma das potencias denunciar a convenção, tal denuncia só com relação a essa potencia produzirá effeitos.

A presente convenção será ratificada; as ratificações serão depositadas em Paris o mais breve possivel, e, o mais tardar, no praso de um anno a datar do dia da assignatura.

Em testemunho do que os plenipotencia-rios respectivos a assignaram e lhe appo-zeram os seus sellos.

Feito em Paris, em treze exemplares, aos 3 de abril de 1894.

(L. S.) *C<sup>te</sup>. Gabriel J. de Zogheb.*

(L. S.) *Schæn.*

(L. S.) *Kuefstein.*

(L. S.) *Baron Eug. Beyens.*

(L. S.) *Alf. Devaux.*  
 (L. S.) *Dr. Van Ermengem.*  
 (L. S.) *Moltke-Hvitfeldt.*  
 (L. S.) *Marqués de Novallas.*  
 (L. S.) *Dr. Amalio Jimeno.*  
 (L. S.) *Camille Barrère.*  
 (L. S.) *G. Hanotaux.*  
 (L. S.) *Dr. Brouardel.*  
 (L. S.) *H. Monod.*  
 (L. S.) *A. Proust.*  
 (L. S.) *Constantine Phipps.*  
 (L. S.) *Dr. Thorne Thorne.*  
 (L. S.) *J. M. Cunningham.*  
 (L. S.) *Criésis.*  
 (L. S.) *Dr. Vafiadès.*  
 (L. S.) *Malaspina.*  
 (L. S.) *De Stuers.*  
 (L. S.) *Dr. Ruysch.*  
 (L. S.) *J. A. Krugl.*  
 (L. S.) *Moïn-ol-Atebba.*  
 (L. S.) *Khalil-Khan.*  
 (L. S.) *Michel de Giers.*

(L. S.) *Alf. Devaux.*  
 (L. S.) *Dr. Van Ermengem.*  
 (L. S.) *Moltke-Hvitfeldt.*  
 (L. S.) *Marqués de Novallas.*  
 (L. S.) *Dr. Amalio Jimeno.*  
 (L. S.) *Camille Barrère.*  
 (L. S.) *Gabriel Hanotaux.*  
 (L. S.) *Dr. Brouardel.*  
 (L. S.) *H. Monod.*  
 (L. S.) *A. Proust.*  
 (L. S.) *Constantine Phipps.*  
 (L. S.) *Dr. Thorne Thorne.*  
 (L. S.) *J. M. Cunningham.*  
 (L. S.) *Criésis.*  
 (L. S.) *Dr. Vafiadès.*  
 (L. S.) *Malaspina.*  
 (L. S.) *De Stuers.*  
 (L. S.) *Dr. Ruysch.*  
 (L. S.) *J. A. Krugl.*  
 (L. S.) *Moïn-ol-Atebba.*  
 (L. S.) *Khalil-Khan.*  
 (L. S.) *Michel de Giers.*

## ANNEXE I

**A. — Police sanitaire dans les ports de départ des navires à pèlerins venant de l'Océan indien et de l'Océanie.**

1. Visite médicale obligatoire, individuelle, faite de jour, à terre, au moment de l'embarquement, pendant le temps nécessaire, par un médecin, délégué de l'autorité publique, de toutes personnes, prenant passage à bord d'un navire à pèlerins.

2. Désinfection obligatoire et rigoureuse, faite à terre, sous la surveillance du médecin délégué de l'autorité publique, de tout objet contaminé ou suspect, dans les conditions de l'article 5 du premier règlement inséré dans l'annexe IV de la convention sanitaire de Vienne.

3. Interdiction d'embarquement de toute personne atteinte de choléra, d'affection cholériforme et de toute diarrhée suspecte.

4. Lorsqu'il existe des cas de choléra dans le port, l'embarquement ne se fera à bord des navires à pèlerins qu'après que les personnes réunies en groupes auront été soumises pendant cinq jours à une observation permettant de s'assurer qu'aucune d'elles n'est atteinte du choléra.

Il est entendu que, pour exécuter cette mesure chaque gouvernement pourra tenir

## ANEXO I

**A. — Policia sanitaria, nos portos de saída dos navios de peregrinos vindos do Oceano Indico e da Oceania.**

1. Exame medico obrigatorio, individual, feito de dia, em terra, na occasião do embarque, durante o tempo necessario, por um medico, delegado da auctoridade publica, a todas as pessoas que tomarem passagem a bordo de um navio de peregrinos.

2. Desinfecção obrigatoria e rigorosa, feita em terra sob a vigilancia do medico delegado da auctoridade publica, de qualquer objecto contaminado ou suspeito, nas condições do artigo 5.º do primeiro regulamento inserto ao annexo IV da convenção sanitaria de Veneza.

3. Proibição de embarque de qualquer pessoa atacada de cholera; de affecção cholériforme ou de qualquer diarrheá suspecta.

4. Quando existam casos de cholera no porto, o embarque não se fará a bordo dos navios de peregrinos sem que as pessoas reunidas em grupos tenham sido sujeitas, pelo espaço de cinco dias, a uma observação que permitta certificar que nenhuma d'ellas está atacada de cholera.

Fica entendido que, para exécutar esta providencia, cada governo poderá ter em



compte des circonstances et possibilité locales <sup>1</sup>.

5. Les pèlerins seront tenus de justifier des moyens strictement nécessaires pour accomplir le pèlerinage à l'aller et au retour et pour le séjour dans les lieux saints.

## B — Mesures à prendre à bord des navires à pèlerins

### Règlement

#### TITRE I

##### Dispositions générales

Article 1. Ce règlement est applicable aux navires à pèlerins qui transportent au Hedjaz ou qui en ramènent des pèlerins musulmans.

Art. 2. N'est pas considéré comme navire à pèlerins celui qui, outre ses passagers ordinaires, parmi lesquels peuvent être compris les pèlerins des classes supérieures, embarque des pèlerins de la dernière classe en proportion moindre d'un pèlerin par cent tonneaux de jauge brute.

Art. 3. Tout navire à pèlerins, à l'entrée de la mer Rouge et à la sortie, doit se conformer aux prescriptions contenues dans le *Règlement spécial applicable au pèlerinage du Hedjaz*, qui sera publié par le conseil de santé de Constantinople, conformément aux principes édictés dans la présente convention.

Art. 4. Les navires à vapeur sont seuls admis à faire le transport des pèlerins au long cours. Ce transport est interdit aux autres bateaux.

Les navires à pèlerins faisant le cabotage, destinés aux transport de courte durée, dits «voyages au cabotage», sont soumis aux prescriptions contenues dans le Règlement spécial mentionné à l'article 3.

conta as circumstancias e possibilidades locais <sup>1</sup>.

5. Os peregrinos são obrigados a provar que têm os meios estritamente necessários para effectuar a peregrinação na ida e na volta e para a estada nos lugares santos.

## B — Providencias a tomar a bordo dos navios de peregrinos

### Regulamento

#### TITULO I

##### Disposições geraes

Artigo 1.º Este regulamento é applicavel aos navios de peregrinos que transportam para Hedjaz ou que d'ali conduzem peregrinos musulmanos.

Art. 2.º Não é considerado navio de peregrinos aquelle que, alem dos seus passageiros ordinarios, entre os quaes podem ser comprehendidos os peregrinos das classes superiores, embarca peregrinos da ultima classe em menor proporção do que um peregrino por 100 toneladas de arqueação bruta.

Art. 3.º Todo o navio de peregrinos, á entrada e á saida do mar Vermelho, deve conformar-se com as prescripções contidas no *Regulamento especial applicavel á peregrinação de Hedjaz*, que será publicado pelo conselho de saude de Constantinopla, em conformidade com os principios estabelecidos na presente convenção.

Art. 4.º Os navios de vapor são os unico admittidos a fazer o transporte dos peregrinos em longo curso. Este transporte é defeso ás outras embarcações.

Os navios de cabotagem, destinados aos transportes de curta duração, denominados «viagens de cabotagem», e que transportam peregrinos, estão sujeitos ás prescripções contidas no Regulamento especial mencionado no artigo 3.º

<sup>1</sup> La conférence a décidé par voie d'interprétation d'une part, que l'observation de cinq jours pourrait être pratiquée à bord des navires entre l'inspection médicale effectuée au départ des Indes britanniques et la seconde visite passée à Aden, et d'autre part, que dans les Indes néerlandaises cette observation pourrait avoir lieu à bord des navires en partance.

<sup>1</sup> A conferencia decidiu como interpretação: por uma parte, que a observação de cinco dias poderia ser praticada a bordo dos navios depois da inspecção medica effectuada á partida das Indias britannicas e antes da segunda visita passada em Aden; por outra parte, que nas Indias neerlandezas esta observação poderá realizar-se a bordo dos navios na occasião da partida.

## TITRE II

## Mesures à prendre avant le départ

Art. 5. Le capitaine ou, à défaut du capitaine, le propriétaire ou l'agent de tout navire à pèlerins est tenu de déclarer à l'autorité compétente<sup>1</sup> du port de départ son intention d'embarquer des pèlerins, au moins trois jours avant le départ. Cette déclaration doit indiquer le jour projecté pour le départ et la destination du navire.

Art. 6. À la suite de cette déclaration l'autorité compétente fait procéder, aux frais du capitaine, à l'inspection et au mesurage du navire. L'autorité consulaire dont relève le navire peut assister à cette inspection.

Il est procédé seulement à l'inspection, si le capitaine est déjà pourvu d'un certificat de mesurage délivré par l'autorité compétente de son pays, à moins qu'il n'y ait soupçon que le document ne répond plus à l'état actuel du navire.

Art. 7. L'autorité compétente ne permet le départ d'un navire à pèlerins qu'après s'être assurée :

a) que le navire a été mis en état de propreté parfaite et, au besoin, désinfecté ;

b) que le navire est en état d'entreprendre le voyage sans danger, qu'il est bien équipé, bien aménagé, bien aéré, pourvu d'un nombre suffisant d'embarcations, qu'il ne contient rien à bord, qui soit ou puisse devenir nuisible à la santé ou à la sécurité des passagers, que le pont et l'entrepont sont en bois et pas en fer ;

c) qu'il existe à bord en sus de l'approvisionnement de l'équipage et convenablement arrimés, des vivres ainsi que du combustible, le tout de bonne qualité et en quantité suffisante pour tous les pèlerins et pour toute la durée déclarée du voyage ;

d) que l'eau potable embarquée est de bonne qualité et a une origine à l'abri de toute contamination ; qu'elle existe en quantité suffisante ; qu'à bord les réservoirs d'eau potable sont à l'abri de toute souillure et fermés de sorte que la distribution de l'eau

## TITULO II

## Providencias a tomar antes da saida

Art. 5.º O capitão ou, á falta do capitão, o proprietario ou o agente de qualquer navio de peregrinos é obrigado a declarar á auctoridade competente<sup>1</sup> do porto de saida, pelo menos tres dias antes da partida, a sua intenção de embarcar peregrinos. Esta declaração deve indicar o dia projectado para a partida e o destino do navio.

Art. 6.º Em seguida a esta declaração, a auctoridade competente manda proceder, á custa do capitão, á inspecção e á medição do navio. A auctoridade consular da qual depende o navio póde assistir a esta inspecção.

Procede-se sómente á inspecção, se o capitão está já munido de um certificado de medição passado pela auctoridade competente do seu paiz, a não ser que haja suspeita de que o documento já não corresponde ao estado actual do navio.

Art. 7.º A auctoridade competente não permite a partida de um navio com peregrinos, senão depois de se ter assegurado :

a) que o navio se encontra em estado de completo asseio, tendo sido desinfectado, quando necessario ;

b) que o navio está em estado de emprehender a viagem sem perigo, que está bem aparelhado, bem disposto, bem arejado, provido de numero sufficiente de escaleres, que não tem coisa alguma a bordo que seja ou possa vir a ser prejudicial á saude ou segurança dos passageiros, que o convez e a primeira coberta são de madeira e não de ferro ;

c) que, além dos mantimentos da tripulação, existem a bordo virtualhas e combustivel, convenientemente arrumados, tudo de boa qualidade e em quantidade sufficiente para todos os peregrinos e para todo o periodo presumido da viagem ;

d) que a agua potavel embarcada é de boa qualidade e de origem ao abrigo de qualquer contagio ; que a quantidade é sufficiente ; que a bordo os reservatorios de agua potavel estão ao abrigo de qualquer inquinção e fechados de fôrma que

<sup>1</sup> L'autorité compétente est actuellement : dans les Indes anglaises, un *officer* désigné à cet effet par le gouvernement local (*Native passenger ships act*, 1887, art. 7) ; dans les Indes néerlandaises, le maître du port ; en Turquie, l'autorité sanitaire ; en Autriche-Hongrie, l'autorité sanitaire ; en Italie, le capitaine de port ; en France, en Tunisie et en Espagne (îles Philippines), l'autorité sanitaire.

<sup>1</sup> A auctoridade competente é actualmente : nas Indias inglezas, um *officer* designado para este effeito pelo governo local (*Native passenger ships Act*, 1887, artigo 7.º) ; — nas Indias neerlandezas, o capitão do porto ; — na Turquia, a auctoridade sanitaria ; — na Austria-Hungria, a auctoridade sanitaria ; — na Italia, o capitão do porto ; em França, na Tunisia e em Hespanha (ilhas Philippines), a auctoridade sanitaria.

ne puisse se faire que par les robinets ou les pompes ;

e) que le navire possède un appareil distillatoire pouvant produire une quantité d'eau de 5 litres au moins par tête et par jour, pour toute personne embarquée, y compris l'équipage ;

f) que le navire possède une étuve à désinfection pour laquelle il aura été constaté qu'elle offre sécurité et efficacité ;

g) que l'équipage comprend un médecin et le navire possède des médicaments, conformément à ce qui sera dit aux articles 11<sup>o</sup> et 23<sup>o</sup> ;

h) que le pont du navire est dégagé de toutes marchandises et objects encombrants ;

i) que les dispositions du navire sont telles que les mesures prescrites par le titre III pourront être exécutées.

Art. 8. Le capitaine est tenu de faire afficher à bord, dans un endroit apparent et accessible aux intéressés des affiches rédigées dans les principales langues des pays habités par les pèlerins à embarquer, et indiquant :

1. La destination du navire ;
2. La ration journalière en eau et en vivres allouée à chaque pèlerin ;
3. Le tarif des vivres non compris dans la distribution journalière et devant être payés à part.

Art. 9. Le capitaine ne peut partir qu'autant qu'il a en main :

1. Une liste, visée par l'autorité compétente et indiquant le nom, le sexe et le nombre total des pèlerins qu'il est autorisé à embarquer ;

2. Une patente de santé constatant le nom, la nationalité le tonnage du navire, le nom du capitaine, celui du médecin, le nombre exact des personnes embarquées : équipages, pèlerins et autres passagers, la nature de la cargaison, le lieu du départ, celui de la destination, l'état de la santé publique dans le lieu du départ ;

L'autorité compétente indiquera sur la patente si le chiffre réglementaire des pèlerins est atteint ou non ; et dans le cas où il ne le serait pas, le nombre complémentaire des passagers que le navire est autorisé à embarquer dans les escales subséquentes.

Art. 10. L'autorité compétente est tenue de prendre des mesures efficaces pour empêcher l'embarquement de toute personne ou de tout object suspect<sup>1</sup>, suivant les

a distribution da agua não possa fazer-se senão por meio de torneiras ou bombas ;

e) que o navio possue um aparelho distillatorio em condições de poder produzir uma quantidade de agua de 5 litros, pelo menos, por cabeça e por dia, para todas as pessoas embarcadas, incluindo a tripulação ;

f) que o navio possue uma estufa para desinfecção, que tenha sido julgada segura e eficaz ;

g) que da tripulação faz parte um medico e que o navio está fornecido de medicamentos, em conformidade com o que será prescripto nos artigos 11.<sup>o</sup> e 23.<sup>o</sup> ;

h) que o convez do navio está desembaraçado de mercadorias e objectos que o atravanquem ;

i) que as condições do navio permitem a execução das disposições prescriptas no titulo III.

Art. 8.<sup>o</sup> O capitão é obrigado a fazer affixar a bordo, em lugar visível e accessivel aos interessados, avisos redigidos nas principaes linguas dos paizes habitados pelos peregrinos que devam embarcar, e indicando :

- 1.<sup>o</sup> O destino do navio ;
- 2.<sup>o</sup> A razão diaria de agua e mantimentos abonada a cada peregrino ;
- 3.<sup>o</sup> A tabella dos preços dos viveres não comprehendidos na distribuição diaria e que devem ser pagos á parte.

Art. 9.<sup>o</sup> O capitão não póde partir sem que tenha em seu poder :

1.<sup>o</sup> Uma lista, visada pela auctoridade competente e indicando o nome, sexo e numero total dos peregrinos que está auctorisado a embarcar ;

2.<sup>o</sup> Uma carta de saude designando o nome, nacionalidade e lotação do navio, o nome do capitão e do medico, o numero exacto das pessoas embarcadas, tripulação, peregrinos e outros passageiros, a natureza da carga, o porto de partida e de destino e o estado da saude publica no lugar da partida.

A auctoridade competente indicará, na carta de saude, se o numero regulamentar dos peregrinos está ou não completo e, no caso de o não estar, qual o numero complementar de passageiros que o navio fica auctorisado a embarcar nas escales subsequentes.

Art. 10.<sup>o</sup> A auctoridade competente é obrigada a tomar medidas efficazes para impedir o embarque de qualquer pessoa ou objecto suspeito<sup>1</sup>, segundo as prescripções

<sup>1</sup> D'après la définition de l'annexe, V, I, 1.<sup>er</sup> de la Convention de Venise.

<sup>1</sup> Conforme a definição do anexo V, I, 1.<sup>a</sup> da convenção de Veneza.

prescriptions faites sur les précautions à prendre dans les ports,

### TITRE III

#### Precautions à prendre pendant la traversée

Art. 11. Chaque navire embarquant 100 pèlerins ou plus doit avoir à bord un médecin régulièrement diplômé et commissionné par le gouvernement du pays auquel le navire appartient. Un second médecin doit être embarqué dès que le nombre des pèlerins portés par le navire dépasse 1:000.

Art. 12. Le médecin visite les pèlerins, soigne les malades et veille à ce que, à bord, les règles de la hygiène soient observées. Il doit notamment:

1.<sup>o</sup> S'assurer que les vivres distribués aux pèlerins sont de bonne qualité, et que leur quantité est conforme aux engagements pris, qu'ils sont convenablement préparés;

2.<sup>o</sup> S'assurer que les prescriptions de l'article relatives à la distribution de l'eau sont observées;

3.<sup>o</sup> S'il y a doute sur la qualité de l'eau potable, rappeler par écrit au capitaine les prescriptions de l'article 21 ci-dessous;

4.<sup>o</sup> S'assurer que le navire est maintenu en état constant de propreté, et spécialement que les latrines sont nettoyées conformément aux prescriptions de l'article 18 ci-dessous;

5.<sup>o</sup> S'assurer que les logements des pèlerins sont maintenus salubres, et que, en cas de maladie transmissible, la désinfection est faite comme il sera dit à l'article 19 ci-dessous;

6.<sup>o</sup> Tenir un journal de tous les incidents sanitaires survenus au cours du voyage, et présenter ce journal à l'autorité compétente du port d'arrivée.

Art. 13. Le navire doit pouvoir loger les pèlerins dans l'entrepont.

En dehors de l'équipage, le navire doit fournir à chaque individu, quelque soit son âge, une surface d'au moins deux mètres carrés, soit un mètre sur deux mètres, avec une hauteur d'entrepont d'au moins un mètre quatre-vingts centimètres.

Pour les navires qui font le cabotage, chaque pèlerin doit disposer d'un espace d'au moins deux mètres de largeur dans le long des plats-bords du navire.

Art. 14. Le pont doit, pendant la traversée, rester dégagé des objets encombrants; il doit être réservé jour et nuit aux

estabelecidas a respeito das precauções a tomar nos portos.

### TITULO III

#### Precauções a tomar durante a travessia

Art. 11.<sup>o</sup> Todo o navio que embarque cem ou mais peregrinos deve ter a bordo um medico legalmente habilitado e commissionado pelo governo do paiz a que o navio pertença. Deve haver a bordo um segundo medico, sempre que o numero dos peregrinos transportados pelo navio exceda mil.

Art. 12.<sup>o</sup> O medico inspeciona os peregrinos, trata os doentes e fiscalisa a observancia, a bordo, das regras de hygiene. Deve especialmente:

1.<sup>o</sup> Certificar-se de que os viveres distribuidos aos peregrinos são de boa qualidade, que a sua quantidade é conforme ao compromisso tomado, que são convenientemente preparados;

2.<sup>o</sup> Certificar-se de que são observadas as prescripções do artigo relativas á distribuição da agua;

3.<sup>o</sup> Havendo duvida sobre a qualidade da agua potavel, lembrar por escripto ao capitão as prescripções do artigo 21.<sup>o</sup> abaixo inserto;

4.<sup>o</sup> Certificar-se de que o navio é conservado em estado permanente de asseio e especialmente que as latrinas são limpas em conformidade das prescripções do artigo 18.<sup>o</sup> abaixo inserto;

5.<sup>o</sup> Certificar-se de que os alojamentos dos peregrinos se conservam salubres e que, em caso de doença contagiosa, a desinfeccção se faz pela fórmula que se dirá no artigo 19.<sup>o</sup> abaixo inserto;

6.<sup>o</sup> Redigir um diario de todos os incidentes sanitarios occorridos durante a viagem e apresentar esse diario á auctoridade competente do porto de chegada.

Art. 13.<sup>o</sup> O navio deve poder alojar os peregrinos na coberta.

Alem do espaço para a tripulação, o navio deve fornecer a cada individuo, qualquer que seja a sua idade, uma superficie de 2 metros quadrados, pelo menos, ou seja 1 metro por 2 metros, com uma altura de coberta de 1 metro e 80 centimetros, pelo menos.

Nos navios que fazem cabotagem, cada peregrino deve poder dispor de um espaço de, pelo menos, 2 metros de largura ao longo das amuradas do navio.

Art. 14.<sup>o</sup> O convez deve estar, durante a travessia, despachado de quaesquer objectos que o atravanquem; deve ser re-

personnes embarquées et mis gratuitement à leur disposition.

Art. 15. Les gros bagages des pèlerins son enregistrés, numérotés et placés dans la cale. Les pèlerins ne peuvent garder avec eux que les objects strictement nécessaires. Les réglemens faits pour ses navires par chaque gouvernement en détermineront la nature, la quantité et les dimensions.

Art. 16. Chaque jour, les entreponts doivent être nettoyés avec soin et frottés au sable sec, avec lequel on mélangera des agents désinfectants convenables pendant que les pèlerins seront sur le pont.

Art. 17. De chaque côté du navire, sur le pont, doit être réservé un Endroit dérobé à la vue et pourvu d'une pompe à main de manière à fournir de l'eau de mer pour les besoins des pèlerins. Un local de cette nature doit être exclusivement affecté aux femmes.

Art. 18. Le navire doit être pourvu, outre les lieux d'aisances à l'usage de l'équipage, de latrines à effet d'eau, dans la proportion d'au moins une latrine pour chaque centaine de personnes embarquées.

Des latrines doivent être affectées exclusivement aux femmes.

Aucuns lieux d'aisances ne doivent exister dans les entreponts ni dans la cale.

Les latrines destinées aux passagers aussi bien que celles affectées à l'équipage doivent être tenues proprement, nettoyées et désinfectées trois fois par jour.

Art. 19. La désinfection du navire doit être faite conformément aux prescriptions des paragraphes 5 et 6 de l'article 5 de l'annexe IV de la Convention de Venise <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> On videra les cabines et toutes les parties du bâtiment.

On désinfectera les parois à l'aide de la solution de sublimé additionné de 10 pour 100 d'alcool. La pulvérisation se fera en commençant par la partie supérieure de la paroi suivant une ligne horizontale; on descendra successivement de telle sorte que toute la surface soit couverte d'une couche de liquide en fines gouttelettes.

Les planchers seront lavés avec la même solution.

Deux heures après, on frottera et on lavera les parois et le plancher à grande eau.

Pour désinfecter la cale d'un navire, on injectera d'abord, afin de neutraliser l'hydrogène sulfuré, une quantité suffisante de sulfate de fer, on videra l'eau de la cale, on lavera à l'eau de mer; puis on injectera une certaine quantité de la solution de sublimé.

L'eau de cale ne sera pas déversée dans un port.

servado, de dia e noite, para as pessoas embarcadas e posto á sua disposição gratuitamente.

Art. 15.º As bagagens de grandes dimensões dos peregrinos são registadas, numeradas e collocadas no porão. Os peregrinos não podem ter consigo senão os objectos estritamente necessários. Os regulamentos feitos por cada governo para os seus navios fixarão a natureza, quantidade e dimensões das bagagens.

Art. 16.º Todos os dias devem as cobertas ser limpas com cuidado e esfregadas com areia secca á qual serão misturados os desinfectantes convenientes, enquanto estiverem os peregrinos no convez.

Art. 17.º No convez e de cada lado do navio deve haver um local resguardado e provido de uma bomba de mão, de forma a fornecer agua do mar para as necessidades dos peregrinos. Um local d'esta natureza deve ser exclusivamente reservado para as mulheres.

Art. 18.º O navio deve estar provido, alem das retretes para uso da tripulação, de latrinas com jacto de agua, na proporção de, pelo menos, uma latrina para cada cem pessoas embarcadas. Deve haver latrinas reservadas para as mulheres.

Não deve haver retrete alguma nas cobertas nem no porão.

As latrinas destinadas aos passageiros, assim como aquellas reservadas para a tripulação, devem conservar-se asseadas e ser limpas e desinfectadas tres vezes por dia.

Art. 19.º A desinfecção do navio deve fazer-se em conformidade das prescripções dos §§ 5.º e 6.º do artigo 5.º do anexo IV da convenção de Veneza <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Os camarotes e todas as partes da embarcação serão despejados.

As paredes serão desinfectadas por meio de solução de sublimado adicionado com 10 por cento de alcool. A pulverisação começará pela parte superior da parede, seguindo uma linha horizontal, e descera successivamente, de maneira que toda a superficie seja coberta por uma camada de liquido em pequenas gottas.

Os sobrados serão lavados com a mesma solução.

Duas horas depois, as paredes e sobrado serão esfregados e lavados com agua em abundancia.

Para desinfectar o porão de um navio, injectar-se-ha, em primeiro logar, a fim de neutralisar o hydrogenio sulfurado, a quantidade necessaria de sulfato de ferro, despejar-se-ha a agua do porão, e este será lavado com agua do mar; depois injectar-se-ha uma certa quantidade de solução de sublimado.

A agua do porão não será despejada no porto.

Art. 20. La quantité d'eau potable mise chaque jour gratuitement à la disposition de chaque pèlerin, quelque soit son âge, doit être d'au moins cinq litres.

Art. 21. S'il y a doute sur la qualité de l'eau potable ou sur la possibilité de sa contamination, soit à son origine, soit au cours du trajet, l'eau doit être bouillie et stérilisée, et le capitaine est tenu de la rejeter à la mer au premier port de relâche où il lui est possible de s'en procurer de la meilleure.

Art. 22. Le navire doit être muni de deux locaux affectés à la cuisine personnelle des pèlerins.

Il est interdit aux pèlerins de faire du feu ailleurs, notamment sur le pont.

Art. 23. Chaque navire doit avoir à bord des médicaments et les objets nécessaires aux soins des malades.

Les règlements faits pour ses navires par chaque gouvernement détermineront la nature et les quantités des médicaments.

Les soins et les remèdes sont fournis gratuitement aux pèlerins.

Art. 24. Une infirmerie régulièrement installée, et offrant de bonnes conditions de sécurité et de salubrité, doit être réservée au logement des malades.

Elle doit pouvoir recevoir au moins 5 p. 100 des pèlerins embarqués, à raison de 3 mètres carrés par tête.

Art. 25. Le navire doit être pourvu des moyens d'isoler les personnes atteintes de choléra ou d'accidents cholériques.

Les personnes chargées de soigner de tels malades peuvent seules pénétrer auprès d'elles et n'auront aucun contact avec les autres personnes embarquées.

Les objets de literie, les tapis, les vêtements qui auront été en contact avec les malades doivent être immédiatement désinfectés.

L'observation de cette règle est spécialement recommandée pour les vêtements des personnes qui approchent des malades, et qui ont pu être souillés.

Ceux des objets, ci dessus, qui n'ont pas de valeur doivent être, soit jetés à la mer si le navire n'est pas dans un port ni dans un canal, soit détruits par le feu.

Les autres doivent être portés à l'étuve dans des sacs imperméables imprégnés d'une solution de sublimé.

Les déjections des malades doivent être recueillies dans des vases contenant une solution désinfectante. Ces vases sont vidés dans les latrines, qui doivent être rigoureu-

Art. 20.º A quantidade de agua potavel posta gratuitamente á disposiçaõ de cada peregrino, qualquer que seja a sua idade, deve ser, pelo menos, de cinco litros por dia.

Art. 21.º Se ha duvida sobre a qualidade da agua potavel ou sobre a possibilidade de ter sido contaminada, quer na sua origem, quer no trajecto, deve ser fervida e esterilizada, sendo obrigado o capitão a despejal-a no mar no primeiro porto de arribada em que lhe fôr possivel obter melhor agua.

Art. 22.º O navio deve ter dois locais destinados á cozinha pessoal dos peregrinos. E' prohibido aos peregrinos accender lume em qualquer outro local, especialmente sobre o convez.

Art. 23. Cada navio deve ter a bordo medicamentos e os objectos necessarios para o tratamento dos doentes. Os regulamentos feitos por cada governo para os seus navios fixarão a natureza e quantidade dos medicamentos. O tratamento e os remedios serão ministrados gratuitamente aos peregrinos.

Art. 24.º Uma enfermaria regularmente installada e offerecendo boas condiçoẽs de segurança e salubridade deve ser reservada para alojamento dos doentes. A enfermaria deve poder receber 5 por cento, pelo menos, dos peregrinos embarcados, á razão de 3 metros quadrados por pessoa.

Art. 25.º O navio deve estar provido dos meios de isolar as pessoas atacadas de cholera ou de accidentes choleriformes. As pessoas encarregadas de tratar estes doentes são as unicas que podem approximar-se d'elles, e não devem ter contacto com as outras pessoas embarcadas. Os objectos que fazem parte do leito, os tapetes, os vestuarios que tiverem estado em contacto com os doentes devem ser immediatamente desinfectados. A observancia d'este preceito é especialmente recommendada em relação aos vestuarios das pessoas que tenham estado junto dos doentes, e que por isso possam ter ficado sujos. Dos objectos n'este artigo mencionados, os que não tenham valor devem ser lançados ao mar, se o navio não se encontra em porto ou canal, ou destruidos pelo fogo. Os outros devem ser conduzidos para a estufa em saccoes impermeaveis impregnados de uma soluçãõ de sublimado.

As dejecçoẽs dos doentes devem ser recolhidas em vasos que contenham uma soluçãõ desinfectante. Estes vasos são despejados nas latrinas, que devem ser rigo-

sement désinfectées après chaque projection de matières.

Les locaux occupés par les malades doivent être rigoureusement désinfectés.

Les opérations de désinfection doivent être faites conformément à l'article 5 de l'annexe IV de la Convention de Venise.

Art. 26. En cas de décès survenu pendant la traversée, le capitaine doit mentionner le décès en face du nom sur la liste visée par l'autorité du port de départ, et, en outre, inscrire sur son livre de bord le nom de la personne décédée, son âge, sa provenance, la cause présumée de la mort d'après le certificat du médecin et la date du décès.

En cas de décès par maladie transmissible, le cadavre, préalablement enveloppé d'un suaire imprégné d'une solution de sublimé, sera jeté à la mer <sup>1</sup>.

Art. 27. La patente délivrée au port du départ ne doit pas être changée au cours du voyage. Elle est visée par l'autorité sanitaire de chaque port de relâche. Celle-ci y inscrit :

1. Le nombre des passagers débarqués ou embarqués à nouveau ;

2. Les incidents survenus en mer et touchant à la santé ou à la vie des personnes embarquées ;

3. L'état sanitaire du port de relâche.

Art. 28. Dans chaque port de relâche, le capitaine doit faire viser par l'autorité compétente la liste dressée en exécution de l'article 9.

Dans le cas où un pèlerin est débarqué en cours de voyage, le capitaine doit mentionner sur cette liste le débarquement en face du nom du pèlerin.

En cas d'embarquement, les personnes embarquées doivent être mentionnées sur cette liste conformément à l'article 9 et préalablement au visa nouveau.

Art. 29. Le capitaine doit veiller à ce que toutes les opérations prophylactiques exécutées pendant le voyage soient inscrites sur le livre de bord. Ce livre est présenté par lui à l'autorité compétente du port d'arrivée. <sup>2</sup>

Art. 30. Le capitaine est tenu de payer la totalité des taxes sanitaires qui doivent être comprises dans le prix du billet.

rosamente desinfectadas depois de cada projecção de materias.

Os locais occupados pelos doentes devem ser rigorosamente desinfectados.

As operações de desinfectação devem ser feitas em conformidade com o artigo 5.º do anexo IV da convenção de Veneza.

Art. 26.º No caso de morte occorrida durante a travessia, deve o capitão mencionar o obito, em frente do respectivo nome, na lista visada pela auctoridade do porto de partida e, além d'isso, inscrever no seu livro de bordo o nome, idade e procedencia da pessoa fallecida, a causa presumida da morte, segundo o certificado do medico, e a data do obito.

Em caso de morte por doença contagiosa, o cadaver, previamente envolvido n'uma mortalha impregnada d'uma solução de sublimado, será lançado ao mar <sup>1</sup>.

Art. 27.º A carta de saude passada no porto de partida não deve ser substituida no decurso da viagem. E' visada pela auctoridade sanitaria de cada porto de arribada. Esta auctoridade inscreve ali :

1.º O numero dos passageiros desembarcados ou embarcados n'esse porto ;

2.º Os incidentes occorridos no mar e relativos á saude ou á vida das pessoas embarcadas ;

3.º O estado sanitario do porto de arribada.

Art. 28.º O capitão deve, em cada porto de arribada, fazer visar pela auctoridade competente a lista formulada em execução do artigo 9.º

No caso de um peregrino desembarcar no decurso da viagem, deve o capitão mencionar n'aquella lista o desembarque em frente do nome do peregrino.

Em caso de embarque, as pessoas embarcadas devem ser mencionadas n'aquella lista, nos termos do artigo 9.º, e antes do novo visto.

Art. 29.º O capitão deve vigiar por que todas as operações prophylacticas executadas durante a viagem sejam inscriptas no livro de bordo. Este livro tem de ser apresentado por elle á auctoridade competente do porto de chegada <sup>2</sup>.

Art. 30.º O capitão é obrigado a pagar a totalidade das taxas sanitarias que devem ser comprehendidas no preço do bilhete.

<sup>1</sup> Convention de Venise, annexe V, titre II, 6.º

<sup>2</sup> Convention de Venise, annexe V, titre II, 7.º

<sup>1</sup> Convenção de Veneza, anexo V, título II, 6.º

<sup>2</sup> Convenção de Veneza, anexo V, título II, 7.º

## TITRE IV

## Pénalités

Art. 31. Tout capitaine convaincu de ne s'être pas conformé, pour la distribution de l'eau, des vivres ou du combustible, aux engagements pris par lui, sera passible d'une amende de 2 livres turques. Cette amende est perçue au profit du pèlerin qui aura été victime du manquement, et qui établira qu'il a en vain réclaté l'exécution de l'engagement pris.

Art. 32. Toute infraction à l'article 8 est punie d'une amende de 30 livres turques.

Art. 33. Tout capitaine qui aurait commis ou qui aurait sciemment laissé commettre une fraude quelconque concernant la liste des pèlerins ou la patente sanitaire prévue à l'article 9 est passible d'une amende de 50 livres turques.

Art. 34. Tout capitaine de navire arrivant sans patente sanitaire du port de départ, ou sans visa des ports de relâche ou non muni de la liste réglementaire et régulièrement tenue suivant les articles 9, 27 et 28, est passible, dans chaque cas, d'une amende de 12 livres turques.

Art. 35. Tout capitaine convaincu d'avoir ou d'avoir eu à bord plus de 100 pèlerins sans la présence d'un *médecin commissionné*, conformément aux prescriptions de l'article 11, est passible d'une amende de 300 livres turques.

Art. 36. Tout capitaine convaincu d'avoir ou d'avoir eu à son bord un nombre de pèlerins supérieur à celui qu'il est autorisé à embarquer conformément aux prescriptions de l'article 9 est passible d'une amende de 5 livres turques par chaque pèlerin en surplus.

Le débarquement des pèlerins dépassant le nombre régulier est effectué à la première station où réside une autorité compétente, et le capitaine est tenu de fournir aux pèlerins débarqués l'argent nécessaire pour poursuivre leur voyage jusqu'à destination.

Art. 37. Tout capitaine convaincu d'avoir débarqué des pèlerins dans un endroit autre que celui de destination, sauf leur consentement ou hors le cas de force majeure, est passible d'une amende de 20 livres turques par chaque pèlerin débarqué à tort.

Art. 38. Toute infraction aux autres prescriptions du présent règlement est punie d'une amende de 10 à 100 livres turques.

## TITULO IV

## Penalidades

Art. 31.<sup>o</sup> O capitão contra quem se prove não ter cumprido, quanto á distribuição da agua, viveres ou combustivel, as obrigações por elle contrahidas, será punido com a multa de 2 libras turcas. Esta multa será cobrada em beneficio do peregrino que tiver sido victima da falta, e que provar ter em vão reclamado a execução do compromisso tomado.

Art. 32.<sup>o</sup> Qualquer infracção do artigo 8.<sup>o</sup> é punida com a multa de 30 libras turcas.

Art. 33.<sup>o</sup> O capitão que tenha commettido ou que scientemente houver deixado commetter alguma fraude, relativa á lista dos peregrinos ou á carta de saude, a que se refere o artigo 9.<sup>o</sup>, fica sujeito á multa de 50 libras turcas.

Art. 34.<sup>o</sup> O capitão de navio que chegue sem carta de saude do porto de partida, ou sem *visto* dos portos de arribada, ou não munido da lista regulamentar, e devidamente escripturada conforme os artigos 9.<sup>o</sup>, 27.<sup>o</sup> e 28.<sup>o</sup>, fica sujeito, em cada caso, a uma multa de 12 libras turcas.

Art. 35.<sup>o</sup> O capitão contra o qual se prove ter, ou ter tido, a bordo mais de 100 peregrinos, sem a presença d'un *medico commissionado*, conforme as prescripções do artigo 11.<sup>o</sup>, fica sujeito a uma multa de 300 libras turcas.

Art. 36.<sup>o</sup> O capitão contra quem se prove que tem, ou teve, a seu bordo um numero de peregrinos superior áquelle que é auctorisado a embarcar conforme as prescripções do artigo 9.<sup>o</sup>, fica sujeito a uma multa de 5 libras turcas por cada peregrino recebido a mais.

O desembarque dos peregrinos, que exceda o numero regulamentar, será effectuado na primeira estação em que resida uma auctoridade competente, e o capitão fica obrigado a fornecer aos peregrinos desembarcados o dinheiro necessario para proseguirem a sua viagem até ao ponto do destino.

Art. 37.<sup>o</sup> O capitão contra quem se prove ter desembarcado peregrinos n'um sitio diverso do do seu destino, salvo o consentimento d'elles e excepto o caso de força maior, fica sujeito a uma multa de 20 libras turcas por cada peregrino indevidamente desembarcado.

Art. 38.<sup>o</sup> Qualquer infracção ás outras prescripções do presente regulamento será punida com multa de 10 a 100 libras turcas.



Art. 39. Toute contravention constatée en cours de voyage est annotée sur la patente de santé, ainsi que sur la liste des pèlerins. L'autorité compétente en dresse procès-verbal pour le remettre à qui de droit.

Art. 40. Dans les ports ottomans la contravention est établie et l'amende imposée par l'autorité compétente, conformément aux dispositions de l'Annexe IV de la Convention.

Art. 41. Tous les agents apellés à concourir à l'exécution de ce règlement sont passibles de punition conformément aux lois de leurs pays respectifs, en cas de fautes commises par eux dans son application.

Art. 42. Le présent règlement sera affiché dans la langue de la nationalité du navire et dans les principales langues des pays habités par les pèlerins à embarquer, en un endroit apparent et accessible, à bord de chaque navire transportant des pèlerins.

## ANNEXE II

### Surveillance sanitaire des pèlerinages dans la mer Rouge

#### Régime sanitaire applicable aux navires à pèlerins dans la station sanitaire (réorganisée) de Camaran

Les navires à pèlerins venant du sud et se rendant au Hedjaz devront au préalable faire escale à la station sanitaire de Camaran et seront soumis au régime ci-après.

Les navires reconnus indemnes après visite médicale auront libre pratique, lorsque les opérations suivantes seront terminées.

Les pèlerins seront débarqués; ils prendront une douche-lavage ou un bain de mer; leur linge sale, la partie de leurs effets à usage et de leurs bagages qui peut être suspecte, d'après l'appréciation de l'autorité sanitaire, seront désinfectés; la durée de ces opérations, en y comprenant le débarquement et l'embarquement, ne devra pas dépasser quarante-huit heures.

Si aucun cas de choléra, de diarrhée ou accident cholériforme n'est constaté pendant ces opérations, les pèlerins seront reembarqués immédiatement et le navire se dirigera vers le Hedjaz.

Les navires suspects, c'est-à-dire ceux

Art. 39.º Qualquer contravenção que se prove ter havido no decurso da viagem, será anotada na carta de saude e bem assim na lista dos peregrinos. A auctoridade competente levantará auto d'esse facto para o remetter a quem de direito pertença.

Art. 40.º Nos portos ottomanos a contravenção será processada e a multa será imposta pela auctoridade competente, conforme as disposições do Annexo IV da presente Convenção.

Art. 41.º Todos os agentes a quem compete concorrer para a execução d'este regulamento ficam sujeitos a punição em conformidade com as leis dos seus paizes respectivos, no caso de faltas por elles committidas na applicação do mesmo regulamento.

Art. 42.º O presente regulamento será affixado na lingua da nacionalidade do navio e nas principaes linguas dos paizes habitados pelos peregrinos que embarquem, em logar patente e accessivel, a bordo de cada navio que transporte peregrinos.

## ANNEXO II

### Vigilancia sanitaria das peregrinações no Mar Vermelho

#### Regimen sanitario applicavel aos navios de peregrinos, na estação sanitaria (reorganizada) de Camaran

Os navios de peregrinos procedentes do Sul e que se dirijam a Hedjaz deverão previamente fazer escale pela estação sanitaria de Camaran e serão submettidos ao regimen que se segue:

Os navios reconhecidos indemnes depois da visita medica terão livre pratica, logo que estejam terminadas as operações seguintes:

Os peregrinos serão desembarcados; tomarão um banho de duche ou um banho de mar; a sua roupa suja e a parte dos seus objectos de uso ou de suas bagagens que possa ser suspeita segundo apreciação da auctoridade sanitaria, são desinfectadas; a duração d'estas operações, comprehendida a do desembarque e embarque, não deverá exceder quarenta e oito horas.

Averiguado que seja não haver caso algum de cholera, diarrhêa ou accidente cholériforme no decurso d'estas operações, serão reembarcados os peregrinos immediatamente, e dirigir-se-ha o navio para Hedjaz.

Os navios suspeitos, isto é, aquelles a

à bord desquels il y a eu des cas de choléra au moment du départ, mais aucun cas nouveau depuis sept jours, seront traités de la façon suivante: les pèlerins seront débarqués; ils prendront une douche-lavage ou un bain de mer; leur linge sale, la partie de leurs effects à usage et de leurs bagages qui pentêtre suspecte, d'après l'appréciation de l'autorité sanitaire, seront désinfectés.

La durée de ces opératins, en y comprenant le débarquement et l'embarquement, ne devra pas dépasser quarante-huit heures. Si aucun cas de choléra ou d'accident cholériforme n'est constaté pendant ces opérations, les pèlerins seront rembarqués immédiatement, et le navire sera dirigé sur Djeddah, où une seconde visite médicale aura lieu à bord. Si son résultat est favorable, et sur le vu de la déclaration écrite des médecins du bord certifiant, sous serment, qu'il n'y a pas eu de cas pendant la traversée, les pèlerins seront immédiatement débarqués.

Si, au contraire, le choléra ou des accidents cholériformes avaient été constatés pendant le voyage ou au moment de l'arrivée, le navire sera renvoyé à Camaran, où il subira le régime des navires infectés.

Les navires infectés, c'est-à-dire ayant à bord des cas de choléra ou des accidents cholériformes, ou bien en ayant présenté depuis sept jours, subiront le régime suivant.

Les personnes atteintes de choléra ou d'accidents cholériformes, seront débarquées et isolées à l'hôpital. La désinfection sera pratiquée d'une façon complète. Les autres passagers seront débarqués et isolés par groupes, aussi peu nombreux que possible, de manière que l'ensemble ne soit pas solidaire d'un groupe particulier, si le choléra venait à s'y développer.

Le linge sale, les objects à usage, les vêtements de l'équipage et des passagers seront désinfectés ainsi que le navire.

L'autorité sanitaire locale décidera si le déchargement des gros bagages et des marchandises est nécessaire, si le navire entier doit être désinfecté ou si une partie seulement du navire doit subir la désinfection.

Les passagers resteront cinq jours à l'établissement de Camaran; lorsque les cas de choléra remonteront à plusieurs jours, la durée de l'isolement pourra être diminuée.

Cette durée pourra varier selon l'époque de l'apparition du dernier cas et d'après la décision de l'autorité sanitaire.

bordo dos quaes tenha havido casos de cholera no momento da partida, mas nenhum caso novo nos ultimos sete dias, serão tratados da seguinte maneira: os peregrinos serão desembarcados; tomarão um banho de duclie ou do mar; a sua roupa suja, a parte dos seus objectos de uso e de suas bagagens que possa ser suspeita na opinião da auctoridade sanitaria serão desinfectadas.

A duração d'estas operações, compreendendo a de desembarque e embarque, não deverá exceder quarenta e oito horas. Se se verificar não ter havido caso algum de cholera durante estas operações, serão reembarcados os peregrinos immediatamente, e dirigir-se-ha o navio para Djidah, onde se realizará uma segunda visita medica a bordo. Sendo o resultado d'esta favoravel, e em vista da declaração escripta dos medicos de bordo, sob juramento, de que não houve caso de cholera durante a travessia, serão os peregrinos desembarcados immediatamente.

Se, pelo contrario, se provar ter havido um ou mais casos de cholera ou de accidentes choleriformes durante a viagem ou no momento da chegada, será reenviado o navio para Camaran, onde será submettido ao regimen dos navios inficionados.

Os navios inficionados, isto é, que tenham a bordo casos de cholera ou accidentes choleriformes, ou que os tenham tido nos ultimos sete dias, serão submettidos ao seguinte regimen:

As pessoas atacadas de cholera ou accidentes choleriformes serão desembarcadas e isoladas no hospital. A desinfecção praticar-se-ha por modo completo. Os outros passageiros serão desembarcados e isolados por grupos, tão pouco numerosos na sua composição quanto possível, de maneira que o todo não seja solidario de um grupo particular, se chegar a desenvolver-se a cholera.

A roupa suja, os objectos de uso, o vestuario dos tripulantes e dos passageiros serão desinfectados, assim como o navio.

A auctoridade sanitaria local resolverá se é necessaria a descarga das bagagens volumosas e das mercadorias, e se deve submeter-se á desinfecção todo o navio ou só parte d'elle.

Os passageiros permanecerão cinco dias na estação de Camaran; quando os casos de cholera tiverem acontecido muitos dias antes, poderá diminuir-se a duração do isolamento, variando essa duração conforme a data do apparecimento do ultimo caso, e segundo a decisão da auctoridade sanitaria.

Le navire sera dirigé ensuite sur Djeddah, où une visite médicale rigoureuse aura lieu à bord. Si son résultat est favorable, les pèlerins seront débarqués. Si au contraire, le choléra ou des accidents cholériques s'étaient montrés à bord pendant le voyage ou au moment de l'arrivée, le navire sera renvoyé à Camaran, où il subira de nouveau le régime des navires infectés.

#### Améliorations à apporter à la station sanitaire de Camaran

A.—Évacuation complète de l'île de Camaran par ses habitants.

B.—Moyens d'assurer la sécurité et de faciliter le mouvement de la navigation dans la baie de l'île de Camaran :

1. Installation de bouées et de balises en nombre suffisant;
2. Construction d'un môle ou quai principal pour débarquer les passagers et les colis;
3. Un appontement différent pour embarquer séparément les pèlerins de chaque campement;
4. Des chalands en nombre suffisant avec un remorqueur à vapeur, pour assurer le service de débarquement des pèlerins.

Le débarquement des pèlerins des navires infectés sera opéré par les moyens de bord.

C.—Installation de la station sanitaire qui comprendra :

1. Un réseau de voies ferrées reliant les débarcadères aux locaux de l'administration et de désinfection ainsi qu'aux locaux des divers services et aux campements;
2. Des locaux pour l'administration et pour le personnel des services sanitaires et autres;
3. Des bâtiments pour la désinfection et le lavage des effets non portés et autres objets;
4. Des bâtiments où les pèlerins seront soumis à des bains-douches ou bains de mer pendant que l'on désinfectera les vêtements en usage;
5. Des hôpitaux séparés pour les deux sexes et complètement isolés :
  - a) Pour l'observation des suspects;
  - b) Pour les cholériques;
  - c) Pour les malades atteintes d'autres affections contagieuses;
  - d) Pour les maladies ordinaires;

O navio será dirigido em seguida para Djiddah, onde se effectuará a bordo uma rigorosa visita medica. Sendo favoravel o seu resultado, serão desembarcados os peregrinos. Se, pelo contrario, se tiverem manifestado a cholera ou accidentes cholericos a bordo, durante a viagem, ou no momento da chegada, será o navio reenviado para Camaran, onde novamente ficará submettido ao regimen dos navios inficionados.

#### Melhoramentos a introduzir na estação sanitaria de Camaran

A.—Evacuação completa da ilha de Camaran pelos seus habitantes.

B.—Meios de assegurar o afastamento de perigo para a navegação e facilitar o seu movimento na bahia da ilha de Camaran :

- 1.º Instalação de boias e de balisas em numero sufficiente;
- 2.º Construção de um molhe ou caes principal para desembarque de passageiros e de volumes;
- 3.º Um pontão differente para embarcarem separadamente os peregrinos de cada acampamento;
- 4.º Batelões em numero sufficiente, com um rebocador a vapor, para assegurar o serviço do embarque e desembarque dos peregrinos.

O desembarque dos peregrinos de navios inficionados operar-se-ha com os meios que houver a bordo.

C.—Instalação da estação sanitaria, que comprehenderá :

- 1.º Uma rede de vias ferreas que ligue os desembarcadouros com os locais da administração e de desinfeção, e bem assim com os sitios dos diversos serviços, e com os acampamentos;
- 2.º Locaes para a administração e para o pessoal dos serviços sanitarios e outros;
- 3.º Edificações para a desinfeção e lavagem das roupas não servidas e de outros objectos;
- 4.º Edificações em que os peregrinos sejam submettidos a banhos de duche ou de mar, emquanto se desinfectar o vestuario de uso;
- 5.º Hospitaes separados para os dois sexos e completamente isolados :
  - a) Para observação dos suspeitos;
  - b) Para os cholericos;
  - c) Para os doentes atacados de outras affecções contagiosas;
  - d) Para os doentes ordinarios.

6. Les campements seront séparés les uns des autres d'une manière efficace et la distance entre eux devra être la plus grande possible; les logements destinés aux pèlerins seront construits dans les meilleures conditions hygiéniques et ne devront contenir que vingt-cinq personnes;

7. Un cimetière bien situé et éloigné de toute habitation sans contact avec une nappe d'eau souterraine et drainé à 0<sup>m</sup>,50 au-dessous du plan des fosses.

#### D. Outillage sanitaire et accessoires:

1. Etuves à vapeur en nombre suffisant et présentant toutes les conditions de sécurité, d'efficacité et de rapidité;

2. Pulvérisateurs, cuves à désinfection et moyens nécessaires pour la désinfection chimique, analogues à ceux qui ont été indiqués par la Convention sanitaire de Venise du 30 janvier 1892;

3. Machines à distiller; appareils destinés à la stérilisation de l'eau par la chaleur; machines à fabriquer la glace.

Pour la distribution de l'eau potable, canalisations et réservoirs fermés, étanches et ne pouvant se vider que par des robinets ou par des pompes;

4. Laboratoire bactériologique avec le personnel accessoire;

5. Installation de tinettes mobiles pour recueillir les matières fécales préalablement désinfectées. Épandage de ces matières sur une des parties de l'île les plus éloignées des campements. en tenant compte des conditions nécessaires pour le bon fonctionnement de ces champs, au point de vue de la hygiène;

6. Les eaux sales seront éloignées des campements sans pouvoir stagner ni servir à l'alimentation. Les eaux vannes qui sortent des hôpitaux seront désinfectées par le lait de chaux, suivant les indications contenues dans la convention de Venise.

E. L'autorité sanitaire assurera dans chaque campement l'établissement de magasins de comestibles et de combustible.

Le tarif des prix fixés par l'autorité compétente est affiché en plusieurs endroits du campement et dans les principales langues des pays habités par les pèlerins.

Le contrôle de la qualité des vivres et d'un approvisionnement suffisant est fait chaque jour par le médecin du campement.

L'eau est fournie gratuitement.

En ce qui concerne les vivres et l'eau, les règles adoptées pour Camaran sous la

6.º Os acampamentos serão separados uns dos outros por forma eficaz, devendo a distancia entre uns e outros ser a maior possível; os alojamentos destinados aos peregrinos serão construídos nas melhores condições hygienicas, e não deverão conter senão vinte e cinco pessoas.

7.º Um cemiterio bem situado, e afastado de qualquer habitação, sem contacto com algum lençol de agua subterraneo, e drenado a 0<sup>m</sup>,50 abaixo do plano das fossas.

#### D.—Material sanitario e accessorios:

1.º Estufas a vapor em numero sufficiente e que tenham todas as condições de segurança, efficacia e rapidez;

2.º Pulverisadores, tinas de desinfecção e meios necesarios para a desinfecção chimica, analogos aos que se indicaram na Convenção sanitaria de Veneza de 30 de janeiro de 1892;

3.º Machinas de distillar; aparelhos destinados a esterilisar a agua por meio do calor; machinas de fabricar gelo;

Para a distillação da agua potavel: canalisções e reservatorios fechados, estanques, e que não possam despejar-se senão por meio de bombas ou torneiras.

4.º Laboratorio bacteriologico com o pessoal necessario;

5.º Installação de fossas moveis para recolher as materias fecaes previamente desinfectadas. Dispersão d'essas materias n'um dos sitios da ilha mais afastados dos acampamentos, tendo-se em conta as condições necessarias para o bom funcionamento d'esses campos de dispersão, sob o ponto de vista hygienico;

6.º As aguas sujas serão desviadas dos acampamentos, para que não fiquem estagnadas nem possam servir na alimentação. A parte liquida dos dejectos que sae dos hospitaes será desinfectada pelo leite de cal, conforme as indicações contidas na convenção de Veneza.

E.—A auctoridade sanitaria responsabilizar-se-ha, em cada acampamento, pela existencia de um estabelecimento para comestiveis e combustivel.

A tabella dos preços fixados pela auctoridade competente será affixada em diversos logares do acampamento, e nas principais linguas dos paizes habitados pelos peregrinos.

A fiscalisação da qualidade e sufficiente quantidade das provisões deve ser feita diariamente pelo medico do acampamento.

O fornecimento de agua é gratuito.

Com referencia a mantimentos e agua, as regras adoptadas para Camaran, sob a

lettre E sont applicables aux campements d'Abou-Saad, de Vasta et d'Abou-Ali.

**Améliorations à apporter aux stations sanitaires de Abou-Saad, de Vasta e d'Abou-Ali, ainsi qu'à Djeddah et à Yambo.**

1. Création de deux hôpitaux pour cholériques, hommes et femmes, à Abou-Ali;
2. Création à Vasta d'un hôpital pour maladies ordinaires;
3. Installation à Abou Saad et à Vasta de logements en pierres capables de contenir 500 personnes, à raison de 25 personnes par logement;
4. Trois étuves à désinfection placées à Abou-Saad, Vasta et Abou-Ali avec buanderies et accessoires;
5. Établissement de douches-lavages à Abou-Saad et Vasta;
6. Dans chacune des îles d'Abou-Saad et Vasta des machines à distiller pouvant fournir ensemble quinze tonnes d'eau par jour;
7. Pour les cimetières, les matières fécales et les eaux sales, le régime sera réglé suivant les principes admis pour Camaran. Un cimetière sera établi dans chacune des îles;
8. Installation d'étuves et autres moyens de désinfection à Djeddah et à Yambo pour les pèlerins quittant le Hedjaz.

#### **Réorganisation de la station sanitaire de Djebel-Tor**

En ce qui concerne la réorganisation de la station de Djebel-Tor, les Hautes Parties contractantes, confirmant les recommandations et vœux formulés par la Conférence de Venise relativement à cette station, laissent au Conseil maritime sanitaire d'Alexandrie le soin de réaliser ces améliorations et estiment en outre :

1. Qu'il est nécessaire d'avoir également dans la station des machines à stériliser par la chaleur l'eau qu'on peut trouver sur place;
2. Qu'il importe que tous les vivres qui sont importés par les pèlerins de Djeddah et de Yambo, quand il y a du choléra au Hedjaz, soient désinfectés comme objets suspects ou complètement détruits, s'ils se trouvent dans des conditions d'altération dangereuses;
3. Que des mesures doivent être prises pour empêcher les pèlerins d'emporter au départ du Djebel-Tor des outres qui seront remplacées par des vases en terre cuite ou des bidons métalliques;

letra E, são applicaveis aos acampamentos de Abú-Saad, Vasta e Abú-Ali.

**Melhoramentos a introduzir nas estações sanitarias de Abú-Saad, de Vasta e de Abú-Ali, assim como em Djiddah e Yambo**

- 1.º Creação de dois hospitaes para cholericos, homens e mulheres, em Abú-Ali;
- 2.º Creação em Vasta de um hospital para doenças ordinarias;
- 3.º Instalação em Abú-Saad e em Vasta de alojamentos de alvenaria capazes de conterem 500 pessoas, na razão de 25 pessoas por alojamento;
- 4.º Tres estufas de desinfecção collocadas em Abú-Saad, Vasta e Abú-Ali com lavanderias e accessorios;
- 5.º Estabelecimento de banhos de duche em Abú-Saad e em Vasta;
- 6.º Machinas de distillação, em cada uma das ilhas do Abú-Saad e Vasta, que possam fornecer ao todo, e diariamente, 15 toneladas de agua;
- 7.º O regimen dos cemiterios, das materias fecaes e das aguas sujas será estabelecido conforme os principios admittidos para Camaran. Em cada uma das ilhas estabelecer-se-ha um cemiterio;
- 8.º Instalação de estufas e outros meios de desinfecção em Djiddah e Yambo para os peregrinos que saíam de Hedjaz.

#### **Reorganisação da estação sanitaria de Djebel-Tor**

Com referencia á reorganisação da estação de Djebel-Tor, as Altas Partes Contractantes, confirmando as recommendações e votos formulados pela Conferencia de Veneza a respeito d'esta estação, entregam ao cuidado do Conselho marítimo sanitario de Alexandria a realisação d'esses melhoramentos, e além d'isso entendem :

- 1.º Que é necessario ter tambem na estação machinas para esterilisar, por meio do calor, a agua que se póde obter na localidade;
- 2.º Que é indispensavel que todos os mantimentos trazidos pelos peregrinos de Djiddah e Yambo, quando haja cholera em Hedjaz, sejam desinfectados como objectos suspeitos, ou completamente destruidos, se estiverem em condições perigosas de alteração;
- 3.º Que se devem adoptar providencias para impedir os peregrinos de levarem odres, quando larguem de Djebel-Tor, os quaes se substituirão por vasilhas de barro cozido ou canecos de metal;

4. Que chaque section doit y être pourvue d'un médecin ;

5. Qu'un capitaine de port doit être nommé à El-Tor, pour y diriger les embarquements et les débarquements et pour faire observer les règlements par les capitaines des navires et les samboukdji.

#### Régime sanitaire à appliquer aux navires à pèlerins venant du Nord

##### I. VOYAGE D'ALLER

Si la présence du choléra n'est pas constatée dans le port de départ ni dans ses environs et aucun accident cholérique ne s'étant produit pendant la traversée, le navire est immédiatement admis à la libre pratique.

Si la présence du choléra est constatée dans le port de départ ou dans ses environs ou si un accident cholérique s'est produit pendant la traversée, le navire sera soumis, à Djebel-Tor, aux règles instituées pour les navires qui viennent du Sud et qui s'arrêtent à Camaran.

##### II. VOYAGE DE RETOUR

Si la présence du choléra n'est pas constatée au Hedjaz et ne l'a pas été au cours du pèlerinage, les navires sont soumis à Djebel-Tor aux règles instituées à Camaran pour les navires indemnes.

Les pèlerins seront débarqués, ils prendront une douche-lavage ou un bain de mer ; leur linge sale, la partie de leurs effets à usage et de leurs bagages qui peut être suspecte, d'après l'appréciation de l'autorité sanitaire, seront désinfectés ; la durée de ces opérations, en y comprenant le débarquement et l'embarquement, ne devra pas dépasser quarante huit heures.

Si la présence du choléra est constatée au Hedjaz ou l'a été au cours du pèlerinage, les navires sont soumis à Djebel-Tor aux règles instituées à Camaran pour les navires infectés.

Les personnes atteintes de choléra ou d'accidents cholériques seront débarquées et isolées à l'hôpital. La désinfection sera pratiquée d'une façon complète. Les autres passagers seront débarqués et isolés par groupes, aussi peu nombreux que possible, de manière que l'ensemble ne soit pas solidaire d'un groupe particulier, si le choléra venait à s'y développer.

4.º Que deve estar cada secção provida de um medico ;

5.º Que deve ser nomeado um capitão do porto em El-Tor, para dirigir os embarques e desembarques e velar pela observancia dos regulamentos por parte dos capitães de navios, e por parte dos sambukdjí.

#### Regimen sanitario applicavel aos navios de peregrinos procedentes do Norte

##### I. VIAGEM DE IDA

Verificando-se não existir cholera no porto da saída nem nos seus arrabaldes, e não se tendo manifestado algum accidente cholérico durante a travessia, o navio será immediatamente admittido a livre pratica.

Provada a presença de cholera no porto da partida ou nos seus arrabaldes, ou tendo-se manifestado algum accidente cholérico durante a travessia, será o navio submettido, em Djebel-Tor, ás regras estabelecidas para os navios que vem do Sul e param em Camaran.

##### II. VIAGEM DE RETORNO

Averiguando-se não existir a cholera em Hedjaz, nem ter-se ella manifestado no decurso da peregrinação, os navios serão submettidos em Djebel-Tor ás regras estabelecidas em Camaran para os navios indemnes :

Os peregrinos serão desembarcados ; tomarão um banho de duche ou do mar ; a sua roupa suja, a parte dos seus objectos de uso e de suas bagagens, que possa parecer suspeita segundo a apreciação da autoridade sanitaria, serão desinfectadas ; a duração d'estas operações, comprehendida a do desembarque e reembarque, não deverá exceder quarenta e oito horas.

Provada a existencia da cholera em Hedjaz, ou provado que ella se manifestou no decurso da peregrinação, os navios serão submettidos em Djebel-Tor ás regras estabelecidas em Camaran para os navios inficionados.

As pessoas atacadas de cholera ou accidentes cholericiformes serão desembarcadas e isoladas no hospital. A desinfectação operar-se-ha por uma fôrma completa. Os outros passageiros serão desembarcados e isolados por grupos, tão pouco numerosos na sua composição quanto possível, de maneira que o conjuncto não seja solidario de um grupo especial, se vier a desenvolver-se a cholera.

Le linge sale, les objects à usage, les vêtements de l'équipage et des passagers, seront désinfectés ainsi que le navire.

L'autorité sanitaire locale décidera si le déchargement des gros bagages et des marchandises est nécessaire, si le navire entier doit être désinfecté, ou si une partie seulement du navire doit subir la désinfection.

Tous les pèlerins sont soumis à une observation de sept jours pleins à partir de celui où ont été terminées les opérations de désinfection. Si un accident cholérique s'est produit dans une section, la période de sept jours ne commence pour cette section qu'à partir de celui où le dernier cas a été constaté.

#### Mesures sanitaires à appliquer aux départs des pèlerins des ports du Hedjaz

Les mesures à adopter pour le départ de Djeddah et Yambo des pèlerins qui vont vers le Sud sont les mêmes que celles édictées pour le départ des ports, situés au delà du détroit de Bab-el-Mandeb, en ce qui concerne la visite médicale et la désinfection, soit :

1. Visite médicale obligatoire individuelle, faite de jour, à terre, au moment de l'embarquement, pendant le temps nécessaire, par des médecins délégués de l'autorité sanitaire, de toute personne, prenant passage à bord d'un navire ;

2. Désinfection obligatoire et rigoureuse faite à terre, sous la surveillance du médecin délégué de l'autorité publique, de tout objet contaminé ou suspect, dans les conditions de l'article 5 du premier règlement inséré dans l'annexe IV de la Convention sanitaire de Venise.

Pour les pèlerins qui s'embarquent sur des navires dirigés vers le Nord, la désinfection se fera à Djebel-Tor, sauf quand il y a du choléra au Hedjaz: en ce cas, les mesures ci-dessus sont appliquées aussi à ces navires à Djeddah et Yambo.

### ANNEXE III

#### I

#### Régime sanitaire applicable aux provenances maritimes dans le golfe Persique

Est considéré comme *infecté* le navire qui a du choléra à bord ou qui a présenté

A roupa suja, os objectos de uso, o vestuário dos tripulantes e dos passageiros serão desinfectados e do mesmo modo o navio.

A auctoridade sanitaria local decidirá se é necessaria a descarga das bagagens volumosas e das mercadorias, e se deve ser submettido a desinfeccção todo o navio ou só uma parte d'elle.

Todos os peregrinos serão submettidos a uma observação de sete dias completos, a contar d'aquelle em que se tiverem concluido as operações da desinfeccção. Quando algum accidente cholerico se houver manifestado n'uma secção, o periodo de sete dias para essa secção começa a contar-se unicamente d'aquelle dia em que se tiver manifestado o ultimo caso.

#### Regras sanitarias applicaveis ao partirem os peregrinos dos portos de Hedjaz

As disposições a adoptar, ao partirem de Djiddah e de Yambo os peregrinos que vão para o sul, são eguaes ás que se estabeleceram para a partida dos portos situados além do estreito de Bab-el-Mandeb, no que diz respeito a exame de saude e desinfeccção ; isto é :

1.º Exame medico obrigatorio, individual, feito de dia, em terra, no momento do embarque, durante o tempo necessario, pelos medicos delegados da auctoridade sanitaria, e a todas as pessoas que tomem passagem a bordo de um navio ;

2.º Desinfeccção obrigatoria e rigorosa, feita em terra, e sob a vigilancia do medico delegado da auctoridade publica, de qualquer objecto contaminado ou suspeito, nas condições do artigo 5.º do primeiro regulamento inserto no anexo IV da Convenção sanitaria de Veneza.

Quanto aos peregrinos que embarquem em navios com destino ao Norte, a desinfeccção far-se-ha em Djebel-Tor, excepto quando houver cholera em Hedjaz: n'esse caso as disposições acima são applicadas tambem a estes navios em Djiddah e Yambo.

### ANNEXO III

#### I

#### Regimen sanitario applicavel ás procedencias maritimas no Golfo Persico

Considera-se *infectado* o navio que tem cholera a bordo, ou em que se manifesta-

des cas nouveaux de choléra depuis sept jours.

Est considéré comme *suspect* le navire à bord duquel il y a eu des cas de choléra au moment du départ ou pendant la traversée, mais aucun cas nouveau depuis sept jours.

Est considéré comme *indemne*, bien que venant d'un port contaminé, le navire qui n'a eu ni décès ni cas de choléra à bord, soit avant le départ, soit pendant la traversée, soit au moment de l'arrivée.

Les navires *infectés* sont soumis au régime suivant:

1. Les malades sont immédiatement débarqués et isolés;

2. Les autres personnes doivent être également débarquées, si possible, et soumises à une observation dont la durée variera selon l'état sanitaire du navire et selon la date du dernier cas, sans pouvoir dépasser cinq jours;

3. Le linge sale, les effets à usage et les objets de l'équipage et des passagers, qui, de l'avis de l'autorité sanitaire du port, seront considérés comme contaminés, seront désinfectés, ainsi que le navire ou seulement la partie du navire qui a été contaminée.

Les navires *suspects* sont soumis aux mesures ci-après;

1. Visite médicale;

2. Désinfection: le linge sale, les effets à usage et les objets de l'équipage et des passagers qui, de l'avis de l'autorité sanitaire local, seront considérés comme contaminés, seront désinfectés;

3. Evacuation de l'eau de la cale après désinfection et substitution d'une bonne eau potable à celle qui est emmagasinée à bord.

Il est recommandé de soumettre l'équipage et les passagers à une observation de cinq jours à compter de la date à laquelle le navire a quitté le port de départ.

Il est également recommandé d'empêcher le débarquement de l'équipage, sauf pour raisons de service.

Les navires *indemnes* seront admis à la libre pratique immédiate quelle que soit la nature de leur patente.

Le seul régime que peut prescrire à leur sujet l'autorité du port d'arrivée consiste dans les mesures applicables aux navires suspects (visite médicale, désinfection, évacuation de l'eau de cale et substitution d'une bonne eau potable à celle qui est emmagasinée à bord).

Il est recommandé de soumettre les

ram casos novos de cholera nos ultimos sete dias.

Considera-se *suspeito* o navio a bordo do qual houve casos de cholera no momento da partida ou durante a travessia, mas caso algum novo nos ultimos sete dias.

Considera-se *indemne*, ainda que procedente de porto inficionado, o navio que não tenha tido nem obito nem caso de cholera a bordo, quer antes da partida, quer durante a travessia, ou no momento da chegada.

Os navios *inficionados* são submettidos ao seguinte regimen:

1.º Os doentes são immediatamente desembarcados e isolados;

2.º As outras pessoas devem igualmente ser desembarcadas, se isso fôr possível, e submettidas a uma observação, cuja duração variará, conforme o estado sanitario do navio e a data do ultimo caso, não podendo essa observação passar de cinco dias;

3.º A roupa suja, a roupa de uso e os objectos da tripulação e dos passageiros, que, segundo o parecer da auctoridade sanitaria do porto, forem considerados inficionados, serão desinfectados, e bem assim o navio ou sómente a parte do navio que tenha sido contaminada.

Os navios *suspeitos* são submettidos ás seguintes disposições:

1.º Visita medica;

2.º Desinfecção: a roupa suja, o fato de uso e os objectos dos tripulantes e passageiros que, na opinião da auctoridade sanitaria local, forem considerados como contaminados, serão desinfectados;

3.º Evacuação da agua do porão, depois de desinfectada, e substituição da agua armazenada a bordo por boa agua potavel.

Recommenda-se que os tripulantes e passageiros sejam submettidos a uma observação de cinco dias, a contar da data em que o navio tiver largado do porto de partida.

Igualmente fica recommendado que se evite o desembarque da tripulação, salvo por motivo de serviço.

Os navios *indemnes* serão admittidos a livre pratica immediata, qualquer que seja a natureza da sua carta de saude.

O unico regimen que póde preceituar a seu respeito a auctoridade do porto da chegada consiste nas disposições applicaveis aos navios suspeitos (visita medica, desinfecção, esgoto da agua do porão e substituição da agua existente a bordo por boa agua potavel).

Recommenda-se que os passageiros e tri-



passagers et l'équipage à une observation de cinq jours à compter de la date où le navire est parti du port contaminé.

Il est recommandé également d'empêcher le débarquement de l'équipage, sauf pour raisons de service.

Il est entendu que l'autorité compétente du port d'arrivée pourra toujours réclamer un certificat attestant qu'il n'y a pas eu de cas de choléra sur le navire au port de départ.

L'autorité compétente du port tiendra compte, pour l'application de ces mesures, de la présence d'un médecin et d'un appareil de désinfection (étuve) à bord des navires des trois catégories susmentionnées.

Des mesures spéciales peuvent être prescrites à égard des navires encombrés, notamment des navires à pèlerins ou de tout autre navire offrant de mauvaises conditions d'hygiène.

Les marchandises arrivant par mer ne peuvent être traitées autrement que les marchandises transportées par terre, au point de vue de la désinfection et des défenses d'importation, de transit et de quarantaine. (Voir *Annexes de la Convention sanitaire de Dresde*, titre IV.)

Tout navire qui ne voudra pas se soumettre aux obligations imposées par l'autorité du port sera libre de reprendre la mer.

Il pourra être autorisé à débarquer ses marchandises, après que les précautions nécessaires auront été prises, savoir :

1. Isolement du navire, de l'équipage et des passagers ;
2. Évacuation de l'eau de la cale, après désinfection ;
3. Substitution d'une bonne eau potable à celle qui était emmagasinée à bord.

Il pourra également être autorisé à débarquer les passagers qui en feraient la demande, à la condition que ceux-ci se soumettent aux mesures prescrites par l'autorité locale.

## II

### Postes sanitaires à établir

1. A Faô ou à proximité de ce point : grand lazaret sur terre ferme avec service sanitaire complet, ayant sous sa direction les postes sanitaires du golfe Persique mentionnés ci-dessous ;
2. Petit lazaret dans l'un des deux îlots

pulantes sejam submettdos a uma observação de cinco dias, a contar da data em que o navio tiver partido do porto inficionado.

Recommenda-se igualmente que se evite o desembarque de tripulantes, salvo por motivo de serviço.

Fica entendido que a auctoridade competente do porto da chegada poderá sempre exigir um certificado attestando que não houve caso algum de cholera no navio no porto de partida.

A auctoridade competente do porto terá em consideração, ao applicar estes preceitos, a presença de medico e a existencia de aparelho de desinfecção (estufa) a bordo dos navios das tres categorias supramencionadas.

Disposições especiaes podem ser prescriptas a respeito dos navios que estejam abarrotados, principalmente dos navios de peregrinos ou de quaesquer outros que apresentem más condições hygienicas.

As mercadorias que cheguem por mar não podem ser tratadas por modo diverso d'aquelle por que o são as transportadas por terra, sob o ponto de vista da desinfecção e das prohibições de importação, transitio e quarentena. (Vejam-se *Annexos da convenção sanitaria de Dresde*, titulo IV.)

Todo o navio que não quizer sujeitar-se ás obrigações impostas pela auctoridade do porto terá a liberdade de tornar a fazer-se ao mar.

Esse navio poderá ser auctorisado a desembarcar as suas mercadorias, depois de terem sido tomadas as precauções precisas, a saber :

- 1.º Isolamento do navio, tripulação e passageiros ;
- 2.º Esgoto da agua do porão depois de desinfectada ;
- 3.º Substituição da agua dos depositos de bordo por boa agua potavel.

Poderá igualmente ser auctorisado a desembarcar os passageiros que o pedirem, com a condição de que estes se submettam ás disposições prescriptas pela auctoridade local.

## II

### Postos sanitarios a estabelecer

1. Em Faô, ou proximidades d'este ponto : grande lazareto na terra firme com serviço sanitario completo, tendo sob a sua direcção os postos sanitarios do golfo Persico abaixo mencionados.
2. Pequeno lazareto em um dos ilheus ot-

ottomans Sélahiyé ou Yilaniyé, situés près de Bassorah, pour surveiller les individus qui auraient échappé à la visite de Faô ;

3. Maintien du poste sanitaire existant actuellement à Bassorah ;

4. Installation d'un poste sanitaire dans la baie de Koveit ;

5. Poste sanitaire à Menama, chef-lieu des îles de Bahrein ;

6. Poste sanitaire à Bender-Abbas ;

7. Poste sanitaire à Bender-Buchir ;

8. Poste sanitaire à Mohammerah ;

9. Poste sanitaire dans le port de Gwadar (Bélutchistan).

10. Poste sanitaire dans le port de Mascate (sur la côte d'Oman).

tomanos Sélahiyé ou Yilaniyé, situados próximo de Bassorah, para vigiar os indivíduos que tenham escapado á visita de Faô ;

3.º Manutenção do posto sanitario que actualmente existe em Bassorah.

4.º Instalação de um posto sanitario na bahia de Koveit.

5.º Posto sanitario em Menama, capital das ilhas de Bahrein.

6.º Posto sanitario em Bender-Abbas.

7.º Posto sanitario em Bender-Buchir.

8.º Posto sanitario em Mohammerah.

9.º Posto sanitario no porto de Gwadar (Bélutchistan).

10.º Posto sanitario no porto de Mascate (na costa de Oman).

#### ANNEXE IV

##### Surveillance et exécution

1. La mise en pratique et la surveillance des mesures concernant les pèlerinages arrêtées par la présente convention sont confiées, dans l'étendue de la compétence du Conseil supérieur de santé de Constantinople, à un Comité pris dans le sein de ce Conseil. Ce Comité est composé de trois des représentants de la Turquie dans ce Conseil, et de ceux des Puissances qui ont adhéré ou qui adhéreront aux Conventions sanitaires de Venise, de Dresde et de Paris. La présidence du Comité est déferée à l'un de ses membres ottomans. En cas de partage de voix, le président a voix prépondérante.

2. A fin d'assurer les garanties nécessaires au bon fonctionnement des divers établissements sanitaires énumérés dans la présente Convention, il sera créé un corps de médecins diplômés et compétents, de désinfecteurs, et de mécaniciens bien exercés et de gardes sanitaires recrutés parmi les personnes ayant fait le service militaire, comme officiers ou sous-officiers.

3. En ce qui concerne les frais résultant du régime établi par la présente Convention, il y a lieu de maintenir l'état actuel au point de vue de la répartition des frais entre le Gouvernement ottoman et le Conseil supérieur de santé de Constantinople, répartition qui a été fixée à la suite d'une entente entre le Gouvernement ottoman et les Puissances représentées dans ce Conseil.

4. L'autorité sanitaire du port ottoman de relâche ou d'arrivée qui constate une contravention en dresse un procès verbal

#### ANNEXO IV

##### Fiscalisação e execução

1.º A execução e fiscalisação das regras relativas aos peregrinos e estabelecidas pela presente Convenção são confiadas, nos limites das attribuições do Conselho superior de saúde de Constantinopla, a uma Junta nomeada d'entre os membros d'esse mesmo Conselho. A Junta é composta de tres dos representantes da Turquia n'esse Conselho, e dos das Potencias que adheriram ou vierem a adherir ás Convenções sanitarias de Veneza, de Dresde e de Paris. A presidencia da Junta é conferida a um dos seus membros ottomanos. No caso de empate de votos, o presidente tem voto preponderante.

2.º Com o fim de assegurar o bom funcionamento dos diversos estabelecimentos sanitarios enumerados na presente Convenção, será creada uma corporação de medicos diplomados e competentes, de serviços de desinfeção, de officiaes mechanicos bem exercitados, e de guardas de saúde recrutados entre pessoas que tiverem prestado serviço militar como officiaes ou officiaes inferiores.

3.º Quanto ás despesas resultantes do regimen estabelecido pela presente Convenção, mantem-se o estado actual sob o ponto de vista da repartição d'essas despesas entre o Governo ottomano e o Conselho superior de saúde de Constantinopla, repartição que se fixou em consequencia de um accordo entre o Governo ottomano e as Potencias representadas n'esse Conselho.

4.º A auctoridade sanitaria do porto ottomano de arribada ou de chegada, que tenha noticia de alguma contravenção, le-

sur lequel le capitaine peut inscrire ses observations. Une copie certifiée conforme de ce procès-verbal est transmise au port de relâche ou d'arrivée, à l'autorité consulaire du pays dont le navire porte le pavillon. Cette autorité assure le dépôt de l'amende entre ses mains. En l'absence d'un consul, l'autorité sanitaire reçoit cette amende en dépôt. L'amende n'est définitivement acquise au Conseil supérieur de santé de Constantinople, que lorsque la commission consulaire indiquée à l'article suivant aura prononcé sur la validité de l'amende.

Un deuxième exemplaire du procès-verbal certifié conforme devra être adressé par l'autorité sanitaire qui a constaté le délit au Président du Conseil de santé de Constantinople, qui communiquera cette pièce à la commission consulaire.

Une annotation sera inscrite sur la patente par l'autorité sanitaire ou consulaire indiquant la contravention relevée et le dépôt de l'amende.

5. Il est créé à Constantinople une commission consulaire pour juger des déclarations contradictoires de l'agent sanitaire et du capitaine inculpé. Elle sera désignée chaque année par le corps consulaire. L'administration sanitaire pourra être représentée par un agent remplissant les fonctions de ministère public.

Le Consul de la nation intéressée sera toujours convoqué. Il a droit de vote.

6. Le produit des taxes et des amendes sanitaires ne peut, en aucun cas, être employé à des objets autres que ceux relevant des Conseils sanitaires.

### Déclaration

Les Gouvernements signataires de la Convention sanitaire internationale, conclue à Paris, le 3 avril 1894, ayant jugé utile d'apporter certains amendements à l'instrument diplomatique de la dite Convention, avant l'échange des ratifications, les soussignés, à ce dûment autorisés, sont convenus des dispositions suivantes:

I. L'alinéa 5 de la section A de l'annexe I de la Convention sera rédigé comme suit:

«5. Les pèlerins seront tenus, si les circonstances locales le permettent, de justifier des moyens strictement nécessaires pour accomplir le pèlerinage à l'aller et au retour et pour le séjour dans les Lieux-Saints».

II. L'article 13 du Règlement inséré à

vanta d'ella auto, em que o capitão pode inscrever as suas observações. Uma copia autentica d'esse auto será entregue no porto de arribada, ou de chegada, á auctoridade consular do paiz cuja bandeira o navio tiver. Essa auctoridade promoverá que fique em suas mãos depositada a multa. Na ausencia do consul, a auctoridade sanitaria recebe essa multa em deposito. A multa não é adquirida definitivamente para o Conselho superior de saude de Constantinopla, senão depois de ter sido confirmada pela commissão consular indicada no artigo seguinte.

Uma segunda copia autentica do auto deverá ser dirigida, pela auctoridade sanitaria que averiguou do delicto, ao presidente do Conselho de saude de Constantinopla, o qual transmittirá esse documento á commissão consular.

Na carta de saude será feito, pela auctoridade consular ou sanitaria, um averbamento indicando a contravenção descoberta e o deposito da multa.

5.º É creada em Constantinopla uma commissão consular para julgar das declarações contradictorias do agente sanitario e do capitão arguido. Essa commissão será designada annualmente pelo corpo consular. A administração sanitaria poderá ser representada por um agente que desempenhe as funções de ministerio publico.

O consul da nação interessada será sempre convocado e terá direito de voto.

6.º O producto das taxas e das multas sanitarias não pôde, em caso algum, ser empregado para outros fins que não sejam os da competencia dos Conselhos sanitarios.

### Declaração

Tendo os governos signatarios da convenção sanitaria internacional, concluida em Paris aos 3 de abril de 1894, julgado util introduzir certas alterações no instrumento diplomatico da dita convenção, antes da troca das ratificações, os abaixo assignados, devidamente auctorizados, convieram nas disposições seguintes:

I. A alinea 5 da secção A do annexo I da convenção será assim redigida:

«5. Os peregrinos serão obrigados, se as circunstancias locais o permittirem, a provar que têm os meios estritamente necessários para effectuar a peregrinação na ida e na volta, e para a estada nos Logares Santos».

II. O artigo 13.º do regulamento inserto

la section B de la même annexe I sera remplacé par l'article suivant:

«Article 13. Le navire doit pouvoir loger les pèlerins dans l'entrepont.»

«En dehors de l'équipage, le navire doit fournir à chaque individu, quelque soit son âge, une surface d'au moins 150 décimètres carrés, avec une hauteur d'entrepont d'au moins un mètre quatre-vingts centimètres. Pour les navires qui font le cabotage, chaque pèlerin doit disposer d'un espace d'au moins deux mètres de largeur dans le long des plats-bords du navire.»

III. Les Gouvernements signataires consentent à ce que les ratifications du Gouvernement de Sa Majesté Britannique ne contiennent pas l'annexe III de la Convention. Les dispositions de cette annexe ne seront pas appliquées en conséquence aux navires de guerre ou de commerce de la Grande-Bretagne et de l'Irlande et de l'Inde anglaise.

IV. La présente déclaration, qui restera annexée à la Convention sanitaire internationale de Paris du 3 avril 1894, sera insérée dans les ratifications des Hautes Parties contractantes et est substituée aux réserves inscrites dans le procès-verbal de signature de la Convention en date du 3 avril 1894.

En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont dressé la présente déclaration et l'ont revêtue de leurs cachets.

Fait en treize exemplaires, à Paris, le 30 octobre 1897.

Pour le Portugal:

(L. S.) *Antonio Maria Bartholomeu Ferreira.*

Pour l'Allemagne:

(L. S.) *Münster.*

Pour l'Autriche-Hongrie:

(L. S.) *L'ambassadeur d'Autriche-Hongrie, A. de Wolkenstein.*

Pour la Belgique:

(L. S.) *Baron de Anethan.*

Pour la Danemark:

(L. S.) *J. Hegermann Lindenoure.*

Pour l'Espagne:

(L. S.) *Duc de Mandas.*

Pour la République Française:

(L. S.) *G. Hanotaux.*

Pour la Grande-Bretagne:

(L. S.) *Martin Gosselin.*

Pour la Grèce:

(L. S.) *C. A. Criésis.*

na secção B do mesmo anexo I, será substituído pelo artigo seguinte:

«Artigo 13.º O navio deve poder alojar os peregrinos na coberta.»

«Além do espaço para a tripulação, o navio deve fornecer a cada indivíduo, qualquer que seja a sua idade, uma superfície de 150 decímetros quadrados, pelo menos, com uma altura de coberta de um metro e oitenta centímetros, pelo menos.»

«Nos navios que fazem cabotagem, cada peregrino deve poder dispor de um espaço de, pelo menos, 2 metros de largura ao longo das amuradas do navio.»

III. Os governos signatários consentem em que as ratificações do governo de Sua Magestade Britannica não contenham o anexo III da convenção. As disposições d'este anexo não serão, pois, applicadas aos navios de guerra ou mercantes da Grã-Bretanha e Irlanda e da Índia ingleza.

IV. A presente declaração, que ficará annexada à convenção sanitaria internacional de Paris de 3 de abril de 1894, será inserida nas ratificações das Altas Partes contractantes, e substituirá as reservas inscriptas na acta da assignatura da convenção de 3 de abril de 1894.

Em testemunho do que, os abaixo assignados, devidamente auctorisados, redigiram a presente declaração e lhe appozeram os seus sellos.

Feito em treze exemplares em Paris, aos 30 de outubro de 1897.

Por Portugal:

(L. S.) *Antonio Maria Bartholomeu Ferreira.*

Pela Allemanha:

(L. S.) *Münster.*

Pela Austria Hungria:

(L. S.) *O embaixador da Austria Hungria, A. de Wolkenstein.*

Pela Belgica:

(L. S.) *Barão de Anethan.*

Pela Dinamarca:

(L. S.) *Hegermann Lindsnoure.*

Pela Hespanha:

(L. S.) *Duc de Mandas.*

Pela Republica Franceza:

(L. S.) *G. Hanotaux.*

Pela Gran-Bretanha:

(L. S.) *Martin Gosselin.*

Pela Grecia:

(L. S.) *C. A. Criésis.*

Pour l'Italie:  
(L. S.) *G. Tornielli*.  
Pour les Pays-Bas:  
(L. S.) *A. de Stuers*.  
Pour la Perse:  
(L. S.) *Nazare-Aga*.  
Pour la Russie:  
(L. S.) *Mohrenheim*.

Pela Italia:  
(L. S.) *G. Tornielli*.  
Pelos Paizes Baixos:  
(L. S.) *A. de Stuers*.  
Pela Persia:  
(L. S.) *Nazare-Aga*.  
Pela Russia:  
(L. S.) *Mohrenheim*.

E sendo-me presentes a mesma convenção e declaração adicional, cujo teor fica acima inserido, bem visto, examinado e considerado por Mim tudo o que n'ellas se contém, e tendo sido approvadas pelas Côrtes Geraes, as confirmo e ratifico, em todas como em cada uma das suas partes, clausulas e estipulações, e pela presente as dou por firmes e válidas para haverem de produzir os seus effeitos, promettendo observal-as e cumpril-as inviolavelmente, e fazel-as cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente Carta por mim assignada, passada com o sello grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no paço das Necessidades, aos 5 de maio de 1898.== (L. S.) == EL-REI, com rubrica e guarda.== *Francisco Antonio da Veiga Beirão*.

(As ratificações foram depositadas em Paris, aos 20 de junho de 1898.)

DOM CARLOS I, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São approvadas, para serem ratificadas, a convenção sanitaria e a declaração adicional, assignadas em Paris a 3 de abril de 1894 e 30 de outubro de 1897, entre Portugal e outras nações.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e interino dos negocios estrangeiros, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades aos 5 de maio de 1898.== EL-REI, com rubrica e guarda.== *Francisco Antonio da Veiga Beirão*.—(Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 5 de março de 1898, que approva a convenção sanitaria e a declaração adicional, assignadas em Paris, a 3 de abril de 1894 e 30 de outubro de 1897, entre Portugal e outras nações, manda cumprir e guardar o mesmo decreto pela fôrma supra declarada.

Para Vossa Magestade ver.== *Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

Nos termos do n.º 29.º das bases para a administração dos territorios da companhia do Nyassa, com fundamento no artigo 33.º do decreto de 26 de setembro de 1891: hei por bem, tendo ouvido a junta consultiva do ultramar, approvar o regulamento dos serviços de saude nos territorios da companhia do Nyassa, que baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 5 de maio de 1898.== REI== *Francisco Felisberto Dias Costa*.

## Regulamento do serviço de saúde nos territórios da companhia do Nyassa

## CAPITULO I

## SECÇÃO I

## Disposições geraes

Artigo 1.º O serviço de saúde da companhia do Nyassa será feito n'uma enfermaria installada em local apropriado, na séde do governo da companhia.

§ unico. Enquanto se não fixar definitivamente a séde do governo, haverá um hospital provisorio na villa do Ibo.

Art. 2.º Annexa á enfermaria haverá uma pharmacia com os medicamentos necessarios para o tratamento dos doentes da enfermaria e para a venda ao publico.

Art. 3.º O director do hospital será directamente responsavel para com o governador da companhia pela integral execução do serviço de saúde e pelo cumprimento do presente regulamento.

## SECÇÃO II

## Do pessoal superior

Art. 4.º O pessoal superior do serviço de saúde constará de um medico e um pharmaceutico contratados pelo conselho de administração ou pelo governador da companhia, devidamente auctorisado pelo conselho de administração.

§ unico. O medico será o chefe do serviço de saúde.

Art. 5.º Ao medico, como director do hospital, compete:

- 1.º Dirigir e fiscalisar o serviço clinico;
- 2.º Inspeccionar todas as enfermarias e suas dependencias e fiscalisar o serviço do enfermeiro e mais empregados, ordenando o que julgar necessario para manter a hygiene, a boa ordem e asseio do estabelecimento que dirige;
- 3.º Exigir de todos os seus subordinados o rigoroso cumprimento das disposições regulamentares que lhes dizem respeito;
- 4.º Fiscalisar a escripturação e rubricar os livros, os mappas das dietas e as papeletas dos doentes que tiverem alta;
- 5.º Assignar a correspondencia, requisições, altas e todo o demais expediente;
- 6.º Visitar diariamente os doentes da enfermaria, á hora que julgar mais conveniente, devendo tambem comparecer extraordinariamente na enfermaria, sempre que o estado dos doentes ou qualquer occorrença reclamar a sua presença;
- 7.º Mencionar em papeleta especial a cada doente a marcha da molestia, as diversas phases por que ella fôr passando, as prescripções diarias e o resultado do tratamento;
- 8.º Enviar mensalmente á secretaria do governo da companhia até ao dia 5 de cada mez um mappa do movimento clinico da enfermaria, relativo ao mez antecedente;
- 9.º Examinar frequentemente o estado de conservação dos medicamentos existentes na pharmacia e fiscalisar o serviço e a escripturação a cargo do pharmaceutico;
- 10.º Visar as requisições de medicamentos para a pharmacia e as que tiverem de ser aviadas aos destacamentos do corpo policial;
- 11.º Formular o regulamento interno e o horario de serviço das enfermarias;
- 12.º O medico deverá tambem inspeccionar as rezes abatidas para o consumo do publico.

Art. 6.º Compete ao pharmaceutico:

- 1.º Ter a seu cargo e sob sua responsabilidade os medicamentos, appositos, utensilios e moveis da pharmacia;
- 2.º Aviar escrupulosamente todo o receitauario de medico;
- 3.º Estar na pharmacia á hora da visita medica;
- 4.º Comparecer na pharmacia, quando fôr chamado, a qualquer hora do dia ou da noite, a fim de satisfazer as prescripções para a enfermaria ou para os particulares;
- 5.º Escribir a receita e a despesa da pharmacia em livros especiaes;
- 6.º Apresentar no fim de cada mez ao director do hospital relações dos medicamentos despendidos com a enfermaria e dos vendidos aos particulares;
- 7.º Reclamar a verificação das receitas, pelo medico, sempre que a dóse dos medicamentos prescriptos lhe parecer exaggerada ou toxica;

8.º Apresentar opportunamente ao director do hospital a requisição dos medicamentos que fôrem faltando;

9.º Enviar mensalmente para a repartição de fazenda a importancia dos medicamentos vendidos ao publico;

10.º Ter todo o cuidado em não empregar substancias deterioradas, observando na manipulação das formulas os preceitos da arte.

### SECÇÃO III

#### Do pessoal menor

Art. 7.º O pessoal menor contratado para o serviço das enfermarias será:

Enfermeiro.....	1
Cozinheiro.....	1
Serviçaes .....	3

Art. 8.º O enfermeiro terá por obrigação:

1.º Vigiar a boa ordem, asseio e policia da enfermaria e suas dependencias, ficando responsavel para com o director pelo rigoroso cumprimento do regulamento do serviço interno;

2.º Arrecadar o fato ou os artigos de fardamento com que os doentes dérem entrada na enfermaria;

3.º Ter a seu cargo e sob sua responsabilidade toda a mobilia, roupas e utensilios da enfermaria;

4.º Não permittir a saída de objecto algum das respectivas arrecadações sem ordem escripta do director, a qual servirá para a sua resalva;

5.º Participar diariamente ao director todas as occurrencias que se dérem no hospital;

6.º Acompanhar o medico na visita, apresentando-lhe as baixas ou guias que acompanhar os doentes;

7.º Fazer os curativos de que for encarregado, e administrar pontualmente aos doentes os medicamentos prescriptos nas respectivas papeletas;

8.º Depois da visita, assistir á transcrição das prescripções diarias para o livro do receituário e apresentar ao clinico as papeletas dos doentes que tiverem alta, e as dos fallecidos;

9.º Receber do fornecedor, por meio de vales formulados segundo a respectiva tabellá e visados pelo director, os generos necessarios para a confecção das dietas;

10.º Requisitar a comparencia extraordinaria do medico e do pharmaceutico na enfermaria, sempre que o estado dos doentes ou qualquer occurrencia imprevista assim o exija;

11.º Fiscalisar o serviço da limpeza das enfermarias e suas dependencias;

12.º Exarar no livro de entradas dos doentes a data das altas e baixas com todas as indicações n'ellas mencionadas.

Art. 9.º O cozinheiro e os serventes ficam directamente subordinados ao enfermeiro que lhes exigirá o rigoroso cumprimento das ordens dadas para a confecção e distribuição das dietas e para a limpeza da enfermaria e pharmacia.

## CAPITULO II

### SECÇÃO IV

#### Da admissão dos doentes

Art. 10.º Serão admittidos na enfermaria:

Os empregados e serviçaes da companhia, praças da força policial, empregados do governo, presos civis e militares e indigentes.

§ 1.º Os empregados, praças da policia e os serviçaes da companhia serão recebidos quando munidos da respectiva guia ou baixa passada pelo respectivo chefe.

§ 2.º Os empregados do governo deverão apresentar-se com guias passadas pela intendencia.

§ 3.º Os indigentes deverão trazer guias passadas pela secretaria do governo.

§ 4.º Qualquer doente, todavia, poderá ser admittido sem guia pelo director do hospital, quando seja urgente a sua entrada na enfermaria, devendo ser n'este caso requisitada a respectiva baixa á repartição competente.

Art. 11.º A contribuição diaria, que os empregados da companhia terão a pagar pelo seu tratamento na enfermaria, vae fixada na tabella junta, devendo ser-lhes deduzida nos respectivos vencimentos pela repartição de fazenda.

§ 1.º Os empregados do governo e os presos civis ou militares contribuirão igualmente com a importancia que lhes é designada na tabella, e pela qual é responsavel a intendencia.

§ 2.º Os indigentes serão tratados gratuitamente, enquanto não houver alguma instituição de beneficencia que tome esse encargo.

§ 3.º O vencimento dos doentes pelo hospital será contado pelo numero de dias decorridos entre a data das respectivas baixas e altas.

Art. 12.º Os particulares poderão ser tratados na enfermaria mediante a contribuição diaria, fixada na tabella junta, devendo depositar na enfermaria a importancia correspondente a quinze dias.

§ unico. O deposito a que se refere o artigo antecedente será renovado, se, no fim d'este praso, o doente continuar em tratamento na enfermaria; e, caso tenha alta antes de terminar os quinze dias, ser-lhe-ha restituído o remanescente da quantia depositada, deduzida a contribuição correspondente aos dias em tratamento.

Art. 13.º A entrada ordinaria dos doentes para o hospital far-se-ha todos os dias das quatro ás seis horas da tarde.

Art. 14.º Chegados ao hospital, os doentes vestirão a roupa da enfermaria, entregando ao enfermeiro a que trouxerem vestida, assim como qualquer objecto que tenham levado comsigo.

§ unico. Quaesquer valores que pertençam aos doentes serão arrecadados pelo enfermeiro, que os entregará ao director para este os remetter á auctoridade que tiver passado a guia.

Art. 15.º As altas serão enviadas a quem tiver passado as baixas, assim como lhe será igualmente participada a evasão de qualquer doente da enfermaria.

Art. 16.º O fallecimento de qualquer doente, na enfermaria, será participado á secretaria do governo, indicando-se a hora do enterramento.

§ unico. Igual participação deverá ser feita á intendencia, quando o fallecido seja empregado do governo, ou preso ou sentenciado.

Art. 17.º As despesas do funeral dos empregados da companhia serão feitas pela companhia por conta dos vencimentos em divida ao finado; as dos empregados do governo e presos ficarão a cargo da intendencia; as dos particulares serão custeadas por pessoa que se responsabilise por ellas, quando não seja bastante o resto do deposito a que se refere o artigo 11.º; e as dos indigentes serão pagas pela companhia.

### CAPITULO III

#### SECÇÃO V

##### Dos medicamentos e dietas

Art. 18.º A aquisição de medicamentos será feita em vista das requisições do pharmaceutico visadas pelo medico e enviadas para a secretaria do governo com a necessaria antecedencia.

Art. 19.º A companhia contratará com o negociante, que mais vantagens offerecer, o fornecimento de generos de que necessitar o hospital

§ unico. As requisições de generos serão feitas por vales assignados pelo enfermeiro e visados pelo director.

Art. 20.º As contas do fornecedor serão visadas pelo director e enviadas á repartição de fazenda, por quem serão examinadas e satisfeitas depois de approvadas pelo governador.

Art. 21.º O enfermeiro transmittirá ao cozinheiro as instrucções recebidas do medico para a confecção das dietas e fará a distribuição dos medicamentos e dietas segundo o horario formulado pelo director ou as ordens especiaes que por este lhe fôrem dadas.



## CAPITULO IV

## SECÇÃO VI

## Do material da pharmacia e enfermaria

Art. 22.º O material da pharmacia — appositos, utensilios, instrumentos cirurgicos e moveis — ficará a cargo do pharmaceutico; o da enfermaria — moveis, utensilios e roupas — estará sob a responsabilidade do enfermeiro.

§ unico. Tanto um como outro serão inventariados em livros especiaes rubricados pelo director.

Art. 23.ª Sempre que houver deterioração do material existente, ou necessidade de nova aquisição, o director communicará á repartição de fazenda para esta providenciar com a necessaria urgencia.

§ unico. Do material deteriorado far-se-ha um termo de inutilisação, cuja copia servirá de resalva para a respectiva carga.

## CAPITULO V

## SECÇÃO VII

## Disposições disciplinares

Art. 24.º As faltas do cumprimento das disposições do presente regulamento serão punidas segundo a sua gravidade e reincidencia.

Art. 25.º O director da enfermaria poderá, conforme os casos, reprehender ou suspender qualquer dos seus subordinados, pela transgressão do regulamento, dando logo parte ao governador da companhia para este deliberar sobre o castigo a impôr, em vista da gravidade da falta.

§ unico. O enfermeiro poderá tambem punir o cozinheiro e os serviaes com reprehensão e suspensão, justificando-se immediatamente d'este acto perante o director.

## CAPITULO VI

## SECÇÃO VIII

## Da escripturação

Art. 26.º A escripturação da pharmacia estará a cargo do pharmaceutico e a da enfermaria será feita pelo enfermeiro, sob a direcção do medico.

Art. 27.º Haverá os seguintes livros devidamente numerados em cada pagina. com termo de abertura e encerramento e rubricados pelo director:

- a) Inventario do material da pharmacia;
- b) Despesa diaria de medicamentos na enfermaria;
- c) Venda de medicamentos aos particulares;
- d) Receita e despesa geral da pharmacia;
- e) Inventario do material da enfermaria;
- f) Registo da correspondencia;
- g) Registo da entrada e saída dos doentes;
- h) Termos de inutilisação do material.

§ 1.º Na enfermaria haverá tambem os seguintes impressos:

- a) Papeletas;
- b) Relações de dietas;
- c) Altas por saída;
- d) Bilhetes de obito;
- e) Mappas do movimento clinico;

f) Cartas de saúde.

§ 2.º As papeletas e os talões dos impressos ficarão archivados na secretaria do hospital.

## CAPITULO VII

### SECÇÃO IX

#### Do serviço de sanidade marítima

Art. 28.º O medico da companhia, tendo em vista os boletins de sanidade marítima, fará visitas sanitarias aos navios que entrarem no porto, dando-lhes livre pratica ou estabelecendo a quarentena que julgar necessaria, quando o navio proceda de um porto infectado ou tenha a bordo casos de molestia epidemica ou contagiosa.

Art. 29.º Quando de um navio considerado infeccionado ou suspeito tiverem de desembarcar passageiros ou mercadorias, serão observados os preceitos indicados para estes casos no regulamento de sanidade marítima em vigor para o reino e provincias ultramarinas.

§ unico. Para a execução d'este artigo o director do serviço de saúde requisitará á secretaria do governo o pessoal auxiliar e o material que fôr necessario.

Art. 30.º As cartas de saúde aos navios que saírem do porto serão passadas pelo chefe do serviço de saúde, recebendo os respectivos emolumentos pela tabella em vigor nas provincias ultramarinas.

Art. 31.º Os direitos sanitarios de entrada e imposto de quarentena e as taxas de desembarque de passageiros e bagagens serão determinadas e arrecadadas pela alfandega, dos commandantes dos navios ou dos respectivos agentes, enviando á repartição de fazenda a importancia recebida com a nota dos emolumentos a que têm direito os empregados que desempenharem o serviço sanitario.

#### Tabella das contribuições diarias a que ficam obrigados os doentes que dêrem entrada na enfermaria da companhia do Nyassa

Soldados e cabos da força policial.....	O pret tota
Empregados menores que tiverem vencimentos inferiores a 18\$000 réis.....	400 réis
Sargentos e empregados que tiverem vencimentos até 45\$000 réis.....	600 "
Funcionarios que tiverem ordenado de 45\$000 a 100\$000 réis.....	1\$000 "
Funcionarios que tiverem vencimentos superiores a 100\$000 réis.....	1\$500 "

A mesma tabella será applicada aos funcionarios do governo.

Os doentes particulares, além da importancia dos medicamentos, pagarão :

Na enfermaria.....	400 réis
Em quarto especial.....	1\$500 "
Indigentes.....	Gratis

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 5 de maio de 1898.==  
*Francisco Felisberto Dias Costa.*

DOM CARLOS, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

Artigo 1.º E' approvada a tabella de emolumentos consulares que faz parte da presente lei.

§ 1.º As disposições da referida tabella entrarão em vigor no dia 1 de julho de 1898.

§ 2.º Os espolios arrecadados pelos funcionarios consulares portuguezes ficarão sujeitos ás percentagens estabelecidas na tabella vigente ao tempo em que a respectiva arrecadação houver sido iniciada.

Art. 2.º Ficam por esta forma revogados e substituídos a tabella de emolumentos consulares, approvada por lei de 30 de outubro de 1885 e artigo 5.º da lei de 21 de maio de 1896.

Art. 3.º E' o governo auctorisado a modificar as disposições da tabella de emolumentos consulares, na parte relativa ao commercio marítimo, sempre que assim se torne necessario para a manter em harmonia com a legislação policial, sanitaria e aduaneira do reino, ilhas adjacentes e possessões ultramarinas.

Mandamos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e interino dos negocios estrangeiros, e o ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 5 de maio de 1898. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Francisco Antonio da Veiga Beirão* = *Frederico Ressano Garcia*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geraes de 4 de abril de 1898, que approva a tabella de emolumentos consulares que faz parte da presente lei, manda cumprir e guardar o mesmo decreto, pela fórma supra declarada.

Para Vossa Magestade ver. = *Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

**Tabella dos emolumentos consulares que se devem cobrar nos consulados de Portugal  
e suas respectivas dependencias, a que se refere a lei d'esta data**

**SECÇÃO I**

**Registo pessoal**

1.º Termo ou assento de qualquer acto referente ao estado civil, lavrado a requerimento de interessado — 1\$200.

2.º Transcripção de autographo de nascimento ou obito occorrido em viagem de mar — gratis.

3.º Inscripção no registo dos subditos portuguezes — gratis.

4.º Titulo de nacionalidade ou certificado de inscripção:

a) Quando pedido dentro de sessenta dias contados da chegada ao paiz — \$500.

b) Quando concedido a colono que, dentro de quinze dias contados do desembarque, se apresente na chancellaria consular, e cujo contracto de locação de serviços houver sido legalmente feito em Portugal — gratis.

c) N'outras circumstancias — 1\$000.

5.º Visto ou renovação do titulo de nacionalidade — \$250.

6.º Termo de declaração de nacionalidade portugueza — 1\$000.

7.º Termo de juramento de fidelidade, para os effeitos do recrutamento militar — gratis.

8.º Inscripção no registo dos protegidos, ou patente de protecção consular a estrangeiros em paizes não christãos — 6\$000.

9.º Patentes de associação commercial ou agricola concedidas pelos consules portuguezes em paizes não christãos a estrangeiros, empregados ou creados de subditos portuguezes — 3\$000.

10.º Certificado de nacionalidade, passado annualmente aos individuos comprehendidos nas duas verbas antecedentes — 1\$000.

11.º Passaporte — 1\$500.

§ unico. Respeitando o passaporte a duas ou mais pessoas que não estejam entre si nas relações de marido e mulher, paes e filhos sob o patrio poder, tutor e tutelados, amo e um creado, será devido o emolumento como se cada qual tirasse o seu passaporte.

12.º Visto em passaporte — 1\$000.

## SECÇÃO II

## Actos de processo

13.º Intervenção do funcionario consular em diligencia ou acto praticado fóra da respectiva chancellaria consular, como imposição ou levantamento de sellos, arrolamento, arrecadação, inventario, avaliação, vistoria, inquerito, etc.:

a) Na cidade ou villa que fôr séde do posto consular — 3\$000.

b) Fóra da séde do posto consular, ou no mar — 6\$000.

c) Durando a diligencia mais de um dia, de cada um alem do primeiro — 2\$500.

§ 1.º Effectuando-se duas ou mais diligencias no mesmo local e dia, com referencia a um unico espolio, navio, etc., serão applicadas as taxas precedentes como se se tratasse de uma só diligencia.

§ 2.º Comparecendo o funcionario consular no local da diligencia, mas deixando esta de verificar-se por motivo ou facto alheio ao mesmo funcionario, cobrar-se-hão os emolumentos como se tivesse sido effectuada.

14.º Nomeação de louvados ou peritos, incluindo o termo d'essa nomeação — 3\$000.

15.º Presidencia a reunião de credores, de herdeiros, de conselho de familia, ou da commissão consultiva — 3\$000.

a) Sendo mais de um processo ou espolio incluído na deliberação da commissão consultiva, cada um — 1\$800.

16.º Annuncios, editos ou editaes, cada lauda — 1\$000.

17.º Notificação individual de qualquer decisão ou acto — 1\$000.

18.º Exame de livros, processos, titulos ou quaesquer documentos para averiguação de facto referente a contrato, certidão, justificação, liquidação, etc. — 4\$500.

19.º Inquirição, depoimento e assentada, relativamente a cada testemunha ou depoente — 1\$500.

20.º Nota ou conta de venda em leilão ou arrematação de bens moveis, fazendas, generos, joias, roupas e outros valores, quando não haja de lavar-se escriptura, por objecto ou lote arrematado:

Até 50\$000 réis — \$500.

Até 100\$000 réis — \$800.

Até 500\$000 réis — 1\$500.

Até 1:000\$000 réis — 2\$500.

De mais de 1:000\$000 réis, relativamente a cada 1:000\$000 réis ou fracção — 2\$000.

§ unico. Este emolumento será pago pelo arrematante.

21.º Guia ou ordem para pagamento de imposto ou para deposito de valores — 1\$000.

a) Se a guia referente a pagamento de imposto contiver declaração do grau de parentesco de herdeiro ou herdeiros, ou se a guia de deposito contiver descripção de objectos — 1\$500.

22.º Busca de testamento e sua apresentação á auctoridade local a fim de ser aberto e registado — 5\$000.

23.º Abertura de testamento, incluindo o respectivo auto — 4\$000.

24.º Despacho proferido em requerimento avulso — \$250.

25.º Decisão interlocutoria ou tendente a preparar o processo — 1\$000.

26.º Decisão definitiva ou homologação em processo de composição amigavel; de inventario e partilha ou sobre-partilha; de calculo ou conta quando houver um só herdeiro; de rateio, de divisão de cousa commum; de liquidação de herança; de justificação de divida ou credito; commercial, arbitral, ou outro.

a) Sendo o valor determinado:

Até 500\$000 réis — 1\$000.

Até 1:000\$000 réis — 2\$000.

De mais de 1:000\$000 réis, relativamente a cada 1:000\$000 réis ou fracção — 1\$500

b) Sendo o valor indeterminado — 5\$000.

27.º Pertence e entrega de acção ou obrigação de banco ou companhia, ou outro título de credito — 1\$500.

28.º Auto de imposição ou levantamento de sellos, arrolamento, arrecadação, inventario, descripção, avaliação, partilha, sobre-partilha, deposito, exame, arbitramento,

vistoria, reunião de credores, de herdeiros, de conselho de família ou outro acto analogo; acta da deliberação da comissão consultiva:

- a) Não excedendo duas laudas — 2\$000.
- b) Cada lauda que accrescer — 1\$000.
- 29.º Auto de compromisso arbitral — 4\$000.
- 30.º Termo de autoação, vista, data, juntada ou conclusão — \$250.
- 31.º Qualquer auto ou termo não especificado na presente tabella, por lauda — 1\$000.
- 32.º Conta corrente de debito e credito, cada parcella — \$050.
- 33.º Numeração, rubrica e sellagem das folhas de qualquer processo, cada lauda — \$050.

### SECÇÃO III

#### Actos de tabellionato

- 34.º Escriptura publica, fóra do caso previsto no n.º 64.º
- a) Sendo determinado o valor do objecto do contrato:
  - Até 1:000\$000 réis — 2\$000.
  - De mais de 1:000\$000 réis, relativamente a cada 1:000\$000 réis ou fracção — 1\$500.
- b) Sendo o valor indeterminado — 4\$000.
- 35.º Testamento publico — 4\$000.
- 36.º Approvação de testamento cerrado — 3\$000.
- 37.º Deposito de testamento, comprehendido o respectivo termo — 2\$500.
- 38.º Levantamento do deposito de que trata o numero antecedente, comprehendido o respectivo termo — 1\$500.
- 39.º Procuração publica — 2\$500.
- 40.º Substabelecimento de procuração — 1\$500.
- 41.º Reconhecimento de letra e assignatura de procuração ou substabelecimento particular — 2\$000.
- 42.º Reconhecimento de assignatura ou assignaturas, ou outra legalisação similhante, nos casos não especificados na presente tabella — 1\$500.
- a) Se a legalisação depender de conferencia de copias ou traducções, que não tenham sido feitas na chancellaria consular, accrescerá por lauda conferida — 1\$000.
- 43.º Termo de abertura de signal ou firma e respectiva abonação — 1\$000.
- 44.º Protesto por falta de acceite ou pagamento de letra, incluindo a intimação ou intimações e o instrumento respectivo, sobre o valor do titulo protestado:
  - Até 500\$000 réis — 1\$500.
  - Até 2:000\$000 réis — 3\$000
  - De mais de 2:000\$000 réis — 4\$000.
- 45.º Apontamento do protesto a que se refere o numero antecedente — 1\$000.
- 46.º Instrumento lavrado fóra das notas, não especificado na presente tabella, cada lauda — 1\$000.
- 47.º Traslado ou certidão extrahida *verbo ad verbum* do livro de notas; publica fôrma de documento avulso:
  - Pela primeira lauda — 1\$500.
  - De cada lauda seguinte — 1\$000.

### SECÇÃO IV

#### Actos relativos á navegação

- 48.º Visto em declaração de carga, em quadruplicado:
  - Sendo a declaração referente ao carregamento completo do navio:
    - a) Se o carregamento fôr de enxofre, carvão, gesso ou cimento — 15\$000.
    - b) Se o carregamento comprehender outras mercadorias — 20\$000.
  - Sendo a declaração referente a parte do carregamento do navio:
    - c) Cada 1:000 kilogrammas ou fracção (não se attendendo, porém, para este effeito a qualquer excesso de peso alem de 200:000 kilogrammas) — \$100.
    - § 1.º Este emolumento será pago pelo carregador.
    - § 2.º A declaração deve mencionar o nome do navio, quantidade, qualidade, marcas,

numero e peso bruto dos volumes carregados, natureza das mercadorias, seu peso liquido e valor, e o porto do destino.

49.º *Visto* na declaração da quantidade e peso de volumes de tabaco em transitio :

a) Sendo o navio portuguez — 1\$500.

b) Sendo o navio estrangeiro — 2\$000.

50.º *Visto* na declaração relativa a venda de carga em porto de arribada :

a) Sendo o navio portuguez — 1\$500.

b) Sendo o navio estrangeiro — 2\$000.

51.º Certidão da quantidade e qualidade de lastro :

a) Sendo o navio portuguez — 4\$000.

b) Sendo o navio estrangeiro — 5\$000.

52.º Carta de saude :

a) Sendo o navio portuguez — 2\$000.

b) Sendo o navio estrangeiro — 3\$000.

53.º *Visto* na carta de saude :

a) Sendo o navio portuguez — 1\$000.

b) Sendo o navio estrangeiro — 1\$500.

54.º Rol de equipagem — 2\$000.

55.º *Visto* no rol de equipagem, com designação dos portos do destino, e declaração do modo como tiver o capitão observado as leis e regulamentos vigentes — 1\$000.

56.º Legalisação de qualquer alteração do rol de equipagem — \$500.

57.º *Visto* na certidão do registro ou titulo de propriedade do navio — 1\$000.

58.º *Visto* na relação de passageiros — 1\$000.

59.º *Visto* no diário nautico — 1\$000.

60.º Relatorio ou protesto de mar, seu recebimento e legalisação — 2\$000.

61.º Numeração e rubrica de qualquer dos quatro livros de bordo — 3\$000.

62.º Inventario de navio, seus aprestes e carga :

Pela primeira lauda — 2\$500.

De cada lauda seguinte — 1\$000.

63.º Declaração de innavigabilidade e auctorisação para venda de navio — 4\$500.

64.º Escripura de transmissão de navio (entre portuguezes) ou registro d'essa escripura, remessa da respectiva copia á secretaria do competente tribunal de commercio, e averbamento no passaporte real — 5\$000.

65.º Exame e legalisação da escriptura de compra de navio estrangeiro feita por subdito portuguez, e concessão de passaporte provisório — 6\$000.

66.º Auctorisação para levantamento de dinheiro — 4\$500.

67.º Qualquer acto ou diligencia para a repatriação de marinheiros portuguezes ou para a sua admissão em hospital ou casa de saude — gratis.

68.º Auctorisação para a matricula de marinheiro portuguez em navio mercante estrangeiro — 1\$000.

69.º Certidão *narrativa* extrahida de processo, livro ou registro consular :

Não excedendo duas laudas — 2\$000.

Cada lauda que acrescer — 1\$000.

70.º Certidão *verbo ad verbum* extrahida de processo, livro ou registro consular :

Não excedendo duas laudas — 1\$500.

Cada lauda que acrescer — \$750.

71.º Certificado de origem de mercadorias — 1\$000.

72.º *Visto* em certificado ou declaração de origem de mercadorias — \$900.

73.º Certificado, attestado, auctorisação ou alvará de licença, não especificado na presente tabella — 1\$200.

74.º Informaço a requerimento particular — 1\$500.

75.º Depósito de documentos, processos ou registros, a requerimento particular, incluindo o respectivo termo — 4\$000.

76.º Levantamento do depósito a que se refere o numero antecedente, incluindo o respectivo termo — 2\$000.

77.º Traducção de qualquer documento para a lingua portugueza :

Cada lauda — 2\$000.

78.º Traducção de qualquer documento da lingua portugueza para lingua estrangeira :

Cada lauda — 4\$000.

79.º Qualquer acto escripto, transcripto ou registado, não especificado na presente tabella :

Cada lauda — 1\$000.

80.º Busca nos livros, papeis ou processos do posto consular, quer findos, quer sem andamento :

De um anno a tres, exceptuando o corrente — 2\$000.

De mais de tres annos, cada anno — \$600.

§ 1.º Este emolumento não poderá, contudo, exceder 10\$000 réis em caso algum.

§ 2.º Se a parte apontar o anno, não se cobrará mais do que metade dos emolumentos em relação a cada anno decorrido.

§ 3.º Referindo-se a busca a tempo indeterminado, depositará o requerente 10\$000 réis ; e, se houver determinação de anno, o deposito não excederá o emolumento correspondente.

§ 4.º O emolumento relativo á busca será independente do que fôr devido pela certidão que, porventura, se requerer.

## SECÇÃO VI

### Percentagens

81.º Intervenção do funcionario consular na venda de navio portuguez — 1 por cento sobre o producto da venda.

82.º Intervenção do funcionario consular no levantamento dos fundos necessarios para fornecimento de navio de guerra nacional — 1 por cento sobre o valor d'esses fundos.

83.º Presidencia do funcionario consular a leilão ou arrematação em hasta publica — 2 por cento sobre o producto da venda, excepto nos casos a que se referem os n.ºs 81.º e 85.º

§ unico. A commissão do leiloeiro será sempre paga pelo arrematante, segundo a taxa do estylo na localidade.

84.º Guarda e deposito de dinheiro, fazendas ou quaesquer valores ou titulos alheios a espolios — 2  $\frac{1}{2}$  por cento sobre o seu valor.

85.º Arrecadação, administração e liquidação de espolios — 4 por cento :

a) Sobre o valor arbitrado, quer por avaliação, quer por cotação, aos bens que se conservarem na mesma especie em que foram arrecadados ;

b) Sobre o valor real dos fundos publicos ou outros papeis de credito, bem como sobre o valor de propriedades immobiliarias, em que, durante a administração consular, forem convertidos quaesquer bens da herança ;

c) Sobre as sommas em dinheiro que fizerem parte da herança ou d'ella resultarem, e que não forem absorvidas pelo passivo.

§ unico. Esta percentagem recae unicamente sobre o producto liquido da herança, e será cobrada no acto da entrega d'este producto aos legatarios, herdeiros ou seus representantes, ou no acto da sua remessa para o deposito publico.

86.º Cobrança de creditos ou de quaesquer valores, mercê da intervenção da auctoridade consular, e nomeadamente nos casos de liquidação de espolio, verba paga pelos credores, e recaindo sobre o producto liquido por elles recebido — 2  $\frac{1}{2}$  por cento.

87.º A deducção das percentagens fixadas na presente secção não dispensa o pagamento dos emolumentos devidos pelos diversos actos taxados nas secções anteriores, e das necessarias despesas de conservação, bem como das de cobrança de quaesquer rendimentos ou dividas activas.

## SECÇÃO VII

### Disposições geraes

88.º As receitas provenientes da applicação d'esta tabella constituem receita do Estado nos consulados de 1.ª classe.

Nos consulados de 2.ª classe e vice-consulados com séde propria, metade d'aquellas receitas pertencerão ao consul, vice-consul ou agente consular, e a outra metade ao Estado.

Nos paizes não christãos, poderá o governo applicar os rendimentos das verbas n.ºs 8, 9, e 10, até ao limite maximo de 600\$000 réis, para retribuir os serviços do vice-consul que na localidade, séde do consulado de 1.ª classe, coadjuvar permanentemente o respectivo consul pelas necessidades do serviço assim o exigirem.

89.º Além do emolumento que competir a qualquer acto, em conformidade do estatuido nas secções 1.ª a 5.ª, nenhum emolumento se cobrará pelo registo d'esse acto, quando prescripto pelas disposições regulamentares em vigor.

90.º Para a contagem dos emolumentos, cada lauda conterà vinte e cinco regras, e cada regra ou linha trinta letras; a lauda incompleta por ser a ultima do documento, ou por este constar de menos de vinte e cinco regras, e as linhas em que entrarem algarismos ter-se-hão como completas.

91.º Os emolumentos, fixados em réis (secções 1.ª a 5.ª), serão computados em oiro, pelo cambio ao par, e cobrados no equivalente da moeda do paiz.

92.º Os salarios de peritos serão arbitrados segundo as leis ou usos locaes.

93.º Serão gratuitos:

1.º Os actos praticados a favor de indigentes, considerando-se taes os individuos que recebem soccorros da caridade publica e são incapazes de adquirir meios de subsistencia.

2.º Os actos relativos á expedição de navios de guerra, de barcos de recreio, como taes registados, e de embarcações (de pesca ou mercantes) que tenham menos de 100 metros cubicos de capacidade ou 35 toneladas brutas de arqueação pelo systema Moorson.

3.º As resalvas para marinheiros.

4.º As certidões, legalisações e informações prestadas por ordem superior, a bem do serviço publico, ou por solicitação de funcionario estrangeiro.

§ unico. Esta gratuidade, bem como a estatuida nos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º, 7.º e 67.º, deverá ser declarada nos respectivos documentos, com expressa menção do numero em que se fundar.

94.º Salvas as excepções designadas no numero antecedente, não poderá o funcionario consular praticar gratuitamente acto algum dos taxados na presente tabella; devendo lançar á margem do documento que expedir, ou legalisar, o seguinte recibo, por elle rubricado ou pelo respectivo chanceller.

«Pagou a quantia de ... (por extenso), segundo o n.º ... da tabella; ficando esta importancia lançada no livro de receita sob n.º ...».

§ unico. A requerimento do interessado, e mediante o emolumento de 1\$000 réis, poderá ser passado recibo avulso de quaesquer quantias pagas em conformidade da presente tabella.

95.º Quando fôr de necessidade devidamente comprovada perante o ministerio dos negocios estrangeiros, ou o interessado pretender que certo acto se pratique na chancellaria fóra das horas de serviço, pertencerá ao funcionario consular a compensação pessoal de 4\$500 réis.

§ 1.º Não dará direito a esta compensação pessoal o trabalho que para cumprimento do disposto no artigo 121.º do regulamento consular houver de prolongar-se além das horas do serviço.

§ 2.º O tempo de serviço ou expediente ordinario será, quanto possivel, regulado pelos usos locaes, mas nunca inferior a seis horas consecutivas em cada dia não sanctificado.

96.º O interessado que reclamar a presença do funcionario consular para praticar algum acto ou intervir em qualquer diligencia que tenha de effectuar-se fóra da chancellaria consular, deverá satisfazer previamente, além do emolumento respectivo, a compensação pessoal de 4\$500 réis.

§ 1.º Quando o acto ou diligencia se effectuar a mais de 4 kilometros da chancellaria consular, deverá o interessado pagar, além da verba d'este numero, as despesas ordinarias de transporte do funcionario consular e do empregado que indispensavelmente o acompanhe.

§ 2.º O empregado subalterno, que indispensavelmente houver de coadjuvar o funcionario consular na realisação do referido acto ou diligencia, perceberá a compensação tambem pessoal de 2\$250 réis.

§ 3.º A compensação pessoal determinada n'este numero accrescerá á do antecedente, sempre que concorrerem as circumstancias de o acto ou diligencia ser praticado fóra da chancellaria consular e fóra das horas do expediente.



97.º Esta tabella, em portuguez e na lingua do paiz, deverá estar patente na chancellaria consular.

**Disposição transitória**

No despacho consular de mercadorias para as provincias ultramarinas, onde fôr ainda exigida a authentication dos manifestos de carga, applicar-se-ha, em vez do n.º 48, o seguinte:

98.º Authentication de dois manifestos do mesmo teor, exame, rubrica e numeração dos respectivos conhecimentos, relativamente a cada tonelada liquida de lotação do navio, systema Moorson:

Sendo portuguez.....	§005
Sendo estrangeiro.....	§010

§ unico. Não se contarão, para o effeito da applicação d'este numero, as toneladas excedentes a 1:000.

Paço, em 5 de maio de 1898. — *Francisco Antonio da Veiga Beirão* — *Frederico Resano Garcia*.

DOM CARLOS I, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo, para ser ratificado, o accordo, assignado em Lisboa aos 3 de fevereiro de 1898, entre Portugal e a Gran-Bretanha, para a permutação de fundos entre os dois paizes, por meio de vales do correio.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e interino dos negocios estrangeiros, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades aos 5 de maio de 1898. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Francisco Antonio da Veiga Beirão*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 4 de abril de 1898, que approva o accordo, assignado em Lisboa aos 3 de fevereiro do referido anno, entre Portugal e a Gran-Bretanha, para a permutação de fundos por meio de vales postaes, manda cumprir e guardar o mesmo decreto pela fórmula supra declarada.

Para Vossa Magestade ver. — *Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, de 31 de janeiro ultimo, incumbeme o ex.<sup>mo</sup> ministro dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup>, para seu conhecimento e para que se sirva fazer sciente o reverendo bispo d'essa diocese, que o mesmo ex.<sup>mo</sup> ministro, por despacho de 6 do corrente mez, auctorizou a inscripção, nas tabellas de despesa para o exercicio de 1898 a 1899, da gratificação de 200\$000 réis ao parocho da freguezia de Nossa Senhora da Graça da cidade da Praia, a qual lhe deve ser abonada sómente quando accumule com as suas funcções as de capellão militar e de capellão do hospital.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 7 de maio de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

(CIRCULAR) = Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.<sup>a</sup> se sirva enviar a esta secretaria d'estado, com a possivel brevidade, uma nota do numero total dos eleitores definitivamente recenseados segundo o ultimo recenseamento elaborado sob o vigor da legislação que precedeu o decreto de 28 de março de 1895, e bem assim do numero de eleitores recenseados annualmente sob o vigor do mesmo decreto e da lei de 21 de maio de 1896, convindo que a respeito dos eleitores recenseados depois d'aquella data se designe não só o numero total, mas tambem o numero dos recenseados por saberem ler e escrever, e dos recenseados por pagarem quota censitica inferior a mil réis, e o dos recenseados por pagarem quota igual ou superior a esta cifra, qualquer que seja a natureza de contribuição ou taxa para este effeito considerada.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 11 de maio de 1898. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Tendo sido approved por lei de 5 de maio de 1898 o accordo, assignado em Lisboa aos 3 de fevereiro d'este mesmo anno, entre Portugal e a Gran-Bretanha, para a permutação de fundos entre os dois paizes por meio de vales do correio: hei por bem confirmar e ratificar o dito accordo, que vac junto ao presente decreto, e d'elle fica fazendo parte.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e interino dos negocios estrangeiros, e o ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 12 de maio de 1898. — REI. — *Francisco Antonio da Veiga Beirão* — *Augusto José da Cunha*.

**Artigos addicionaes ao accordo entre os governos de Portugal e Gran-Bretanha para a permutação de fundos por meio de vales do correio, assignado em Lisboa a 17 de janeiro de 1883**

O governo de Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves e o governo de Sua Magestade a Rainha do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, desejando modificar o accordo para a permutação de fundos por meio de vales do correio entre os dois paizes, assignado em Lisboa a 17 de janeiro de 1883, concordaram nas seguintes disposições:

**ARTIGO I**

Os artigos III, IV, XI, XV e XXII do accordo acima mencionado ficam derogados e substituidos pelos seguintes artigos:

Artigo III. A importancia maxima de cada remessa de fundos, por intermedio do correio, é fixada em 10 libras sterlingas ou no seu equivalente em moeda portugueza, ao cambio que fôr mandado adotar para este serviço.

Artigo IV. A administração portugueza fixará periodicamente a taxa de conversão da moeda sterlina em moeda nacional, e da moeda nacional em moeda sterlina, conforme as alterações do cambio na praça de Lisboa. A taxa de conversão será communicada á administração ingleza em cada lista dos vales do correio sacados sobre o Reino Unido.

Artigo XI. As duas repartições de permutação de fundos communicar-se-hão diariamente as quantias recebidas n'um dos dois paizes para serem pagas no outro.

Estas quantias deverão ser sempre indicadas em dinheiro sterlingo e serão communicadas em listas conforme o modelo A, annexo a este accordo.

Não poderão, comtudo, ser incluídas nas listas acima mencionadas quantias recebidas com referencia a dois mezes differentes.

As quantias recebidas nos ultimos dias de cada mez, e que não possam chegar á repartição destinataria antes dos primeiros dias do mez seguinte, serão mencionadas e notificadas á repartição onde tiver de effectuar-se o pagamento, separadamente, em listas supplementares ás listas ordinarias e datadas do ultimo dia do mez em que as quantias tenham sido recebidas.

Nos dias em que não haja remessa de fundos a annunciar expedir-se-ha uma lista em branco.

Artigo XV. Em seguida á recepção das listas, a repartição destinataria ingleza procederá á emissão dos vales do correio internos, a favor dos interessados, pelas quantias descriptas nas mesmas listas, expedindo-os aos destinatarios ou ás repartições onde devam ser pagos, conforme os regulamentos que no seu paiz regerem o serviço dos vales.

De igual modo procederá a repartição destinataria portugueza, tendo, porém, previamente feito a conversão em moeda nacional de cada uma das quantias, mencionadas nas listas, ao cambio que para esse fim fôr determinado em vista das fluctuações do cambio na praça de Lisboa.

Artigo XXII. Quando o balanço da conta geral mostrar que a administração dos correios portuguezes é devedora á administração ingleza, a importancia do saldo será enviada ao mesmo tempo que a conta geral; de igual modo procederá a administração ingleza, se fôr devedora na oção de devolver acceite o duplicado da conta geral.

O pagamento dos saldos effectuar-se-ha: quando o paiz crédor fôr Portugal, por meio de letras sobre Lisboa, á ordem do director geral dos correios e telegraphos, sacadas em moeda portugueza ao cambio corrente na praça de Londres no dia da sua remessa; quando o paiz crédor fôr o Reino Unido, por meio de letras sobre Londres, sacadas em moeda sterlina, á ordem do director geral dos correios.

## ARTIGO II

As disposições contidas no precedente artigo começarão a vigorar no dia que fôr fixado de *commun accord* pelas administrações dos correios dos dois paizes.

Em testemunho do que, os abaixo assignados, devidamente auctorizados para esse fim, assignaram o presente *accordo* e lhe appozeram o sello das suas armas.

Feito em duplicado e assignado em Lisboa, aos 3 do mez de fevereiro de 1898.=(L. S.)  
*Henrique de Barros Gomes*=(L. S.) *H. G. Mac Donell*.

## LISTA A

## ESTAÇÃO CENTRAL DOS CORREIOS DE LISBOA

... de ... de 189...

## A repartição dos vales de correio — Londres

Recebeu-se a lista n.º... datada de... de 189... relativa aos depositos effectuados no Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda desde n.º... até n.º... para serem pagos em Portugal.

Da verificação a que se procedeu resultou achar-se conforme o total de... £.... s .. d.

No verso uma nota circumstanciada das quantias recebidas para serem convertidas em vales do correio inglez, cujas importancias foram recebidas n'esta repartição depois de expedida a ultima lista.

Estas importancias foram convertidas em dinheiro sterlingo ao cambio de ... réis por £ 1.

O fiel chefe da 1.ª secção,

...

Indicações da repartição portugueza dos vales do correio							Para uso da repartição ingleza dos vales do correio	
Numero internacional do deposito	Numero de procedencia	Repartição onde se effectuou o deposito	Nome e morada do remetente	Nome do destinatario	Morada do destinatario	Quantia em moeda ingleza	Numero do vale interno	Repartição do pagamento

Nos termos do § 11.º do artigo 7.º do decreto de 17 de maio de 1897 e do § unico do artigo 1.º do decreto de 18 de junho do mesmo anno, tendo ouvido a junta consultiva do ultramar: hei por bem approvar o regulamento organico da guarda fiscal nos territorios da Companhia de Moçambique, que baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 12 de maio de 1898.==REI.== *Francisco Felisberto Dias Costa*.

## Regulamento organico da guarda fiscal nos territorios da Companhia de Moçambique

Artigo 1.º O serviço da fiscalisação terrestre e maritima, dos impostos e rendimentos aduaneiros no territorio fica a cargo de um corpo especial da força publica, composto de individuos europeus, organizado militarmente e que se denominará *Guarda fiscal*.

Art. 2.º A guarda fiscal, no desempenho da sua missão especial, está immediatamente subordinada ao director da alfandega da Beira, e tem particularmente a seu cargo:

1.º Evitar, descobrir e reprimir o contrabando, os descaminhos de direitos e as transgressões dos preceitos fiscaes;

2.º Guardar e policiar os edificios das alfandegas, repartições aduaneiras e armazens alfandegados, em conformidade com as ordens em vigor;

3.º Defender os interesses da fazenda prestando o auxilio necessario para a execução das leis, regulamentos e disposições relativas á boa administração do territorio;

4.º Desempenhar quaesquer outros serviços da fiscalisação, que, por ordens, regulamentos ou determinações superiores, lhe forem incumbidos.

Art. 3.º Os guardas fiscaes poderão extraordinariamente ser empregados em auxiliar as autoridades competentes na manutenção da ordem e segurança publica, ou em qualquer diligencia do serviço policial que possa desempenhar-se dentro da area da sua acção fiscal.

Art. 4.º O serviço da guarda fiscal divide-se em serviço terrestre e serviço marítimo ou fluvial.

§ 1.º O serviço da fiscalisação terrestre exerce-se nas fronteiras, no littoral, no interior do paiz, e tem por objecto principal a repressão do contrabando e dos descaminhos de direitos que se cobram na alfandega e suas delegações, e todo o serviço fiscal do fabrico, venda e circulação do alcool.

§ 2.º O serviço da fiscalisação marítima e fluvial exerce-se nas aguas territoriaes, costa marítima, portos, ancoradouros, rios, etc., e tem por objecto principal a repressão do contrabando e dos descaminhos de direitos, e a policia fiscal dos portos e ancoradouros no movimento das embarcações e mercadorias sujeitas a direitos cobrados na alfandega.

Art. 5.º O serviço activo da guarda fiscal é permanente ou volante, conforme o exigirem as conveniencias da fiscalisação, tanto nas zonas fiscaes como no interior do paiz.

Art. 6.º A composição da guarda fiscal é a que consta do mappa n.º 1, annexo a este regulamento, devendo oito das praças ser montadas.

§ unico. O pessoal da fiscalisação poderá ser augmentado pelo governador á medida que as necessidades do serviço assim o exigirem.

Art. 7.º Para o serviço de fiscalisação será o territorio dividido em secções, comprehendendo estas os postos fiscaes.

§ 1.º A séde das secções será a da alfandega da Beira e suas delegações.

§ 2.º A situação dos postos e o seu numero estabelecer-se-ha em harmonia com as necessidades de fiscalisação em cada secção.

Art. 8.º A força da guarda fiscal será distribuida pelas secções segundo o numero e postos e necessidades de serviço. O governador designará o numero de guardas que deve ter cada secção, mediante proposta do respectivo commandante.

Art. 9.º A guarda fiscal, como parte das forças militares do territorio, poderá ser mobilisada na defesa da soberania e integridade do paiz e por determinação expressa do governador.

Art. 10.º Ordenada a mobilisação, passará a guarda fiscal a estar subordinada exclusivamente ao commandante da policia militar do territorio, e, n'este caso, o seu pessoal ficará sujeito aos regulamentos estabelecidos para esta ultima instituição.

## CAPITULO II

### Admissão e readmissão

Art. 11.º A admissão na guarda fiscal effectua-se por alistamento voluntário satisfazendo os pretendentes aos seguintes requisitos:

- a) Saber ler, escrever e contar regularmente;
- b) Ter mais de 18 annos de idade e menos de 40;
- c) Ter robustez physica necessaria ao serviço, para o que serão inspecionados pela junta de saude da companhia.

Art. 12.º Têm preferencia para a admissão na guarda fiscal os pretendentes que tiverem servido no exercito do reino ou provincias ultramarinas, devendo n'este caso instruir a sua petição com a baixa de serviço ou guia de licenceamento para a reserva, acompanhada da nota de assentamento e de culpas e castigos.

§ unico. Não poderão ser admittidos os individuos que tiverem na baixa a nota de pessimo ou mau comportamento.

Art. 13.º Os requerimentos para a admissão na guarda fiscal serão dirigidos ao governador, escriptos e assignados pelo interessado e entregues ao respectivo commandante.

Art. 14.º As praças de pret da policia militar do territorio, que, satisfazendo ás clausulas do artigo 11.º, pretenderem ser transferidas para a guarda fiscal, podem requerel-o, e, sendo attendidas, concluirão ahi o tempo de serviço a que são obrigadas, devendo regressar ao reino as que não tenham completado o tempo de serviço no exercito e não quizerem ser readmittidas na guarda.

§ 1.º Estes requerimentos, devidamente informados pelo commandante da policia militar e instruidos com a nota de assentamento e de culpas e castigos e o resultado da inspecção que lhes deve ser feita pela junta de saude, serão enviados á secretaria do governo.

§ 2.º No caso dos requerimentos serem attendidos, serão entregues aos interessados as guias de transferencia para se apresentarem ao commandante da guarda fiscal.

Art. 15.º Os pretendentes que forem admittidos na guarda fiscal ficarão obrigados a servir effectivamente dois annos, contados desde a data do seu alistamento, excepto no caso previsto no artigo 14.º

§ unico. Aos guardas que, completando o seu tempo de serviço com regular comportamento, desejem regressar ao reino, e aos que o seu estado de saude assim o aconselhar, será abonada a respectiva passagem, perdendo o direito a esta os que ficarem no territorio procurando collocação fóra da companhia, ou forem despedidos d'esta por faltas commettidas.

Art. 16.º Poderão ser readmittidos por periodos successivos de dois annos, e qualquer que seja a sua origem, os guardas que mostrem aptidão para o serviço, sufficiente robustez, e bom comportamento.

§ 1.º Os que desejarem ser readmittidos deverão requerer um mez antes de concluir o tempo de serviço por que se obrigaram.

§ 2.º Os que não quizerem continuar o serviço assim o declararão dois mezes antes de terminarem o seu compromisso.

Art. 17.º Os individuos admittidos na guarda fiscal serão alistados, assignando o termo pelo qual se obrigam a servir por dois annos.

Art. 18.º Os individuos da classe civil, depois de alistados na guarda fiscal, receberão instrucção militar de escola de soldado e companhia, durante dois mezes, para cujo effeito serão addidos á policia militar do territorio, e, findo este tirocinio, considerar-se-hão guardas promptos para todo o serviço.

§ 1.º Os guardas em instrucção entram na escala de serviço fiscal como os outros, porém serão destinados para serviços não incompatíveis com as horas ordinarias do exercicio e instrucção.

§ 2.º A instrucção de que trata este artigo poderá ser ministrada na séde dos destacamentos da policia militar para os guardas que ahi se encontrem em serviço.

Art. 19.º Para a policia a cavallo só podem ser admittidos os individuos que tiverem servido no exercito, nas tropas montadas de engenharia, artilheria, ou na arma de cavallaria.

§ unico. Poderão excepcionalmente ser admittidos paizanos, sujeitando-se a um exame previo de equitação.

### CAPITULO III

#### Nomeações e promoções

Art. 20.º O logar de commandante da guarda fiscal será exercido por um official do exercito do reino ou do ultramar em serviço na companhia, e especialmente nomeado pelo governador para aquelle cargo.

Art. 21.º Os graduados do corpo da guarda fiscal serão nomeados pelo governador, sob proposta do respectivo commandante, de entre os guardas que pelo seu comportamento, competencia ou distincção assim o mereçam.

§ 1.º Exceptuam-se os sargentos, que serão praças d'esta categoria no exercito do reino ou provincias ultramarinas, embora na reserva.

§ 2.º Serão promovidos em igualdade de circumstancias os individuos que nas condições do artigo 12.º tiverem no exercito o posto de categoria a preencher.

§ 3.º As praças transferidas da policia militar será conservada a sua graduação.

## CAPITULO IV

## Atribuições dos empregados da guarda fiscal

Art. 22.º O pessoal da guarda fiscal está subordinado ao director da alfandega apenas no que respeita ao serviço fiscal.

Art. 23.º O commandante da guarda é responsavel pela execução do serviço fiscal, competindo-lhe ainda a parte disciplinar e de administração, e n'esta qualidade pertence-lhe principalmente:

- 1.º Propôr superiormente o que julgar conveniente a bem do serviço a seu cargo;
- 2.º Applicar as penas disciplinares nos termos d'este regulamento;
- 3.º Inspeccionar a força em serviço em qualquer ponto;
- 4.º Executar e fazer executar as ordens que receber relativas ao serviço;
- 5.º Corresponder-se em nome do governador com todas as auctoridades e corporações em tudo que diz respeito ao exercicio das suas funcções, podendo fazel-o pelo telegrapho, quando as circumstancias o exigirem;
- 6.º Transferir de um para outro ponto do territorio os guardas, conforme as necessidades do serviço;

7.º Receber qualquer reclamação ou queixa do publico contra o serviço do pessoal a seu cargo, e proceder a averiguações sobre o assumpto, afim de apurar a verdade.

Art. 24.º Os commandantes das forças fiscaes em serviço nas secções e postos fiscaes são responsaveis para com o commandante pelo exacto cumprimento das instrucções que receberem dos chefes de delegações ou postos de despacho.

§ 1.º As instrucções a que se refere este artigo devem ser sempre, nas sédes das delegações, transmittidas ao commandante da secção, e, nos postos fóra da referida séde, sel-o-hão directamente ao commandante do posto, o qual dará immediatamente conhecimento ao commandante da respectiva secção.

2.º Os commandantes das forças não podem alterar a fórmula por que o serviço fiscal estiver determinado, devendo, porém, apresentar aos chefes das repartições aduaneiras todas e quaesquer ponderações que julguem convenientes a bem do mesmo serviço, participando-o superiormente.

Art. 25.º As instrucções sobre serviço fiscal que forem estabelecidas pelo director da alfandega serão communicadas ao commandante da guarda fiscal, o qual as fará circular pelo seu pessoal, em ordem de serviço.

Art. 26.º Os commandantes das forças fiscaes em serviço nas delegações satisfarão as requisições dos guardas que lhes forem feitas directamente pelo respectivo chefe, quando digam respeito a serviço extraordinario de fiscalisação.

## DA INSTRUÇÃO ESPECIAL DOS GUARDAS

Art. 27.º Os guardas fiscaes alistados pela primeira vez receberão instrucções das leis e regulamentos respectivos ao serviço de que são incumbidos, distribuindo-se-lhes exemplares dos regulamentos e providencias que existirem impressos, fazendo-os exercitar na redacção de participações de occurrencias, levantamento de autos, etc., figurando differentes exemplos, emquanto não fôr opportunamente publicado o respectivo manual.

## DEVERES E PENAS DISCIPLINARES

Art. 28.º Na ordem da subordinação hierarchica da guarda fiscal, o inferior deve ao seu superior completa e pontual obediencia no serviço, respeito e consideração fóra d'elle, e cada chefe é obrigado a manter rigorosamente os principios de subordinação e as regras de disciplina militar, fazendo respeitar a sua graduação e posto no serviço, pelos meios auctorisados n'este regulamento.

§ unico. O mesmo respeito e consideração são devidos aos empregados aduaneiros nas suas relações de serviço e na mutua coadjuvação e auxilio que reciprocamente se devem prestar todos os empregados fiscaes na esphera das suas attribuições.

Art. 29.º Todos os individuos pertencentes á guarda fiscal devem fazer as continencias e prestar as honras militares determinadas pelos regulamentos e mais ordens em vigor na policia militar do territorio.

Art. 30.º As faltas disciplinares ou irregularidades no serviço commettidas pelas praças da guarda fiscal serão punidas da seguinte fórma:

- 1.º Reprehensão particular;
- 2.º Reprehensão registada;
- 3.º Quartos de serviço dobrados;
- 4.º Transferencia de serviço e posto;
- 5.º Detenção no quartel até vinte dias;
- 6.º Baixa de posto;
- 7.º Expulsão da guarda.

§ 1.º A detenção não exime o delinquente do serviço que lhe competir por escala.

§ 2.º A applicação da pena 7.ª para as praças transferidas da policia militar importa o seu regresso a esta última, sendo-lhe então imposto o castigo pelo regulamento disciplinar e correspondente á falta commettida.

Art. 31.º Durante o tempo que um guarda esteja cumprindo detenção, perderá um terço do vencimento respectivo.

Art. 32.º A expulsão consiste em despedir da guarda a praça com a inibição de tornar a ser admittido em qualquer serviço da companhia.

Art. 33.º Os castigos, com excepção do 1.º, serão sempre registados n'um cadastro ou folhas de registo disciplinar da guarda fiscal.

Art. 34.º As penas 6.ª e 7.ª, impostas pelo commandante da guarda fiscal, são sujeitas á confirmação do governador.

Art. 35.º Só é competente para applicar castigos o commandante da guarda em vista das participações feitas pelos commandantes das fracções ou pelos empregados civis da alfandega e suas delegações.

Art. 36.º A imposição das penas disciplinares auctorisadas por este regulamento não obsta ao competente procedimento criminal que os guardas devem respeitar, se as faltas por que forem punidos disciplinarmente constituírem crimes punidos pela lei geral, sendo em taes casos os guardas entregues ao poder judicial.

#### PREMIOS E RECOMPENSAS

Art. 37.º O zelo pelo serviço e o bom comportamento do pessoal da guarda fiscal serão recommendados superiormente afim de serem compensados de modo correspondente.

Art. 38.º Os guardas que praticarem serviços distinctos no desempenho dos seus deveres podem ser remunerados com alguma das seguintes recompensas:

- 1.º Louvor em ordem á guarda;
- 2.º Licença até dez dias com vencimentos;
- 3.º Gratificação pecuniaria.

#### CAPITULO V

##### Ordenados e ajudas de custo

Art. 39.º Os vencimentos ordinarios do pessoal da guarda fiscal constam do quadro n.º 1 aannexo a este regulamento.

Art. 40.º Os vencimentos serão pagos por meio de folhas processadas pelo commandante da guarda, as quaes serão remettidas á repartição de fazenda no ultimo dia de cada mez, acompanhadas pelos documentos que justifiquem os abonos n'ellas feitos.

§ unico. Nas folhas de vencimentos serão feitas as deducções a que as praças estejam obrigadas por dividas á companhia, por descontos provenientes de penas disciplinares, rancho ou amortisação de debito de fardamento, etc.

Art. 41.º Além dos vencimentos ordinarios serão abonados ao commandante ajudas de custo no serviço de inspecção, visita ás secções e postos fóra da séde do seu quartel permanente.

§ unico. O abono de ajuda de custo é de 2\$500 réis diarios, e não poderá ser abonada por mais de quinze dias em cada mez, quando a visita ou inspecção se fizer nos pontos servidos por linhas ferreas.

Art. 42.º Os guardas que estiverem ausentes do seu quartel ou domicilio em consequencia do serviço fiscal por mais de vinte e quatro horas consecutivas, a uma distancia da séde do seu posto superior a 5 kilometros, terão direito a uma ajuda de custo de 300 réis diarios.



§ unico. As praças que fizerem serviço nos postos das fronteiras será abonada uma ajuda de custo de 300 réis diários.

## CAPITULO VI

### Proventos eventuaes

Art. 43.º Os proventos eventuaes do pessoal da guarda fiscal derivam principalmente das seguintes proveniências:

1.º Premios ou gratificações extraordinarias conferidas nos termos d'este regulamento.  
2.º Productos de multas e tomadias em conformidade com as regras seguintes de distribuição:

a) Quando tiver logar a perda das mercadorias apprehendidas, pertencerá aos apprehensores 50 por cento do producto total da venda, deduzidos os direitos, despesas de transporte, guarda ou conservação, sendo os outros 50 por cento para a fazenda; sempre que haja imposição de multa, pertencerá aos guardas 25 por cento da multa imposta;

b) Se a apprehensão se fizer em consequencia de denuncia, pertencerão ao denunciante ou denunciante 25 por cento do producto liquido das vendas, e 15 por cento no caso de multa, sendo estes premios deduzidos da parte que tocar ao apprehensor, nos termos da disposição anterior.

## CAPITULO VII

### Plano de uniformes — Disposições geraes

Art. 44.º Nenhum individuo pertencente á guarda fiscal póde ser dispensado de usar o seu uniforme, salvo no caso em que por conveniencia de serviço, superiormente auctorisado, seja preciso que se disfarce em paizano para melhor desempenho de uma determinada ordem de serviço.

Art. 45.º Os guardas serão providos dos artigos de fardamento pelos preços que realmente custam á companhia, sendo-lhe descontados mensalmente no vencimento, até ao seu integral pagamento.

Art. 46.º Os distinctivos dos graus hierarchicos nas praças da guarda fiscal são os seguintes:

Os segundos sargentos, tres divisas de panno verde escuro: os primeiros cabos, duas, e os segundos uma, collocadas todas a 0<sup>m</sup>,03 acima do vertice do canhão.

Art. 47.º O pessoal da guarda fiscal poderá usar durante o tempo chuvoso polainas de coiro branco e capas impermeaveis.

Art. 48.º As praças que fizerem serviço a cavallo usarão calção, botas (ou polainas) de coiro branco com salto de prateleira, e esporas de ferro com correia.

## CAPITULO VIII

### Descripção dos uniformes

#### OFFICIAES

Art. 49.º O commandante da guarda fiscal usará o seu uniforme branco, regulamentar para os officiaes em serviço na provincia (*Boletim* n.º 4, de 23 de janeiro de 1897), sendo o emblema da gola e bonet substituidos por um monogramma com as letras G. F. entrelaçadas.

§ unico. Em formatura com tropas, o uniforme será: dolman de flanela azul, regulamentado no exercito do reino, calção de malha, bota, e chapéu com emblema dourado, semelhante ao das praças.

#### PRAÇAS DE PRET

• *Chapéu e capacete.*—As praças de pret usarão, de ordinario, o chapéu regulamentar para a policia militar, podendo, comtudo, fazer uso do capacete branco com emblema de

metal amarello nas épocas mais quentes ou nos pontos do paiz onde o clima exija este typo de cobertura de cabeça.

*Dolman.*—De kaki amarello com gola direita da altura de 0<sup>m</sup>,03 guarneçada de galão de fita preta, fechado por seis botões de metal amarello, platinas na cintura e nos hombros, canhões em angulo nas extremidades inferiores das mangas, tudo da mesma fazenda. Nas golas usarão as letras G. F. e os algarismos designando os respectivos numeros, tudo de metal amarello.

*Calças.*—Lisas do mesmo panno.

*Capote.*—Como os das praças de infantaria do exercito do reino. As praças que tiverem pertencido ao exercito e conservarem os seus capotes podem fazer uso dos mesmos.

*Gravata.*—Como as das praças do exercito.

*Luvas.*—De anta para as praças montadas, de algodão branco para as apeadas.

## CAPITULO IX

### Armas e munições—Disposições geraes

Art. 50. O armamento, munições e mais artigos de equipamento serão fornecidos pela companhia e distribuidos ao pessoal em serviço, da mesma forma que está estabelecido para as praças da policia militar do territorio.

Art. 51.<sup>o</sup> As praças da guarda fiscal são responsaveis pela guarda e conservação do armamento e equipamento que lhes fôr confiado e obrigados a substituir e reparar á sua custa os artigos que se perderem ou deteriorarem por circumstancias alheias ao serviço fiscal, sem prejuizo do castigo que por esse facto merecerem.

§ 1.<sup>o</sup> As praças montadas tambem serão distribuidos os artigos de arreo, armamento e equipamento de cavallaria para quando desempenharem serviços a cavallo.

§ 2.<sup>o</sup> Os guardas pagarão á sua custa o preço das munições cujo consumo não fôr justificado por motivos de serviço.

Art. 52.<sup>o</sup> Nenhum guarda poderá servir-se das armas em casos estranhos ao serviço.

### TRATAMENTO DOS GUARDAS DOENTES

Art. 53.<sup>o</sup> As praças que se julgarem impedidas de fazer serviço por motivo de doença darão immediatamente parte ao seu immediato superior, que as fará recolher ao hospital.

Art. 5.<sup>o</sup> As despesas de tratamento no hospital serão pagas mensalmente por deducções nos vencimentos das praças doentes.

§ unico. A deducção começará no dia da entrada da praça no hospital e cessará no dia da saída.

Art. 55.<sup>o</sup> É permittido ás praças doentes, que tenham familia, tratar-se nos seus domicilios.

§ 1.<sup>o</sup> A praça que recolher doente a sua casa é obrigada a apresentar attestado de doença no praso de 24 horas, e não o fazendo será mandada recolher ao hospital.

§ 2.<sup>o</sup> O chefe da secção ou o commandante, se o guarda se conservar n'aquella situação mais de cinco dias, visitará a praça, e, se da inspecção feita resultar suspeita ou se prove que a doença é pretextada, a praça será, no primeiro caso, mandada inspecionar por um facultativo ou recolherá ao hospital, e, no segundo, ficará desde logo considerada prompta para todo o serviço.

§ 3.<sup>o</sup> Comprovando-se que a doença foi pretextada, a praça será castigada segundo a importancia da falta e as circumstancias que n'ella se dérem.

### FISCALISAÇÃO MARITIMA

Art. 56.<sup>o</sup> O serviço fiscal dos portos, rios, etc., é da privativa competencia das alfandegas e suas delegações.

§ unico. Para o desempenho d'este serviço, que será dirigido e superintendido pelos empregados do quadro interno da alfandega e suas delegações, fornecerá o commandante da guarda fiscal o pessoal necessario e prestará todo o auxilio que lhe fôr pedido pelos encarregados do mesmo serviço, cumprindo-lhe rondar ou mandar rondar as praças requisitadas, fornecendo-lhe a alfandega os meios necessarios.

## DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 57.º Ao pessoal da guarda fiscal serão destinados os quarteis necessários.

§ unico. Nos pontos em que não possam aquartelar-se os guardas, será abonado um subsidio de 300 réis por dia.

Art. 58.º As praças da guarda fiscal será administrado o rancho, descontando-se 430 réis aos cabos e soldados, e 750 réis aos sargentos.

§ unico. Na Beira e nos pontos onde existam destacamentos da policia militar serão as praças da guarda fiscal addidas a esta para effeitos de abono de rancho.

Art.º 59.º Ao commandante e sargento serão distribuidos cavallos, montadas privativas.

MAPPA DO EFFECTIVO DA FORÇA DA GUARDA FISCAL E IMPORTANCIA DOS SEUS VENCIMENTOS

Categorias	Numero	Vencimentos por unidade			Total
		Diario	Mensal	Annual	
Official commandante.....	1	—\$—	160\$000	1:920\$000	1:920\$000
2.º sargento.....	1	1\$800	—\$—	657\$000	657\$000
1.º cabos.....	10	1\$030	—\$—	375\$950	3:759\$500
2.º cabos e soldados.....	40	\$930	—\$—	339\$450	13:578\$000
Cavallos.....	10	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 12 de maio de 1898.  
*Francisco Felisberto Dias Costa.*

Querendo tornar mais solemne a celebração do quarto centenario da descoberta do caminho maritimo da India, e perduravel a sua recordação, com um acto de clemencia régia, quanto seja compativel com a segurança commum e com a disciplina militar:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Aos réus civis, condemnadas por sentença, passada em julgado á data do presente decreto, em penas maiores, fixas ou temporarias, de qualquer natureza, e em penas correccionaes de prisão ou desterro, fica perdoada a quarta parte da condemnação.

Art. 2.º Aos réus condemnados em pena de prisão militar por sentença, passada em julgado á data a que se refere o artigo precedente, fica perdoada a quarta parte da condemnação, e do mesmo modo fica perdoado igual tempo de pena ás praças de pret do exercito e da armada condemnadas em penas maiores temporarias e deportação militar.

Art. 3.º Nas disposições dos artigos antecedentes não são comprehendidos os réus que tiverem obtido, por indulto geral ou especial, commutação ou diminuição das penas respectivas, superior ou igual á que resultaria da applicação d'este decreto, nem aquelles que, tendo sido accusados por parte offendida, não tiverem obtido perdão d'esta.

§ unico. Aos réus, que, por indulto geral ou especial, tiverem obtido commutação ou diminuição de penas, inferior á que resultaria da applicação d'este decreto, serão estas reduzidas em tanto quanto baste para completar o perdão da quarta parte das mesmas penas.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado das outras repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço em 12 de maio de 1898. — REI. — *José Luciano de Castro* — *Francisco Antonio da Veiga Beirão* — *Frederico Ressano Garcia* — *Francisco Maria da Cunha* — *Francisco Felisberto Dias Costa* — *Augusto José da Cunha.*

## Regulamento para a execução da carta de lei de 21 de maio de 1896

(Concessão do uso do emblema da Cruz Vermelha)

Artigo 1.º Nos termos da carta de lei de 21 de maio de 1896, só é permitido em Portugal e seus domínios o uso da Cruz Vermelha, emblema da sociedade portugueza da Cruz Vermelha e de outras associações estrangeiras congêneres, em marcas industriaes e commerciaes, e em papeis commerciaes, em conformidade do presente regulamento.

§ unico. E' permitido, todavia, o uso d'este emblema nas marcas industriaes ou commerciaes registadas na repartição competente antes da publicação do decreto com força de lei de 15 de dezembro de 1894.

## I

## Marcas industriaes e commerciaes

Art. 2.º Pódem usar nas suas marcas o emblema da Cruz Vermelha as pessoas, firmas, ou sociedades que possuírem o titulo de fornecedor da sociedade portugueza da Cruz Vermelha e que tenham nas respectivas marcas, segundo os casos, as seguintes palavras: «fornecedor, fornecedora, ou fornecedores da sociedade portugueza da Cruz Vermelha».

Art. 3.º A sociedade portugueza da Cruz Vermelha concederá titulos de fornecedor nas condições ao diante designadas.

Art. 4.º O facto da concessão do titulo de fornecedor não implica que a sociedade portugueza da Cruz Vermelha fique obrigada a comprar os objectos, de que carecer, exclusivamente a esses fornecedores.

Art. 5.º Só poderão ser concedidos *titulos de fornecedor* a quem produza ou venda objectos que possam ser utilisados pela sociedade no exercicio das suas funcções.

§ unico. Só em casos muito especiaes se concede o titulo de fornecedor em relação a objectos que não estejam comprehendidos nos seguintes numeros:

1.º Material hospitalar e de ambulancias (instalação, transporte e desinfecção).

2.º Material cirurgico (operações e tratamento).

3.º Medicamentos e substancias alimenticias, quando a sua preparação ou acondicionamento fôr superior, e lhes facilite o transporte ou assegure conservação maior do que a ordinaria.

Art. 6.º O titulo de fornecedor da sociedade portugueza da Cruz Vermelha não importa para a mesma qualquer responsabilidade ou garantia sobre os productos do dito fornecedor, e apenas indica que o interessado depositou na mesma sociedade, ou lhe forneceu objectos que ella julgou bons, tendo satisfeito ás condições impostas n'este regulamento.

Art. 7.º O fornecedor que quizer registar na repartição da industria uma marca, em que figure o emblema das sociedades da Cruz Vermelha, deverá ali produzir o diploma de fornecedor da sociedade portugueza da Cruz Vermelha, que será documento bastante para que se possa fazer o registo, quando preenchidas as demais formalidades legais.

Art. 8.º O emblema da Cruz Vermelha não deverá considerar-se, por si, uma marca especial, sendo por isso indispensavel que a marca tenha outros caracteres que a tornem distincta, visto que o diploma de fornecedor póde ser concedido a outros fornecedores para productos da mesma classe.

Art. 9.º O emblema da Cruz Vermelha e a designação de fornecedor não pódem usar-se senão nos productos para os quaes foi concedido o titulo.

Art. 10.º Quando o fornecedor deixar de satisfazer ás condições que lhe forem impostas, ser-lhe-ha retirado o titulo por aviso publicado no boletim da sociedade e no *Diario do Governo*; fazendo-se a competente communicação ao interessado e á repartição da industria, para que não possa ser-lhe renovado o registo das marcas em que figurar aquelle emblema.

Art. 11.º O titulo de fornecedor não se transmite sem o consentimento da sociedade portugueza da Cruz Vermelha.

Art. 12.º O pretendente ao titulo de fornecedor deve sollicitar-o á commissão central da mesma sociedade, instruindo o seu requerimento com os seguintes documentos:

1.º Recibo do thesoureiro da mesma sociedade da quantia de 50\$000 réis, como caução provisoria, a qual será restituída se o requerimento fôr indeferido, convertendo-se propriedade da sociedade se o requerimento fôr deferido:

2.º Declaração, devidamente reconhecida, pela qual se obrigue ao fornecimento dos objectos de que se trata, com um desconto não inferior a 10 por cento sobre os preços do mercado;

3.º Declaração sobre a offerta que se propõe fazer dos objectos da sua industria ou commercio, destinados ás ambulancias, material hospitalar, etc., a cargo da sociedade, offerta que a sociedade acceita sem que esse facto inflúa na concessão.

§ unico. O requerimento dirá claramente quaes os artigos que se pretende fornecer.

Art. 13.º Acompanharão o requerimento tres amostras, desenhos ou photographias dos objectos a fornecer, as quaes ficarão archivadas.

§ unico. Quando o fornecedor, na evolução da sua industria ou commercio, venha a alterar o producto, deverá fazer a substituição d'estas amostras, desenhos ou photographias.

Art. 14.º Só poderão requerer o titulo de fornecedor e só o poderão usar os socios.

Art. 15.º O requerimento para a concessão de titulo de fornecedor será apreciado por uma commissão de socios, nomeada pelo presidente da sociedade, para redigir um parecer, que será discutido e votado em sessão da commissão central.

§ 1.º Este parecer é considerado de natureza confidencial.

§ 2.º E' motivo para recusa a má qualidade dos productos.

§ 3.º Merecerá toda a consideração a seriedade do requerente.

Art. 16.º Decidida por maioria de votos a concessão do titulo de fornecedor, passar-se-ha esse titulo, segundo o modelo junto, sendo authenticado com o sello da sociedade.

Art. 17.º O fornecedor, que não deseje continuar a sel-o, deverá requerer essa dispensa, restituindo o respectivo titulo.

§ unico. Far-se-ha a necessaria communicacão á repartição da industria.

Art. 18.º Quando houver successão no estabelecimento industrial ou commercial com titulo de fornecedor, poderá ser concedido ao novo proprietario o mesmo titulo quando o requeira, seguindo-se formalidades analogas ás primeiras, pagando pelo novo titulo a quantia de 25\$000 réis.

Art. 19.º A's marcas estrangeiras, embora registadas nos respectivos paizes, tendo a Cruz Vermelha emblema de todas estas sociedades, só será permittido o registo, uso e importação em Portugal e seus dominios, quando se satisfaçam as condições exigidas para o registo das marcas portuguezas.

Art. 20.º As pessoas, firmas ou sociedades a quem aproveite a disposição do § unico do artigo 1.º, deverão solicitar da sociedade portugueza da Cruz Vermelha uma declaração, que terá o sello da mesma sociedade, pela qual pròvem perante as auctoridades, que pòdem fazer uso do referido emblema em determinadas mercadorias.

§ unico. Por esta declaração pagarão a quantia de 25\$000 réis, que constituirá receita da sociedade.

## II

### Nome industrial e commercial

Art. 21.º Os industriaes ou commerciantes a quem fôr concedido o diploma de fornecedores da Cruz Vermelha podem usar nos papeis de commercio a indicação respectiva, contanto que a appliquem aos objectos que realmente fornecem.

Art. 22.º É motivo para se retirar o titulo de fornecedor o deixar de se indicar os objectos que fornece, segundo o artigo anterior, ou o dizer-se fornecedor de outros que não constem do titulo.

Art. 23.º Não é permittido aos fornecedores usar em taboletas, lanternas, disticos, bandeiras ou outras fórmãs de annuncio e reclamo o nome ou o emblema da Cruz Vermelha.

Lisboa, 15 de maio de 1898.—O presidente, *Duque de Palmella*.—Os secretarios, *L. F. Marrecas Ferreira*—*G. L. Santos Ferreira*.

## MODELO

## SOCIÉD4DE PORTUGUEZA DA CRUZ VERMELHA

(Logar do emblema da sociedade)

A comissão central da sociedade portugueza da Cruz Vermelha, nos termos do seu regulamento para a execução da carta de lei de 21 de maio de 1896, approvada em 13 de maio de 1898, confere a F... o titulo de seu fornecedor de... por ter preenchido as formalidades estabelecidas, e ter sido approvado como tal em sessão da comissão central de... de... de 189..., e haver-se obrigado ao fornecimento dos referidos productos, com o desconto de...

Lisboa... de... de 189...



Sêllo

O presidente,  
F...

Pagou por este diploma a quantia de 50\$000 réis.

O thesoureiro,  
F...Repartição da industria, em 8 de julho de 1898.—O chefe da repartição, *Joaquim Tello*.

Tendo-se reconhecido na pratica alguns inconvenientes que resultam da portaria regia de 15 de fevereiro de 1895, que determinou aos governadores das provincias ultramarinas que não expedissem nem publicassem nos respectivos boletins officios ou outros diplomas de louvor, quer a funcionarios, quer a particulares residentes nas mesmas provincias; e considerando que os diplomas de louvor, além de serem uma recompensa por serviços prestados, representam um incentivo á prática de novos serviços, mas perdem parte da sua efficacia não sendo publicados em seguida aos actos que são destinados a galardoar; considerando que ao governo fica sempre o direito de negar a approvação a esses louvores, logo que reconheça terem sido mal cabidos; tendo em consideração o que, n'este sentido tem sido ponderado por alguns governadores: ha Sua Magestade El-Rei por bem determinar que fique sem effeito a mencionada portaria régia de 15 de fevereiro de 1895; o que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se comunica ao governador da provincia de Cabo Verde para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 26 de maio de 1898 — *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Convindo que as medalhas destinadas a recompensar serviços diferentes tenham fitas também diferentes, a fim de não poder suscitar-se duvida sobre qual a mercê honorifica que possuam os individuos condecorados; e sendo a fita das medalhas do Instituto de soccorros a naufragos igual á das medalhas da Ordem militar da Torre e Espada: hei por bem, conformando-me com a proposta da inspecção do referido Instituto, substituir o § unico do artigo 55.º do regulamento decretado em 9 de julho de 1892 pelo seguinte:

«§ unico. Estas modalhas usar-se-hão do lado direito do peito e serão suspensas de uma fita azul ferrete com uma faixa branca ao centro, quando destinadas a galardoar serviços de salvação, e de uma fita branca com uma faixa azul ferrete ao centro, quando destinadas a remunerar os serviços mencionados nos n.ºs 1.º e 2.º do artigo 56.º, e n.ºs 1.º e 2.º do artigo 57.º»

Hei, outrosim, por bem ordenar que as fitas das medalhas já distribuidas sejam trocadas por outras do padrão designado n'este decreto.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado dos negocios da justiça, fazenda, guerra, marinha e ultramar e obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 26 de maio de 1898. — REI. — *José Luciano de Castro* — *Francisco Antonio da Veiga Beirão* — *Frederico Ressano Garcia* — *Francisco Maria da Cunha* — *Francisco Felisberto Dias Costa* — *Augusto José da Cunha*.

## JUNHO

Em conformidade com o disposto no n.º XIII do alvará de 13 de agosto de 1894, publicado na ordem do exercito n.º 17 do mesmo anno: hei por bem approvar e mandar pôr em execução o regulamento para a concessão dos differentes graus da real ordem militar de S. Bento de Aviz, que faz parte d'este decreto e baixa assignado pelos ministros e secretarios d'estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar.

Os mesmos ministros e secretarios d'estado assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 2 de junho de 1898.—REI.—*Francisco Maria da Cunha*—*Francisco Felisberto Dias Costa*.

## Regulamento a que se refere o decreto d'esta data

Artigo 1.º O presente regulamento estabelece as regras geraes a que deve ser subordinada a concessão dos differentes graus da real ordem militar de S. Bento de Aviz, reformada pelo alvará de 13 de agosto de 1894.

Art. 2.º Os graus e dignidades da real ordem militar de S. Bento de Aviz são o de grão-mestre, commendador-mór, gran-cruzes grandes officiaes, commendadores, officiaes e cavalleiros.

Art. 3.º O grão-mestre será sempre o Soberano. Na menoridade ou impedimento d'elle, o regente do reino fará as suas vezes.

Art. 4.º O commendador-mór é sempre o Principe herdeiro presumptivo do reino.

Art. 5.º Haverá um conselho da ordem, tendo por presidente o grão-mestre e de que farão parte o commendador-mór e os gran-cruzes nacionaes, servindo de secretario e archivista um dignitario de qualquer dos graus da ordem, de patente não inferior a coronel, nomeado pelo governo sob proposta do mesmo conselho.

Art. 6.º Aos gran-cruzes, grandes officiaes, commendadores, officiaes e cavalleiros da ordem competem todas as honras, fóros e preeminencias concedidas aos mesmos graus e dignidades nas outras ordens portuguezas pelas leis e alvarás em vigor.

§ unico. Os grandes officiaes precedem aos commendadores d'esta e das demais ordens portuguezas.

Art. 7.º A ordem só poderá ser conferida a officiaes em serviço effectivo do exercito ou da armada.

Art. 8.º Não poderá ser conferido, pela primeira vez, salvo casos excepcionaes, grau superior ao de cavalleiro, nem nenhum dos outros graus a quem não tenha o immediatamente inferior.

Art. 9.º Nenhum militar poderá ser agraciado com o grau de cavalleiro sem contar, pelo menos, dez annos de serviço como official do exercito ou da armada.

Art. 10.º Os officiaes do exercito e da armada, quer no serviço da metropole, quer no das provincias ultramarinas, são aptos em numero illimitado para receber o grau da ordem, quando satisfaçam ás seguintes condições:

*Cavalleiro*, pelo menos, posto ou graduação de capitão ou primeiro tenente da armada, com quinze annos de serviço effectivo, sendo dez como official, boas informações dos seus chefes, e não terem castigo algum averbado no registo competente;

*Official*, pelo menos, posto ou graduação de major ou capitão tenente, com vinte annos de serviço effectivo, boas informações dos seus chefes, o grau de cavalleiro, e não terem castigo algum averbado no registo competente;

*Commendador*, pelo menos, posto de coronel ou capitão de mar e guerra, com vinte e cinco annos de serviço effectivo, boas informações dos seus chefes, o grau de official, e não terem castigo algum averbado no registo competente;

*Grande official*, posto de general de brigada ou contra-almirante, com trinta annos de serviço effectivo e o grau de commendador;

*Gran-cruz*, posto de general de divisão ou vice-almirante e o grau de grande official.

Art. 11.º Além dos officiaes agraciados em vista da disposição do n.º IX do alvará de 13 de agosto de 1894, aos quaes se refere o artigo anterior do presente regulamento, poderão ser elevados, por serviços distinctos, ao grau de gran-cruz quatro generaes de brigada do exercito do reino e dois contra-almirantes ou generaes de brigada do ultramar; ao do grande official doze coroneis do exercito do reino e seis capitães de mar e guerra ou coroneis do ultramar; ao de commendador vinte tenentes-coroneis ou majores do exercito do reino e dez capitães de fragata ou capitães tenentes, ou tenentes coroneis ou majores do ultramar; ao de official quarenta capitães do exercito do reino e vinte primeiros tenentes da armada ou capitães do ultramar; e agraciados com o grau de cavalleiro, sessenta tenentes do exercito do reino, e trinta segundos tenentes da armada ou tenentes do ultramar.

Art. 12.º A concessão a nacionaes por direito de posto e tempo de serviço effectuar-se-ha no 1.º de janeiro e 1.º de julho de cada anno, em vista de proposta dos respectivos chefes ao ministro da guerra ou ao da marinha e ultramar, sendo ouvido o conselho da ordem quando houver a conferir os graus de gran-cruz e de grande official, e para os outros graus quando o governo julgar conveniente.

Art. 13.º A concessão de qualquer grau por serviços distinctos será feita no dia do anniversario natalicio de Sua Magestade El-Rei, exigindo proposta do respectivo ministro e parecer favoravel e unanime do conselho da ordem.

Art. 14.º A concessão a officiaes estrangeiros será em numero indeterminado e feita em qualquer epocha, por carta régia, dependendo de proposta do ministro da guerra ou do da marinha e ultramar, e não podendo esses officiaes receber senão grau correspondente á sua patente, qualquer que seja o seu tempo de serviço.

Art. 15.º Para a concessão a que se refere o artigo 12.º, com referencia aos officiaes do exercito em serviço na metropole, observar-se-ha o seguinte:

Os commandantes das divisões militares territoriaes, presidente do supremo conselho de justiça militar, commandantes geraes das diversas armas e do corpo do estado-maior, commandante geral das guardas municipaes, administrador geral das alfandegas, commandante da escola do exercito, governador do castello de S. João Baptista da Ilha Terceira, directores da administração militar e do real collegio militar e o commandante militar da Madeira enviarão á direcção geral da secretaria da guerra, até aos dias 20 de junho e dezembro de cada anno, propostas relativas aos officiaes sob as suas ordens, que estejam nas condições indicadas no artigo 10.º, devendo estas propostas ser acompanhadas das respectivas notas de assentos.

Art. 16.º Os directores geraes ou secretarios geraes dos differentes ministerios enviarão, tambem, ao ministerio da guerra, até aos indicados dias, as propostas relativas aos officiaes do exercito que estejam em serviços dependentes dos mesmos ministerios.

Art. 17.º As propostas, depois de reunidas na direcção geral da secretaria da guerra, serão pelo director geral da mesma secretaria apresentadas ao ministro, conjunctamente com as que o referido director geral tiver feito com respeito aos officiaes em serviço na mesma secretaria.

Art. 18.º Pela mesma fôrma procederá a maioria general da armada enviando á direcção geral da marinha, nas epochas fixadas no artigo 15.º, as propostas relativas aos officiaes das differentes classes da armada.

Art. 19.º Os governadores geraes das provincias ultramarinas e os governadores de provincias e de districtos autonomos do ultramar, e os commissarios régios junto ás differentes companhias remetterão ao ministerio da marinha e ultramar, por fôrma a darem entrada na direcção geral do ultramar trinta dias antes dos fixados no artigo 12.º do presente regulamento, as propostas relativas aos officiaes que se achem nas condições estabelecidas no artigo 10.º

§ unico. As referidas propostas devem vir acompanhadas das respectivas notas de assentos.

Art. 20.º Para a concessão de qualquer grau por serviços distinctos, a que se referem os artigos 11.º e 13.º, as differentes auctoridades indicadas nos artigos 15.º a 19.º remetterão ao ministerio da guerra e ao ministerio da marinha e ultramar, por fôrma a darem ali entrada quinze dias antes do anniversario natalicio de Sua Magestade El-Rei, propostas justificadas dos officiaes que julguem estar nas condições de ser agraciados.

Art. 21.º As propostas a que se referem os artigos anteriores serão formuladas, para



cada individuo e para cada grau, em harmonia com as disposições dos artigos 9.º e 10.º; sendo condições indispensaveis para a concessão por serviços distinctos, além das indicadas nos citados artigos, ter o official proposto tres annos no grau anterior e dois, pelo menos, de bom e effectivo serviço no seu posto ou graduação.

§ unico. Estas propostas servirão de base ás que devem ser apresentadas ao conselho da ordem pelos ministros da guerra e da marinha e ultramar.

Art. 22.º O conselho da ordem, a que se refere o art. 5.º, reunirá quando Sua Magestade o determinar para apreciar as propostas que lhe forem apresentadas, lavrando-se, tão sómente, a respectiva acta d'aquellas que tiverem parecer favoravel.

Art. 23.º Conferidos assim os differentes graus da real ordem militar de S. Bento de Aviz, serão pelos ministerios da guerra e da marinha e ultramar lavrados os competentes decretos, e publicar-se-hão, respectivamente, na ordem do exercito, ordem da armada e boletim do ultramar as relações dos agraciados.

§ unico. Depois da publicação, os decretos e relações que os acompanham serão remettidos ao secretario da ordem, para archivar.

Art. 24.º Para secretaria e archivo do conselho da ordem será destinada uma sala no ministerio da guerra.

Art. 25.º É chefe da secretaria o secretario do conselho da ordem, e a seu cargo devem estar os seguintes registos:

Livro das actas do conselho;

Livro de matricula para inscripção dos dignitarios nacionaes;

Livro de registo das concessões feitas a estrangeiros;

Livro de registo dos diplomas;

As precisas pastas para archivar os decretos e relações a que se refere o § unico do art. 23.º

§ unico. Para coadjuvar o secretario e archivista da ordem será, mediante proposta do mesmo, nomeado vice-secretario um official do exercito, de patente não superior a tenente coronel, que seja dignitario da ordem.

Art. 26.º O vice-secretario será encarregado da escripturação dos livros mencionados no art. 25.º e de todo o expediente da secretaria.

Art. 27.º As despesas a fazer com o expediente da secretaria do conselho da ordem, aquisição de diplomas, sellos, etc., serão satisfeitas mensalmente pelas verbas destinadas ao expediente do ministerio da guerra e da marinha e ultramar.

Art. 28.º A cada dignitario nacional ou estrangeiro será passado o respectivo diploma pelo ministerio que tiver feito a proposta; e depois de devidamente registado e authenticado com o sello das armas reaes na secretaria da ordem será enviado ao agraciado.

Art. 29.º Os officiaes agraciados serão dispensados de todo e qualquer pagamento.

Art. 30.º O distinctivo da ordem é uma cruz verde rematada com flores de liz, encimada pela corôa real, e fita de côr verde.

Art. 31.º As insignias dos diversos graus são:

*Cavalleiro*, cruz singela, no peito, suspensa de fita com fivela doirada;

*Official*, a mesma cruz, no peito, suspensa de fita com fivela doirada e roseta;

*Commendador*, placa de prata, no peito;

*Grande official*, placa doirada, no peito;

*Gran-cruz*, banda a tiracollo da direita para a esquerda, tendo suspensa a cruz da ordem, e placa doirada, no peito.

Art. 32.º A cruz ou placa, quando conferida por direito de posto e tempo de serviço, usar-se-ha do lado esquerdo do peito; e, quando conferida por serviços distinctos, do lado direito.

Art. 33.º Quando não tragam a cruz ou placa, os cavalleiros usarão a fita com fivela doirada; os officiaes, a mesma fita com fivela e roseta de 0<sup>m</sup>,01 de diametro; os commendadores e os grandes officiaes, a mesma fita com fivela e roseta de 0,013 de diametro para os primeiros, e de 0<sup>m</sup>,015 para os segundos; e os gran-cruzes uma roseta com 0<sup>m</sup>,02 de diametro. Estas fitas serão, conforme os casos, collocadas do lado esquerdo ou direito do peito.

Art. 34.º Com o traje civil e quando não tragam as veneras, os cavalleiros poderão usar um laço de fita verde, e os outros dignitarios a roseta correspondente ao seu grau. Estes distinctivos tambem serão collocados no peito, do lado esquerdo ou do direito, conforme os casos.

Art. 35.º As cruzes e placas serão invariavelmente conforme aos padrões desenhados,

que acompanharam o alvará de 13 de agosto de 1894, publicados na ordem do exercito n.º 17 (1.ª serie) do indicado anno.

Art. 36.º O uso das veneras ou fitas é obrigatorio para todos os dignitarios, quando uniformisados, quer no serviço, quer fóra d'elle, e facultativo, com o traje civil.

Art. 37.º Nenhum dignitario poderá usar as insignias dos graus inferiores ao que ultimamente lhe houver sido conferido, salvo se tiverem sido concedidos por serviços distinctos; entretanto, os gran-cruzes poderão usar sómente a placa de grande official.

Art. 38.º Perde o direito de pertencer á real ordem militar de S. Bento de Aviz o official que, em vista do parecer do conselho superior de disciplina do exercito, fôr reformado por não ter a capacidade moral para continuar no serviço activo.

Art. 39.º Todos os annos, no dia do Coração de Jesus, os dignitarios da ordem que estiverem em Lisboa assistirão á festividade que se faz na igreja do Santissimo Coração de Jesus.

Paço, em 2 de junho de 1898.—*Francisco Maria da Cunha*—*Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup>, em resposta ao seu officio, n.º 87, de 22 de março ultimo, que auctorisa a gratificação proposta para ser distribuida pelos empregados que constituem a secção de estatistica da secretaria geral, e pelos que collaboraram nos trabalhos estatísticos da alfandega durante o segundo semestre do anno findo.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de junho de 1898.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—S. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.<sup>a</sup>, em referencia ao seu officio, n.º 118, de 28 d'abril ultimo, que approva a resolução de v. ex.<sup>a</sup> mandando abonar ao 1.º tenente de artilheria do exercito do reino, Viriato Gomes da Fonseca, a gratificação mensal de 5\$000 réis por todo o tempo que esteve commandando a companhia d'artilheria da guarnição d'essa provincia.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 4 de junho de 1898.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Tendo cessado as circumstancias extraordinarias que deram origem ao diploma do commissario regio da provincia de Angola, de 3 de julho de 1896, determinando que o procurador da corôa e fazenda junto da relação de Loanda accumulasse, com o respectivo cargo, o de auditor do conselho de guerra territorial: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar que fique sem effeito o mencionado diploma; o que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral da referida provincia, para os devidos effeitos.

Paço, em 11 de junho de 1898.—*Francisco Felisberto Dias Costa*.

Tendo deixado de existir as circumstancias extraordinarias que determinaram o commissario regio da provincia de Angola a regular, por diploma de 30 de junho de 1896, as attribuições do secretario geral do governo na administração da provincia por maneira differente da preceituada no decreto de 1 de dezembro de 1869: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar que fique sem effeito o mencionado diploma; o que, pela

secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral da referida provincia, para os devidos effeitos.

Paço, em 11 de junho de 1898. — *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Cumprindo estabelecer os preceitos de administração a que devem estar sujeitos os navios do Estado, permanentes no serviço do districto de Timor, visto que o disposto na portaria regia de 15 de janeiro de 1895, que regulou o assumpto sobre a base da legislação então vigente, está em grande parte insubsistente desde a promulgação dos decretos de 4 de março de 1897 e 30 de dezembro do mesmo anno; Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar:

1.º Os navios do Estado, em permanencia no districto de Timor, devem satisfazer a todos os serviços de policia maritima e concorrer nos de segurança local e de fiscalisação aduaneira, effectuando tambem o transporte de passageiros, malas do correio e cargas para que tenham accomodação e espaço disponivel, e contribuirão em geral com o possivel apoio e com o auxilio de que carecer a auctoridade em qualquer ponto do districto.

2.º Nos assumptos de serviço, a que se refere o numero anterior, os commandos dos navios receberão ordens e instrucções do governador do districto por intermedio da secretaria do governo e satisfarão as requisições que lhes forem dirigidas pelos commandos militares do districto, quando o seu cumprimento não prejudique gravemente a execução das instrucções superiores que tenham recebido, e sempre que não haja impossibilidade irremediavel. Procedendo em todos os casos sob sua responsabilidade, darão immediato conhecimento das resoluções que hajam tomado, tanto ao governador do districto, como ao commandante da estação naval.

3.º As nomeações e exonerações de commando para os navios em permanencia no serviço de Timor serão feitas em portaria régia, communicando-se ao commando da estação naval de Macau e ao governador do districto. A posse do commando será dada por ordem do governador do districto, logo que se lhe haja apresentado o novo commandante nomeado.

4.º As nomeações de officiaes e mais praças da armada para guarnição dos navios em Timor incumbem ao commando da estação naval de Macau, que providenciará igualmente com respeito ás passagens de navio, quer para regresso a Macau, quer por transferencia entre os que estacionarem em Timor.

5.º O commandante mais graduado, ou mais antigo, dos navios permanentes em Timor tem as attribuições marcadas no artigo 359.º da ordenança geral da armada, quando estiver no mesmo porto outro navio além do que commanda; não izará, porém, o distinctivo de commandante superior, nem intervirá nas relações entre o governo do districto e os commandantes menos graduados.

6.º Aos commandos dos navios cabe em materia disciplinar a competencia geral que lhes confere o artigo 56.º do regulamento disciplinar da armada, approved por decreto de 9 de julho de 1896, exercendo o commando da estação naval de Macau o poder disciplinar a que se refere o § unico do citado artigo. A competencia especial dos commandos dos navios será a prescripta no artigo 73.º do referido regulamento disciplinar.

7.º O regimen interno e a administração economica e tecnica regular-se-hão em harmonia com os preceitos estabelecidos nos regulamentos para o serviço a bordo dos navios da armada, estando os commandos dos navios subordinados ao commando da estação naval de Macau no que respeita ao exercicio das attribuições relativas.

8.º O material de guerra, o de consumo, os sobressalentes e quaesquer outros artigos e obras de necessidade para conservação dos navios em serviço, exceptuados os generos da ração, serão requisitados com a devida antecedencia ao governo do districto, o qual promoverá a sua aquisição pelo processo legal que for reputado mais conveniente, podendo mesmo recorrer ao commando da estação naval por via de requisição.

9.º As despesas com as obras de reparação e conservação e com a aquisição de todo o material a que se refere o numero anterior serão satisfeitas pelo cofre do districto de Timor, dentro da auctorisacção orçamental. A importancia dos generos das rações será paga pelos cofres da marinha, sendo os generos adquiridos pelos commandos dos navios, por via de requisição dirigida ao commando da estação naval, ou por compra no mer-

cado do districto, seguindo-se, quanto possivel, os termos para aquisição de fornecimentos prescriptos no regulamento de fazenda da armada.

10.º Os commandos dos navios organizarão mensalmente as contas do material recebido e consumido, com a nota dos saldos existentes, que remetterão á secretaria de fazenda do districto para ser feita a fiscalisação administrativa das despesas.

11.º As guarnições dos navios em permanencia em Timor provirão, em regra, dos quadros da armada, e serão consideradas destacadas da estação naval de Macau. Para supprir accidentaes deficiencias, principalmente nas classes que não têm instrucção profissional, poderão ser contratados indigenas, para o que providenciará o governo do districto sobre prévia requisição do commando do navio. Não poderá, contudo, ser excedida a despesa auctorizada para o completo da lotação dos navios, convindo, porém, que os commandos tratem de instruir no serviço de fogueiros alguns indigenas.

12.º O pessoal da armada embarcado nos navios em permanencia em Timor terá os vencimentos fixados por lei para as suas classes, e vencerá mais, a titulo de gratificação, 50 por cento dos respectivos soldos ou pretos. As rações serão pagas aos officiaes á razão de 200 réis para cada uma; e além d'esta quantia será abonada aos officiaes inferiores a subvenção diaria para rancho na importancia de 150 réis, quando não preferam receber a ração a genero. Idêntica subvenção de 150 réis será feita a favor das praças de caldeira, quando não seja possivel fazer-se abono de ração a generos, em conformidade com a respectiva tabella.

13.º Os vencimentos do pessoal da armada embarcado nos navios serão pagos pelos cofres da marinha até á importancia fixada nas respectivas tabellas de vencimentos. As gratificações supplementares de 50 por cento sobre os soldos e pretos e os vencimentos de todo o pessoal contratado serão pagos pelo cofre do districto.

14.º As folhas de vencimentos de officiaes e praças da armada serão processadas em duplicado, segundo os modelos em uso, e escripturar-se-ha tambem o competente livro de conta de caixa, enviando-se mensalmente ao commando da estação naval a copia da conta da caixa com um exemplar das folhas de vencimentos, e o mappa de abono de rações, para que por este commando seja feita remessa á 4.ª repartição da direcção geral da marinha.

15.º As folhas de pagamento dos supplementos de vencimento e as do pessoal contratado serão processadas por fórma analogá á estabelecida no artigo anterior, e, logo que sejam effectuados os pagamentos, enviar-se-ha á secretaria de fazenda do districto um exemplar d'essas folhas com a copia da conta de caixa districtal e os documentos referentes, a fim de se fazer a competente fiscalisação administrativa da despesa.

16.º As commissões de commando e quaesquer outras desempenhadas por officiaes não são obrigatorias por mais de um anno; mas para ser concedida a exoneração deverá o official, que a deseje, fazer o pedido com anticipação não menor de tres mezes. Aos officiaes que desejem retirar para o reino será, logo que findem a commissão de um anno, e estando substituidos, concedida passagem em paquete, não havendo transporte do Estado a seguir para a metropole.

17.º Os officiaes inferiores e equiparados e as praças do corpo de marinheiros servirão em destacamento nos navios em Timor durante oito mezes, sendo substituidos pelo commando da estação naval por fórma que o periodo de destacamento não seja excedido por mais tempo do que o necessario para se alcançar meio de transporte para regresso.

18.º As passagens, quer para regresso ao reino, quer para ida ou para a volta de Timor, serão pagas pelos cofres da marinha.

19.º Os vencimentos do pessoal da armada, embarcado nos navios em permanencia no districto de Timor, serão pagos em moeda corrente no districto e ao cambio fixo estabelecido no art. 57.º do decreto de 30 de dezembro de 1897.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica aos conselheiros major general e governador do districto de Timor, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Pago, em 14 de junho de 1898.—*Francisco Felisberto Dias Costa.*

---

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Em referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 447, de 29 de abril ultimo, no qual se propõe para que a todos os officiaes do exercito ultramarino em serviço militar

n'essa provincia, sempre que se encontrem em condições de alojamento e vencimentos iguaes ás dos officiaes do mesmo exercito quando arregimentados, se abone o subsidio de quartel á razão de 10\$000 réis mensaes, tornando-se-lhes assim extensivo o disposto no decreto do commissario regio de 7 de novembro de 1896, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que foi approvada a alludida proposta.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>. Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 15 de junho de 1898.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador geral da provincia de Angola.  
—*Francisco Joaquim da Costa e Silva*, director geral.

Não tendo chegado a ser votado pelas côrtes o orçamento das provincias ultramarinas para o anno economico de 1898-1899:

Tendo ouvido a junta consultiva do ultramar e o conselho de ministros;

Usando da auctorisação concedida ao governo pelo § 1.<sup>o</sup> do artigo 15.<sup>o</sup> do primeiro acto addicional á carta constitucional da monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.<sup>o</sup> A receita das provincias ultramarinas, com exclusão da de Moçambique, é calculada para o exercicio de 1898-1899 em 3.921:544\$895 réis, conforme o mappa junto, a saber:

Impostos directos.....	1.520:017\$553
Impostos indirectos.....	1.999:878\$400
Proprios e diversos rendimentos.....	401:648\$942

Art. 2.<sup>o</sup> Os impostos e mais rendimentos, constantes do mappa a que se refere o artigo antecedente, continuarão a ser arrecadados no exercicio de 1898-1899 como receita do ultramar.

Art. 3.<sup>o</sup> Continuarão igualmente a ser cobrados os rendimentos que ficarem por arrecadar em 30 de junho de 1898, applicando-se o seu producto ao pagamento das despesas legalmente auctorisadas.

Art. 4.<sup>o</sup> A despesa ordinaria das provincias do ultramar, exceptuada a de Moçambique, é calculada para o referido exercicio de 1898-1899, conforme o mappa junto, em 4.108:103\$634 réis, a saber:

Governo e administração geral.....	919:901\$108
Administração de fazenda.....	336:425\$678
Administração de justiça.....	127:371\$325
Administração ecclesiastica.....	211:145\$150
Administração militar.....	1.375:495\$065
Administração de marinha.....	145:677\$726
Encargos geraes.....	408:410\$298
Diversas despesas.....	568:453\$844
Exercicios findos.....	15:223\$440

Art. 5.<sup>o</sup> A despesa extraordinaria das mencionadas provincias, no mesmo exercicio de 1898-1899, é auctorisada, conforme o mappa junto, até á quantia de 141:420\$000 réis.

Art. 6.<sup>o</sup> As despesas de que tratam os artigos antecedentes serão satisfeitas pelos meios que produzirem as receitas no exercicio de 1898-1899, até á somma correspondente. O governo, legalmente auctorisado, occorrerá ao pagamento do excedente da despesa sobre a receita.

§ 1.<sup>o</sup> Os saldos positivos, nas provincias que os tiverem, serão levados a conta especial á ordem do ministerio dos negocios da marinha e ultramar, a fim de pelo mesmo ministerio se occorrer á deficiencia de rendimentos de outras provincias.

§ 2.<sup>o</sup> Todas as despesas satisfeitas na metropole por conta das provincias do ultramar serão lançadas em conta corrente ás respectivas provincias, para serem opportunamente embolsadas por meio de saques sobre os cofres do ultramar, transferencia de fundos de umas provincias para outras, ou remessas directas dos cofres do ultramar para o da metropole.

Art. 7.º A receita e a despesa da provincia de Moçambique continuão a regular-se pelas respectivas tabellas e mais legislação subsequente, até ser decretada a correspondente tabella para 1898-1899.

Art. 8.º Os quadros dos empregados civis, militares e ecclesiasticos, e respectivos vencimentos, constantes dos adjuntos orçamentos, consideram-se provisoriamente estabelecidos por leis especiaes, emquanto não forem fixados por modo definitivo.

Art. 9.º Os governadores do ultramar, que infringirem o artigo 15.º do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1869, dando causa a maior despesa, ficam responsaveis para com a fazenda publica pela importancia do respectivo augmento, sem prejuizo de qualquer resolução ulterior que o governo julgue dever tomar.

Art. 10.º Os vencimentos dos empregados das possessões ultramarinas, quer pertençam aos correspondentes quadros, quer exerçam commissões temporarias, são satisfeitos na moeda corrente do paiz onde o pagamento fôr effectuado, em conformidade da relação legalmente estabelecida d'essa moeda com a do reino, cessando no Estado da India qualquer determinação que tenha alterado o valor de 400 réis attribuido á rupia.

Art. 11.º E' provisoriamente permittido aos funcionarios civis e militares do Estado da India, da provincia de Macau e do districto de Timor, que provarem ter familia no reino, deixar meçadas para alimento de suas familias.

§ unico. Estas meçadas, porém, não poderão exceder dois terços dos seus ordenados ou soldos, quando não provem que os vencimentos dos logares que occupam lhes rendem o dobro da mezada que pretendem deixar, caso em que o respectivo abono poderá ser da totalidade do soldo ou ordenado.

Art. 12.º Aos officiaes militares, que, tendo gosado cento e oitenta dias de licença para se tratarem, forem passados á inactividade temporaria por motivo de doença, unicamente se abonam 80 por cento do soldo até o dia que regressarem ao ultramar.

Art. 13.º Os escrivães de fazenda, pelos meios ao seu alcance, reunirão todos os elementos para a revisão das matrizes, e diligenciarão, abertos os cofres, activar a cobrança dos impostos e mais rendimentos publicos da sua competência, instaurando nos prazos legaes processo administrativo contra os contribuintes remissos, e relaxando-os sem demora ao poder judicial para cobrança co-reitiva. O relaxe não poderá ser demorado por qualquer funcionario ou auctoridade que n'elle tiver de intervir.

§ unico. Sempre que os inspectores ou secretarios de fazenda procederem ás inspecções das repartições suas subordinadas, enviarão á direcção geral do ultramar, nos termos do artigo 63.º do regulamento de fazenda, um relatório circunstanciado do estado em que encontraram o serviço, tanto das repartições de fazenda como das recebedorias, informando sobre o modo por que os escrivães de fazenda cumprem o preceituado no artigo de que o presente paragrapho faz parte. Por quaesquer irregularidades, que tenham occorrido até á data em que finalisou a inspecção e de que posteriormente haja conhecimento, sem que os inspectores as tenham mencionado nos seus relatorios, será imposta a estes funcionarios a responsabilidade, depois de averiguadas as circumstancias que as produziram.

Art. 14.º Só nos termos dos decretos de 24 de dezembro de 1885, 9 de junho de 1892, 20 de fevereiro e 19 de julho de 1894, e da carta de lei de 28 de maio de 1896, podem ser concedidas licenças aos empregados do ultramar para gosarem no reino ou nas provincias ultramarinas d'onde forem naturaes, ficando sem effeito quaesquer outras disposições em contrario.

Art. 15.º São considerados de execução permanente os artigos 9.º, 10.º, 12.º, 13.º e 14.º do presente decreto.

Art. 16.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Paço, em 16 de junho de 1898. = REI. = *Francisco Felisberto Dias Costa.*

# APPA GERAL DA RECEITA E DESPESA DAS PROVINCIAS ULTRAMARINAS NO EXERCICIO DE 1898-1899

Salda	Despesa ordinaria										Despesa extraor- dinaria Capitulo 1.º	Total da despesa	Positivos	Negatives
	Administração						Encargos gerais	Diversas despesas	Exercícios findos					
	Geral	Fazenda	Justiça	Ecclesiastica	Militar	Marinha								
36:400 \$000	104:136 \$139	53:109 \$340	13:212 \$800	13:903 \$500	37:667 \$290	7:475 \$654	35:883 \$864	19:992 \$620	2:358 \$440	5:000 \$000	292:739 \$557	43:660 \$443	- \$-	- \$-
72:280 \$000	35:699 \$700	12:240 \$640	3:950 \$000	3:405 \$833	74:606 \$960	14:821 \$550	22:873 \$466	10:401 \$000	865 \$000	2:000 \$000	180:864 \$149	- \$-	108:584 \$149	- \$-
66:372 \$000	82:956 \$590	29:252 \$750	12:300 \$750	7:210 \$834	49:033 \$355	6:556 \$000	25:718 \$840	27:342 \$974	600 \$000	52:000 \$000	292:971 \$093	63:400 \$907	- \$-	- \$-
51:797 \$290	381:683 \$890	141:198 \$150	44:385 \$000	95:491 \$821	735:337 \$683	86:911 \$280	129:909 \$079	177:722 \$100	8:600 \$000	45:200 \$000	1846:469 \$003	- \$-	194:671 \$713	- \$-
24:394 \$000	181:521 \$937	72:398 \$350	40:691 \$575	64:466 \$375	311:403 \$943	8:890 \$800	105:635 \$681	37:975 \$775	2:000 \$000	5:600 \$000	1070:584 \$436	- \$-	146:190 \$436	- \$-
33:575 \$360	95:336 \$537	15:848 \$403	7:083 \$200	20:988 \$787	99:975 \$404	9:643 \$692	83:431 \$968	41:821 \$875	800 \$000	14:000 \$000	388:929 \$866	44:647 \$494	- \$-	- \$-
46:726 \$245	38:566 \$315	12:378 \$045	5:748 \$000	5:678 \$000	67:470 \$520	11:349 \$750	4:957 \$400	13:197 \$500	- \$-	17:620 \$000	176:965 \$539	- \$-	30:239 \$285	- \$-
	919:901 \$108	336:425 \$678	127:371 \$325	211:145 \$150	1375:495 \$065	145:677 \$726	408:410 \$298	568:453 \$844	15:223 \$440	141:420 \$000	4249:523 \$634	151:706 \$844	479:685 \$583	327:978 \$739
21:544 \$895					4:108:103 \$634									

8. = Francisco Felisberto Dias Costa.

# MAPA GERAL DA RECEITA E DESPESA DAS PROVINCIAS ULTRAMARINAS NO

Provincias	Receita				Despesa ordin				
	Impostos		Proprios e diversos rendimentos	Total da receita	Administração				
	Directos	Indirectos			Geral	Fazenda	Justiça	Ecclesiastica	Militar
Cabo Verde .....	115:900 \$000	202:200 \$000	18:300 \$000	336:400 \$000	104:136 \$139	53:109 \$340	13:212 \$800	13:903 \$500	37:667 \$
Guiné .....	13:020 \$000	45:400 \$000	13:860 \$000	72:280 \$000	35:699 \$700	12:240 \$640	3:950 \$000	3:405 \$833	74:606 \$
S. Thomé e Príncipe .....	133:200 \$000	201:800 \$000	21:372 \$000	356:372 \$000	82:956 \$590	29:252 \$750	12:300 \$750	7:210 \$834	49:033 \$
Angola .....	397:306 \$528	1:152:164 \$980	102:326 \$382	1:651:797 \$290	381:683 \$890	141:198 \$150	44:385 \$000	95:491 \$821	735:337 \$
Estado da India .....	502:246 \$000	241:484 \$000	180:664 \$000	924:394 \$000	181:521 \$937	72:398 \$350	40:691 \$575	64:466 \$375	311:403 \$
Macan .....	347:948 \$800	63:820 \$800	21:805 \$700	433:575 \$360	95:336 \$537	15:848 \$403	7:083 \$200	20:988 \$787	99:975 \$
Timor .....	10:396 \$235	93:009 \$220	43:320 \$800	146:726 \$215	38:566 \$315	12:378 \$045	5:748 \$000	5:678 \$000	67:470 \$
	1:520:017 \$553	1:999:878 \$400	401:648 \$942	3:921:544 \$805	919:901 \$108	336:425 \$678	127:371 \$325	211:145 \$150	1:375:492 \$
									4:108:103 \$

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 16 de junho de 1898. = Francisco Felisberto Dias Costa.



PROVINCIA DE CABO VERDE

RECEITA DA PROVINCIA NO EXERCICIO DE 1898-1899

Capitulos		Designação da receita		Somma
1.º	2.º	3.º		
IMPOSTOS DIRECTOS	Contribuição sobre o aluguer das habitações .....	6:000\$000	113:900\$000	
	Contribuição predial .....	57:100\$000		
	Decima industrial e de juros .....	14:600\$000		
	Direitos de mercê .....	2:500\$000		
	Sello .....	19:100\$000		
	Contribuição de registo .....	8:000\$000		
	Multas diversas .....	1:000\$000		
	Emolumentos sanitarios .....	2:700\$000		
	Emolumentos diversos .....	900\$000		
	Contribuição das camaras municipales para conservação das res- pectivas estradas municipales .....	4:000\$000		
	IMPOSTOS INDIRECTOS			
	Alfandegas .....	196:600\$000		
	Imposto de tonelagem .....	5:600\$000		
PROPRIOS E RENDIMENTOS DIVERSOS	Póros e rendas de predios .....	250\$000		
	(Correio .....	8:070\$000		
	Imprensa nacional .....	100\$000		
	Recetas eventuales e extraordinarias .....	6:100\$000		
	Imposto de portagem .....	580\$000		
	Agua do Mont'Agarro .....	300\$000		
	Rendimento da santa casa da misericordia .....	800\$000		
	Rendimento do hospital e das boticas .....	2:100\$000		
		336:400\$000	18:300\$000	336:400\$000

Resumo

Receta .....	336:400\$000
Despesa ordinaria .....	287:739\$557
Despesa extraordinaria .....	5:000\$000
Saldo .....	43:660\$443
	292:739\$557

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 16 de junho de 1898.==  
Francisco Felisberto Dias Costa.

## TABELLA DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ORDINARIA NO EXERCICIO DE 1898-1899

Capítulos	Designação da despesa	Somma	
		Por artigos	Por capitulos
1.º	<p><b>GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL (a)</b></p> <p><b>ARTIGO 1.º</b></p> <p><b>Governo</b></p> <p><b>SECÇÃO 1.ª</b></p> <p>1 Governador :  Ordinado ..... 1:200\$000  Gratificação ..... 1:200\$000  Despesas de representação ..... 1:200\$000  3:600\$000</p> <p><b>SECÇÃO 2.ª</b></p> <p><b>Secretaria geral</b></p> <p>1 Secretario :  Ordinado ..... 800\$000  Gratificação ..... 700\$000  1:500\$000</p> <p>1 Official maior :  Ordinado ..... 600\$000  Gratificação ..... 150\$000  750\$000</p> <p>2 Officiaes :  Ordenados, a 500\$000 réis. 1:000\$000  Gratificações, a 120\$000 rs. 240\$000  1:240\$000</p> <p>4 Amanuenses :  Ordenados, a 250\$000 rs. 1:000\$000  Gratificações, a 100\$000 rs. 400\$000  1:400\$000</p> <p>1 Porteiro :  Ordinado ..... 150\$000  Gratificação ..... 30\$000  180\$000</p> <p>1 Contiuuo :  Ordinado ..... 90\$000  Gratificação ..... 30\$000  120\$000</p> <p>1 Seryente ..... 48\$000  O amanuense que auxiliar o archivista  vence mais de gratificação ..... 60\$000  O empregado da secretaria que servir  como conservador da bibliotheca vence  mais a gratificação ..... 90\$000  Subvenção para a compra de livros e assi-  gnatura de revistas ..... 120\$000  Despesas miudas da bibliotheca ..... 42\$000  5:550\$000</p> <p>11 <b>ARTIGO 2.º</b>  <b>Instrucção publica</b>  <b>Ensino primario</b></p> <p>36 Professores, a 300\$000 réis ..... 10:800\$000  10 Mestras de meninas, a 240\$000 réis ..... 2:400\$000  Differença de vencimentos a 2 professores, a 60\$000 rs. 120\$000  13:320\$000</p> <p>46 <b>ARTIGO 3.º</b>  <b>Imprensa nacional</b>  <b>SECÇÃO 1.ª</b></p> <p>1 Director-compositor ..... 540\$000  1 Compositor de 2.ª classe ..... 300\$000  1 Impressor ..... 222\$000  1 Ajudante de impressor ..... 180\$000  2 Aprendizizes, a 180\$000 réis ..... 360\$000  1 Rolador ..... 108\$000  1:710\$000</p> <p>7 (a) Decretos de 24 de dezembro de 1892 e 18 de abril de 1895.</p> <p><i>Somma e segue. — Rs.</i> 1:710\$000</p>		22:470\$000

Capitulos		Designação da despesa		Somma	
1.º		Transpôrte — Rs.	1:710\$000	22:470\$000	Por artigos
		SECÇÃO 2.ª			
		Papel, typo e outras despesas .....	320\$000	2:030\$000	
		ARTIGO 4.º			
		Observatorio meteorologico			
1	1	Observador na cidade da Praia — gratificação ..	200\$000	200\$000	
		Observador em S. Vicente — gratificação .....	200\$000	150\$000	
	2	ARTIGO 5.º			
		Saude publica (a)			
		SECÇÃO 1.ª			
1		Chefe de serviço de saude :			
		Soldo .....	804\$000		
		Gratificação .....	480\$000		
5		Facultativos de 1.ª classe :			
		Soldos, a 540\$000 rs. ....	2:700\$000		
		Gratificações, a 408\$000 rs. ....	2:040\$000		
6		Facultativos de 2.ª classe (b) :			
		Soldos, a 420\$000 rs. ....	2:520\$000		
		Gratificações, a 408\$000 rs. ....	2:448\$000		
1		Principe pharmaceutico :			
		Soldo .....	540\$000		
		Gratificação .....	408\$000		
2		Segundos pharmaceuticos (b) :			
		Soldos, a 420\$000 rs. ....	840\$000		
		Gratificações, a 288\$000 rs. ....	576\$000		
1		Pharmaceutico auxiliar em commissão (portaria de 11 de março de 1890) :			
		Soldo .....	336\$000		
		Gratificação .....	288\$000		
16		SECÇÃO 2.ª			
		Subsidio de residencia para 2 facultativos e 1 pharmaceutico, nomeados no abrigo da lei de 28 de maio de 1896, nos destacamentos .....			
		SECÇÃO 3.ª			
		Expediente para a repartição de saude e suas delegações .....			
		SECÇÃO 4.ª			
2		Aspirantes a facultativos, 1 a 500 rs. e 1 a 800 rs. ....			
		diarios .....			
		SECÇÃO 5.ª			
		Quota que pertence à provincia na gratificação de 1 facultativo encaregado da instrução dos praticantes de enfermeiro .....	24\$000		
		Quota que pertence à provincia na gratificação da junta de saude .....	17\$140		
		Quota que pertence à provincia na gratificação de 1 facultativo reformado que faz parte da instrução de saude .....			
		Quota que pertence à provincia na gratificação de 1 facultativo encaregado da instrução dos praticantes de enfermeiro .....			
		(a) Carta de lei de 28 de maio de 1896.			
		(b) Psação incluídos os facultativos de 3.ª classe e os terceiros pharmaceuticos, que têm o soldo de alferes.			
		Somma e segue — Rs.	15:169\$874	25:050\$000	

Capítulos	Designação da despesa		Somma	
			Por artigos	Por capitulos
1.º	<i>Transporte — Rs.</i>		15:169\$874	25:050\$000
	SECÇÃO 6.ª			
3	Praticantes de enfermeiro:			
	Pret, a 275 réis diários .....	301\$125		
	Fardamento para os 3 praticantes, a 30 réis diários.....	32\$850	333\$975	
	SECÇÃO 7.ª			
	Companhia de saúde			
1	Official subalterno, commandante:			
	Soldo, pelo capitulo 5.º ...	-		
	Gratificação .....	180\$000	180\$000	
1	Sargento ajudante:			
	Pret, a 465 rs. ....	169\$725		
	Gratificação, a 240 rs. ....	87\$600	257\$325	
4	Primeiros sargentos:			
	Prets, a 335 rs. ....	489\$100		
	Gratificações, a 170 rs. ....	248\$200	737\$300	
16	Segundos sargentos:			
	Prets, a 275 rs. ....	1:606\$000		
	Gratificações, a 160 rs. ..	934\$400	2:540\$400	
3	Primeiros cabos:			
	Prets, a 115 rs. ....	125\$925		
	Gratificações, a 70 rs. ....	76\$650	202\$575	
1	Segundo cabo:			
	Pret, a 85 rs. ....	31\$025		
	Gratificação, a 40 rs. ....	14\$600	45\$625	
12	Soldados:			
	Prets, a 85 rs. ....	372\$300		
	Gratificações, a 30 rs. ....	131\$400	503\$700	
	Fardamento para 37 praças, a 30 rs. diários.....	405\$150		
	Pão para 21 sargentos, a 60 rs. diários...	459\$900		
	Pão para 16 praças, a 40 rs. diários ....	233\$600		
	Auxilio para rancho, para 21 sargentos, a 100 rs. ....	766\$500		
	Auxilio para rancho, para 16 cabos e soldados, a 50 rs. ....	292\$000		
	Para readmissões.....	792\$050	7:416\$125	
38	SECÇÃO 8.ª			
	Serviço de sanidade maritima			
12	Guardas para a ilha de S. Vicente, a 240 rs. diários .....	1:051\$200		
3	Guardas auxiliares para a ilha do Sal, a 240 rs. diários.....	262\$800		
	Gratificação aos guardas de saúde de S. Vicente pelo serviço de vigia dos navios, de dia e de noite (a).....	1:440\$000	2:754\$000	
15	ARTIGO 6.º			25:673\$974
	Obras publicas (b)			
	SECÇÃO 1.ª			
1	Engenheiro director:			
	Ordenado .....	720\$000		
	Gratificação. ....	1:200\$000	1:920\$000	
1	(a) Decreto de 30 de setembro de 1897. (b) Decreto de 20 de agosto de 1892.			
	<i>Somma e segue — Rs.</i>		1:920\$000	50:723\$974

Capítulos		Designação da despesa		Somma	
1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
1	1	1	1	1	1
Eugenheiro condutor de 1.ª classe:					
Ordinado..... 360\$000					
Gratificação..... 1:200\$000					
1:560\$000					
2	2	2	2	2	2
Condutores de 1.ª classe:					
Ordinados, a 360\$000 rs. 720\$000					
(Gratificações, a 600\$000 rs. 1:200\$000					
1:920\$000					
3	3	3	3	3	3
Condutores de 2.ª classe:					
Ordinados, a 300\$000 rs. 900\$000					
(Gratificações, a 420\$000 rs. 1:260\$000					
2:160\$000					
SEÇÃO 2.ª					
Ajudas de custo e vencimento de pagadores..... 800\$000					
SEÇÃO 3.ª					
Iluminação, construção e conservação de phares.. 8:000\$000					
ARTIGO 7.º					
16:360\$000					
SEÇÃO de agricultura					
Ajudas de custo por trabalhos do campo e mais des-					
pesas da secção.....					
ARTIGO 8.º					
2:000\$000					
Fertis, material e outras despesas de obras publicas.					
ARTIGO 9.º					
24:000\$000					
Quota pertencente à provincia para as despesas com					
o deposito dos instrumentos mathematicos e do ma-					
terial adquirido no reino com destino ás obras					
publicas e nos telegraphos do ultramar (a).....					
ARTIGO 10.º					
116\$165					
SEÇÃO de policia civil (b)					
Chefes de secção, gratificação a 360\$000 rs. 720\$000					
1:296\$000					
Chefes de esquadra, a 216\$000 rs. 8:640\$000					
Policias, a 144\$000 rs. 60\$000					
Expediente das secções.....					
ARTIGO 11.º					
Diferença para completar os vencimentos dos empre-					
gados comprehendidos neste capitulo, nos termos					
do artigo 177.º do decreto de 24 de dezembro de 1892.					
ARTIGO 12.º					
SEÇÃO 1.ª					
Repertição de fazenda provincial					
Secretaria de fazenda:					
Vencimento de categoria. 1:000\$000					
Vencimento de exercicio. 500\$000					
1:500\$000					
Thesoureiro geral:					
Vencimento de categoria. 480\$000					
Vencimento de exercicio. 120\$000					
600\$000					
Para falhas..... 100\$000					
2:200\$000					
Somma e segue — Rs					
2:200\$000					
(a) Decreto de 10 de maio de 1897.					
(b) Decreto de 24 de dezembro de 1896.					
104:136\$139					
104:136\$139					
104:136\$139					

Capítulos	Designação da despesa	Somma	
		Por artigos	Por capitulos
2.º	<i>Transporte — Rs.</i>	2:200\$000	104:136\$139
2			
1	Official do exercito do reino, chefe da repartição de fazenda militar e material de guerra, capitão (a):		
	Soldo, pelo capitulo 5.º . . . . . —\$—		
	Vencimento de exercicio.. 180\$000	180\$000	
1	Primeiro escriptuario, sub-chefe:		
	Vencimento de categoria.. 400\$000		
	Vencimento de exercicio.. 400\$000	800\$000	
10	Segundos escriptuarios:		
	Vencimentos de categoria, a 300\$000 réis . . . . . 3:000\$000		
	Vencimentos de exercicio, a 150\$000 réis . . . . . 1:500\$000	4:500\$000	
4	Amanuenses:		
	Vencimentos de categoria, a 240\$000 réis . . . . . 960\$000		
	Vencimentos de exercicio, a 120\$000 réis . . . . . 480\$000	1:440\$000	
1	Amanuense da repartição militar, official inferior:		
	Gratificação . . . . . 72\$0000		
1	Continuo:		
	Vencimento de categoria.. 90\$000		
	Vencimento de exercicio.. 30\$000	120\$000	
1	Servente:		
	Vencimento de categoria.. 90\$000		
	Vencimento de exercicio.. —\$—	90\$000	
	Ao empregado que exerce o serviço de archivista:		
	Vencimento de categoria.. —\$—		
	Vencimento de exercicio.. 60\$000	60\$000	
	Ajudas de custo no serviço de inspecções ordinarias (artigos 46.º e 50.º) . . . . . 225\$000	7:487\$000	
21	SECÇÃO 2.ª		
	Percentagem aos 7 escriptuarios que servem de escrivaes de fazenda nos concelhos de 1.ª classe, a 200\$000 réis . . . . . 1:400\$000		
	Percentagem aos empregados das alfandegas que servem de escrivaes de fazenda nos concelhos de 2.ª classe . . . . . 400\$000	1:800\$000	
	SECÇÃO 3.ª		
12	Amannenses para as repartições de fazenda dos differentes concelhos, a 200\$000 réis . . . . . 2:400\$000		
7	Serventes para as repartições de fazenda dos concelhos de 1.ª classe, a 90\$000 rs. 630\$000	3:030\$000	
19	SECÇÃO 4.ª		
	Material para o expediente de todas as repartições.. 1:200\$000		
	SECÇÃO 5.ª		
	Quotas deduzidas da receita . . . . . 2:900\$000		
	Despesa com o lançamento das contribuições . . . . . 1:500\$000	4:400\$000	
	(a) Portaria de 27 de agosto de 1895.		20:117\$000
	<i>Somma e segue — Rs.</i>		
		20:117\$000	104:136\$139

20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	20:117,000	104:136,139	
------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	--

Capítulos	Designação da despesa	Somma	
		Por artigos	Por capitulos
2.º	<i>Transporte — Rs.</i> .....	45:785\$540	104:136\$139
	<b>ARTIGO 15.º</b>		
	<b>Administração dos correios (a)</b>		
	<b>SECÇÃO 1.ª</b>		
1	Administrador :		
	Ordenado..... 480\$000		
	Gratificação..... 240\$000		
	720\$000		
1	Official :		
	Ordenado..... 400\$000		
	Gratificação..... 140\$000		
	540\$000		
1	Primeiro aspirante :		
	Ordenado..... 200\$000		
	Gratificação..... 100\$000		
	300\$000		
1	Distribuidor :		
	Ordenado..... 96\$000		
	Gratificação..... 24\$000		
	120\$000		
1	Continuo :		
	Ordenado..... 60\$000		
	Gratificação..... 24\$000		
	84\$000		
	<b>Correio da Praia</b>		
1	Director :		
	Ordenado..... 400\$000		
	Gratificação..... 140\$000		
	540\$000		
1	Segundo aspirante :		
	Ordenado..... 120\$000		
	Gratificação..... 60\$000		
	180\$000		
1	Distribuidor :		
	Ordenado..... 96\$000		
	Gratificação..... 24\$000		
	120\$000		
1	Continuo :		
	Ordenado..... 60\$000		
	Gratificação..... 24\$000		
	84\$000		
5	Encarregados de estação em S. Nicolau Tolentino, S. Salvador, Santissimo Nome de Jesus, S. João e S. Thiago, a 36\$000 réis		
	180\$000		
2	Conductores de malas para as linhas de S. Nicolau Tolentino, S. Thiago e S. Salvador, a 120\$000		
	240\$000		
1	Conductor de malas para a linha do Santissimo Nome de Jesus e S. João.....		
	84\$000		
	<b>Tarrafal</b>		
1	Director (o chefe do posto fiscal) — gratificação.....		
	40\$000		
2	Encarregados de estação em S. Miguel e Santa Catharina — gratificação, a réis 36\$000.....		
	72\$000		
1	Conductor de malas.....		
	120\$000		
	<b>Maio</b>		
1	Director (o chefe do posto fiscal) — gratificação.....		
	40\$000		
	<b>Fogo</b>		
1	Director (o chefe do posto fiscal) — gratificação.....		
	60\$000		
	(a) Decreto de 24 de dezembro de 1896.		
23	<i>Somma e segue — Rs.</i> 3:524\$000 .....	45:785\$540	104:136\$139